

CLASS.: 658.315

C 114 p.

TOMBO: 600

SONIA APARECIDA CABESTRÉ

SVE

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM RELAÇÕES PÚBLICAS -
DISSERTAÇÕES E TESES EM DOIS PROGRAMAS DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO



1410000600



MARÍLIA

Julho, 1994

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - CAMPUS DE MARÍLIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

SVE

AGRADECIMENTOS

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM RELAÇÕES PÚBLICAS -
DISSERTAÇÕES E TESES EM DOIS PROGRAMAS DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-
Graduação em Educação da Universidade
Estadual Paulista, de Marília, como
requisito parcial para a obtenção do título
de Mestre, sob a orientação do Prof. Dr.
Celestino Alves Silva Junior.

MARÍLIA
Julho, 1994

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. Celestino Alves Silva Junior pela orientação, profissionalismo, apoio e seriedade.

A minha família pela compreensão e carinho.

Aos colegas, professores de Relações Públicas, que colaboraram para a realização deste trabalho.

Aos funcionários do Polo Computacional do Campus da UNESP Bauru pelo apoio e ensinamentos relativos à área de informática



SUMÁRIO

RESUMO.....	v
ABSTRACT.....	vi
INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1: AS RELAÇÕES PÚBLICAS COMO ATIVIDADE DO CAMPO	
PROFISSIONAL.....	07
1. Primeiro momento - emergência da profissão(1882-1948).....	09
2. Segundo momento - consolidação(1949-1968)	21
3. Terceiro momento - aperfeiçoamento(1969-1980).....	35
4. Quarto momento - incremento da produção teórico/científica (de 1981 até os dias atuais).....	46
CAPÍTULO 2: PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL NO	
BRASIL	56
1. A estrutura dos programas	60
2. A visão das agências de fomento	66
3. Comunicação e pesquisa.....	68
CAPÍTULO 3: OS PROGRAMAS CONSIDERADOS	73
1. Escola de Comunicações e Artes	75
2. Instituto Metodista de Ensino Superior	79
CAPÍTULO 4: As dissertações e teses analisadas.....	81
1. Resumo/classificação e análise dos trabalhos produzidos	82
1.1 - Área empresarial	85
1.2 - Área governamental	108
1.3 - Área comunitária/institucional.....	118
1.4 - Área comunicação.....	127
CONCLUSÃO	130
BIBLIOGRAFIA.....	138

RESUMO

O estudo que aqui apresentamos levou em conta as dissertações e teses com direcionamento para a área de Relações Públicas, produzidas, no período de 1985 a 1990, em dois programas de Pós-Graduação em Comunicação Social do Estado de São Paulo: Escola de Comunicações e Artes - Universidade de São Paulo - e Instituto Metodista de Ensino Superior - São Bernardo do Campo.

À época do levantamento de dados, as produções existentes e disponíveis nas bibliotecas das instituições mencionadas totalizavam 33. Dessas, quinze foram geradas no período delimitado para a pesquisa.

Localizados os trabalhos, tornou-se necessário proceder a leitura, classificação e análise. Para classificação das produções levamos em conta o direcionamento das atividades desenvolvidas pelos autores; nesse sentido, pudemos categorizar os trabalhos nas áreas empresarial, governamental, comunitária/institucional, comunicação e outras.

Das 33 produções disponíveis nas bibliotecas, 26 tiveram direcionamento para as áreas empresarial(treze), governamental(oito) e comunitária/institucional(cinco), o que representou 79% do total produzido. À vista disso, essas áreas foram priorizadas neste trabalho.

A análise dos quatorze trabalhos nos possibilitou apresentar reflexões apontando para algumas questões, como: inexistência de socialização do conhecimento, imediatismo das ações dos pesquisadores, não vinculação da pesquisa ao ensino de graduação, entre outras.



ABSTRACT

The study presented here was taken into account the essays and thesis directed to Public Relations hip area, produced from 1985 until 1990, in two programs for post graduation in social communication in São Paulo State: Escola de Comunicações e Artes - Universidade de São Paulo - and Instituto Metodista de Ensino Superior , in São Bernardo do Campo.

At the time of the survey of information, the works existing and available in the libraries of the mentioned institutions totalized 33. Fifteen of them were created at the period set up for investigation.

After the location of the works, their reading, classification, and analysis were necessary. For classification of the works, it was taken into account: author's purpose, nature of the investigation, guidance of the developed activities, and resulting conclusions. In this sense, it was possible to classify the works in the following areas: business, government, community/institutions, communication, among others.

26 out the 33 available works in the libraries were directed to: business(thirteen), government(eight), and community/institutions(five), representing 79% of the entire production. In virtue of this, such areas were considered more important here.

After analysing fourteen works, it was possible to make ponderings which allowed reflections about some matters such as: inexistence of produced knowledge socialization, immediatism of researchers' activities, non-commitment of research with graduation instruction, among others.



" O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato 'filosófico' bem mais importante e 'original' do que a descoberta, por parte de um 'gênio filosófico', de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais."

(A. Gramsci)



INTRODUÇÃO

Formulação do problema

Todo docente pesquisador tem consciência de que estruturar, executar e avaliar um trabalho de pesquisa é tarefa bastante exaustiva. Vários são os caminhos que levam os autores de dissertações e teses a decidirem por um determinado tema. A escolha do objeto de estudo, na maioria das vezes, nem sempre atende ao interesse primeiro daquele que se dispõe a desenvolver um trabalho, já que são muitas as variáveis que interferem na decisão dos pesquisadores.

Acreditamos que todos, por princípio, gostariam de fazer um trabalho que lhes possibilitasse dar um salto de qualidade. As palavras "utilidade" e "qualidade" deveriam ser norteadoras de todas as decisões e caminhos daqueles que estão imbuídos da tarefa de fazer trabalhos de pesquisa.

Outro aspecto a ser priorizado pelos pesquisadores, ao iniciarem um trabalho de pesquisa, refere-se ao objetivo que cada um tem no desenvolvimento dessa atividade. Todos, de antemão, deveriam ter como meta a busca de conhecimentos que representassem mudanças e/ou acréscimos à área de interesse profissional.

Face ao exposto, o problema que nos levou a desenvolver uma pesquisa em dois programas de Pós-Graduação em Comunicação Social do Estado de São Paulo - Escola de Comunicações e Artes(USP) e Instituto Metodista de Ensino Superior(IMS), foi a ausência de socialização do conhecimento produzido nos programas, na área específica de Relações Públicas.

A partir dessas colocações levantamos as seguintes questões: que fatores têm levado a não socialização do conhecimento? que contribuições as dissertações e teses com direcionamento para a área de Relações Públicas têm proporcionado ao curso de graduação?

Objetivos da pesquisa

Nesse estudo nosso objetivo está voltado para os trabalhos produzidos em dois programas de pós-graduação em Comunicação Social que oferecem a área de concentração em Relações Públicas. São dois os motivos básicos da escolha destes trabalhos como objeto de estudo. O primeiro refere-se ao fato de que há um grande volume de produções nas bibliotecas e que nem sempre são publicadas e divulgadas de forma a facilitar o acesso dos profissionais da área. O segundo, conforme afirma TANAMACHI(1992:12), *"deve-se ao fato de que os cursos de pós-graduação constituem-se em grandes centros geradores de conhecimentos, bem como sintetizadores do saber historicamente acumulado tendo, portanto, uma importância científica que não se pode deixar de considerar"*.



Nesse sentido, este trabalho não tem a pretensão de trazer inovações relativas ao conteúdo da área de Relações Públicas: *objetivamos compilar, classificar e analisar informações atualizadas sobre as produções geradas na área de Relações Públicas, nos programas de Pós-Graduação da Escola de Comunicações e Artes e do Instituto Metodista de Ensino Superior, no período compreendido entre 1985 a 1990.*

Justificativa

A área de Relações Públicas possui inúmeras interfaces, especificamente com Ciências Humanas e, ao mesmo tempo, resente-se de referencial teórico e de pesquisas que a coloquem num nível de igualdade junto às demais profissões que compõem a macroárea de Comunicação Social. Cada profissional, independentemente de estar ligado ao ensino ou a entidades e organizações empresariais desenvolve suas atividades, em seu local de trabalho, de maneira individual e isolada. Poucos são os que procuram conhecer mais profundamente as ações e intersecções da área.

Enquanto educadores precisamos repensar as questões pertinentes ao ensino de comunicação e identificar as possíveis contribuições e avanços que as ações da Universidade podem promover na sociedade. Nesse sentido, os pesquisadores da área que estão envolvidos com a graduação poderiam desenvolver mecanismos que visassem promover mudanças nos programas de pós-graduação em Comunicação Social. Tais mudanças priorizariam em especial as questões do ensino na área, o que poderia resultar em um avanço na graduação e em um comprometimento da Universidade com a comunidade onde está inserida, realizando pesquisas que proporcionassem avanços e ressonância positiva junto à população.

A inexistência de políticas por parte das autoridades educacionais do ensino superior que coloquem em destaque as questões emergentes do ensino, aliada à falta de motivação por parte dos docentes que trabalham com a graduação em Relações Públicas, somada ao imediatismo das ações que permeiam a maior parte das pesquisas que são desenvolvidas nos programas de pós-graduação em Comunicação Social com área de concentração em Relações Públicas, tem levado a uma carência de trabalhos produzidos que contemplem também pontos importantes para um avanço qualitativo na graduação.

Nesse sentido, o levantamento, classificação e análise das dissertações e teses produzidas nos programas selecionados, em nosso entender, tem o propósito de contribuir com a área de Relações Públicas e, também, de servir como subsídio para outras investigações e reflexões.



Procedimentos metodológicos

Na pesquisa realizada, os dados qualitativos forneceram os subsídios necessários à estruturação do trabalho. Sobre a pesquisa qualitativa, elencamos alguns aspectos julgados relevantes, que de acordo com CHIZZOTTI(1991:81/85), são os seguintes:

- a) delimitação e formulação do problema;
- b) o pesquisador;
- c) os pesquisados;
- d) os dados;
- e) as técnicas

No que se refere a delimitação e formulação do problema CHIZZOTTI(1991:81) afirma que um problema de pesquisa decorre, antes de tudo, de um processo indutivo que vai se definindo e se delimitando na exploração dos contextos onde se realiza a pesquisa; da observação reiterada e participante do objeto pesquisado e dos contatos duradouros com informantes que conhecem o objeto pesquisado e emitem juízos sobre ele.

O mesmo autor enfatiza que a identificação do problema e sua delimitação pressupõem uma imersão do pesquisador na vida e no contexto, no passado e nas circunstâncias presentes que condicionam o problema.

A delimitação é feita em campo, onde a questão levantada pelo pesquisador é explicitada, revista e reorientada a partir do contexto e das informações das pessoas ou grupos envolvidos na pesquisa.

No que concerne ao pesquisador CHIZZOTTI(1991:82) esclarece que este é parte fundamental da pesquisa qualitativa e que deve, preliminarmente, despojar-se de preconceitos e predisposições para assumir uma atitude aberta a todas as manifestações que observa, sem adiantar explicações nem conduzir-se pelas aparências imediatas, a fim de alcançar uma compreensão global dos fenômenos.

Segundo o autor, o pesquisador não se transforma em mero relator passivo, pois a sua imersão no cotidiano, a familiaridade com os acontecimentos diários e a percepção das concepções que embasam práticas e costumes, supõem que os sujeitos da pesquisa têm representações parciais e incompletas, mas construídas com relativa coerência em relação a sua visão e a sua experiência.

No caso específico da pesquisa que realizamos, as informações foram obtidas por intermédio de levantamento de dados, nas produções disponíveis nas bibliotecas. É conveniente relatar que no decorrer do trabalho tornou-se necessário efetivar alguns contatos com os autores



pesquisados, para obtenção de mais informações. Para isso, foi enviada correspondência a 8(oito) autores, dos quais apenas 3(três) responderam. Nesse sentido, dada a natureza deste trabalho, não pudemos experienciar, conforme afirma CHIZZOTTI, o espaço e o tempo vivido pelos investigados e partilhar de suas experiências.

Em se tratando dos pesquisados, CHIZZOTTI(1991:83) destaca que na pesquisa qualitativa, todas as pessoas que participam são reconhecidas como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam. Cria-se, segundo o autor, uma relação dinâmica entre o pesquisador e o pesquisado, que não será desfeita em nenhuma etapa da pesquisa, até seus resultados finais. Quando pesquisador e pesquisados conseguem esse envolvimento, o resultado final da pesquisa não será fruto de um trabalho individual e sim de uma tarefa coletiva. No que se refere aos dados, CHIZZOTTI(1991:84) relata que não são coisas isoladas, acontecimentos fixos, captados em um instante de observação; eles se dão num contexto fluente de relações: "são fenômenos" que não se restringem às percepções sensíveis e aparentes, mas se manifestam em uma complexidade de oposições, de revelações e de ocultamentos. Na pesquisa qualitativa todos os fenômenos são igualmente importantes. Segundo o autor, algumas pesquisas qualitativas não descartam a coleta de dados quantitativos, principalmente na etapa exploratória de campo ou nas etapas em que estes dados podem mostrar uma relação mais extensa entre fenômenos particulares.

No que diz respeito às técnicas, CHIZZOTTI(1991:85) descreve que na pesquisa qualitativa podem ser utilizadas as seguintes técnicas: observação participante, história ou relatos de vida, análise de conteúdo, entrevista não diretiva, entre outras.

No presente trabalho foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, em função do objeto de estudo e da natureza da pesquisa realizada. De acordo com CHIZZOTTI(1991:98), análise de conteúdo é um método de tratamento e análise de informações, colhidas por meio de técnicas de coleta de dados, consubstanciadas em um documento. A técnica se aplica à análise de textos escritos ou de qualquer comunicação(oral, visual, gestual) reduzida a um texto ou documento. O objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas. O mesmo autor ainda esclarece que a decodificação de um documento pode utilizar-se de diferentes procedimentos, os quais podem privilegiar um aspecto da análise, seja decompondo um texto em unidades léxicas(análise lexicológica) ou classificando-o segundo categorias(análise categorial), seja desvelando o sentido de uma comunicação no momento do discurso(análise da enunciação) ou revelando os significados dos conceitos em meios sociais diferenciados(análise de conotações), ou utilizando-se de qualquer outra forma



inovadora de decodificação de comunicações impressas, visuais, gestuais etc., apreendendo o seu conteúdo implícito ou explícito.

Na pesquisa realizada junto às bibliotecas da ECA/USP e do Instituto Metodista de Ensino Superior, foi adotado o procedimento de classificação por categorias, conforme indicado por CHIZZOTTI. A escolha desse procedimento facilitou a análise das produções.

Para estruturação e desenvolvimento de todas as atividades adotamos a seguinte metodologia: primeiro, efetuamos um levantamento quantitativo dos exemplares das dissertações e teses disponíveis nas bibliotecas das escolas mencionadas; segundo, procedemos à tiragem de cópia, leitura, classificação e análise dos trabalhos; terceiro, desenvolvemos a pesquisa bibliográfica para sedimentar e contextualizar a área de Relações Públicas.

Desenvolvimento do trabalho

O trabalho foi estruturado em quatro capítulos. Para que levantamento, classificação e análise das produções não fiquem dissociados do contexto maior da área de Relações Públicas, o primeiro capítulo apresenta um panorama da profissão, ao mesmo tempo em que oferece uma retrospectiva histórica dos fatos que tiveram participação direta ou indireta no desenvolvimento das Relações Públicas, do ensino de comunicação e da própria pós-graduação.

O segundo capítulo traz elencados os aspectos principais dos programas de pós-graduação em Comunicação Social, uma vez que nosso objeto de estudo está diretamente ligado à produção da pós-graduação. Na elaboração desse capítulo tivemos o cuidado de consultar as informações mais atualizadas.

O capítulo três contém dados complementares a respeito dos programas de pós-graduação considerados na pesquisa, ou seja: Escola de Comunicações e Artes(ECA/USP) e Instituto Metodista de Ensino Superior(IMS).

No capítulo quatro estão detalhadas as informações pertinentes às dissertações e teses, com direcionamento para a área de Relações Públicas, produzidas no período de 1985 a 1990: o resumo, classificação e análise das produções selecionadas encontram-se devidamente identificados nessa parte do trabalho. Foram estudadas as produções geradas no período delimitado na pesquisa, disponíveis nas bibliotecas dos dois programas de pós-graduação escolhidos.



CAPÍTULO 1

CAPÍTULO 1

Capítulo 1

AS RELAÇÕES PÚBLICAS COMO ATIVIDADE DO CAMPO PROFISSIONAL

Em 11 de dezembro de 1967 a profissão de Relações Públicas é reconhecida pela Lei nº 5377, após muita luta, esforço e obstinação de alguns profissionais que conseguiram não só institucionalizar a carreira como fazer com que ela alcançasse, para o seu exercício, a formação de nível superior. Hoje existem no Brasil cerca de quarenta e dois cursos de Relações Públicas. Os caminhos foram e continuam sendo difíceis e muitas as expectativas e desencontros. O primeiro marco dessa profissão no Brasil aconteceu em 30/01/14 com a nomeação do "public relations", Engenheiro Eduardo Pinheiro Lobo, atualmente patrono da profissão, para dirigir na "The São Paulo Tramway Light and Power Co. Limited" o recém-criado Departamento de Relações Públicas.

Quatro décadas depois dessa nomeação, em 21 de julho de 1954, vinte e sete(27) profissionais fundaram, em São Paulo, a Associação Brasileira de Relações Públicas(ABRP), que é considerada por alguns profissionais como a "mola propulsora" de tudo que se fez pela profissão no país. Em 1956, o Rio de Janeiro passa a contar com uma regional da ABRP; após, outras regionais foram sendo instaladas em outros Estados. Atualmente, a ABRP está nos seguintes Estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Ceará, Alagoas, Paraná, Pará, Bahia, Sergipe, Amazonas.

Apesar da existência dessas Regionais, a atuação dos profissionais pertencentes às diretorias, que direcionam os caminhos da área de Relações Públicas no Brasil, tem deixado a desejar. A entidade tem se mostrado ineficaz e distante da realidade da profissão nas diversas regiões do país. As ações são pouco produtivas e os profissionais filiados a ela, independente da região de atuação, têm contribuído para solidificar a "imagem" de que a entidade tornou-se um feudo. Contudo, ao longo dos anos, a profissão vem apresentando um bom crescimento e, por intermédio de ações bastante caracterizadas, alguns profissionais têm demonstrado que a área de Relações Públicas tem interfaces bem nítidas com as demais profissões, o que a torna multidisciplinar.

Como este capítulo tem a pretensão de delinear a área de Relações Públicas em consonância com os fatos históricos que permearam a sociedade, desde o surgimento da profissão, foi necessário levantar e estruturar as informações julgadas de maior relevância. Nesse sentido e, com essa preocupação, elaboramos a retrospectiva histórica que apresenta alguns fatos, considerados importantes, que marcaram a profissão e o ensino das Relações Públicas.

Para descrever os aspectos históricos que acompanharam o desenvolvimento da profissão de Relações Públicas, julgamos conveniente fazer uma periodização dos fatos, em nível mundial e



nacional, que marcaram a trajetória dessa área. Essa demarcação tem caráter didático e tornar-se-á mais clara se a dividirmos em quatro(4) momentos que, a nosso ver, mostram a evolução da profissão.

O primeiro momento(1882-1948) chamamos de "emergência da profissão", pois os fatos registrados naquele período assim o justificam; o segundo momento(1949-1968) de "consolidação", porque os acontecimentos históricos e evolutivos tanto em nível mundial como no Brasil assim o requerem; o terceiro momento(1969-1980) de "aperfeiçoamento", pois especificamente, em nível de Brasil, apesar dos fatos adversos da sociedade, é o período em que a profissão é regulamentada, bem como, é nessa época que proliferam os cursos de graduação na área e surge o pós-graduação em Comunicação Social com área de concentração em Relações Públicas.

O quarto momento(de 1981 até os dias atuais) chamamos de "fundamentação teórico/científica", pois é o período em que se intensifica a discussão e produção científica na área, a despeito dos acontecimentos, especialmente em nível de Brasil, que vem colocando o país em situação de completa desigualdade com os países do primeiro mundo.

1- PRIMEIRO MOMENTO - EMERGÊNCIA DA PROFISSÃO(1882-1948)

Os fatos marcantes dessa primeira etapa referem-se ao aparecimento das Relações Públicas nos Estados Unidos e em alguns países da Europa; é só no final do período que o Brasil e a América Latina dão os primeiros sinais de surgimento dessa área.

Nesse primeiro momento é relevante destacar que foi o advento da Revolução Industrial que proporcionou as condições necessárias para que as Relações Públicas surgissem, primeiro nos Estados Unidos e depois em alguns países da Europa. A competitividade entre os donos dos meios de produção e a colocação no mercado de produtos e serviços que viessem ao encontro das necessidades dos consumidores e usuários, criou, entre os empresários da época, a necessidade de utilizar mecanismos eficientes para atingir seus públicos.

Nesse sentido, tornou-se necessário implementar sistemas de comunicação que levassem em conta técnicas e princípios de Relações Públicas. Foram dados os primeiros passos para sedimentação da área, aliado a alguns fatos que marcaram a época.

Torna-se importante esclarecer que foram selecionados alguns acontecimentos que, a nosso ver, promoveram mudanças de comportamentos e atitudes na sociedade de um modo geral. Assim, para melhor compreensão do que vem a seguir, categorizamos alguns fatos por julgar que em suas ações foram utilizados instrumentos de comunicação. Nesse sentido, do primeiro ao quarto momento, conforme proposto, os principais acontecimentos que promoveram ações de maior ou menor intensidade nos rumos da humanidade e do Brasil são: surgimento da indústria e revolução industrial, dominação americana, 1a. e 2a. Grandes Guerras Mundiais,



manifestações populares, influência da Igreja católica. Tais acontecimentos repercutiram incisivamente no campo próprio das Relações Públicas, como também nos campos mais amplos da educação e da ciência.

Os processos de comunicação, como o leitor poderá observar, estão presentes em todos esses acontecimentos, assim como sempre existiu espaço para atuação e utilização das técnicas de Relações Públicas. Os agentes do processo de comunicação ora querem "vender ideologias", ora "vender produtos ou serviços", ora "interferir no comportamento de toda uma coletividade". Os processos de persuasão e alienação foram utilizados intensivamente. Na sequência, relacionamos os acontecimentos de ordem genérica; após, os específicos da área de Relações Públicas.

a) FATOS GERAIS

a.1) Surgimento da indústria e Revolução Industrial

PEREIRA in Retrato do Brasil(1984:457/462) afirma que indústria, em sentido amplo, é qualquer atividade produtiva que, transformando matérias primas, elabora produtos úteis ao homem, formando o setor secundário, distinto do primário, constituído por atividades extrativas ou pela lavoura e pecuária, ainda baseadas fundamentalmente em forças naturais. Nesta acepção lata, a indústria surgiu com o próprio homem, desde o instante em que fabricou os primeiros utensílios. Entendida assim, a indústria foi durante muitos séculos artesanal, baseada no trabalho manual e nas habilidades pessoais de produtores cada vez mais especializados.

Mais adiante, surgiu também a indústria manufatureira, já produto da atividade conjunta e combinada de vários trabalhadores, mas ainda baseada na técnica artesanal e muito dependente das habilidades pessoais dos trabalhadores.

Só em meados do século 18, com a invenção das máquinas, é que surgiu uma forma técnica inteiramente nova de trabalho, o trabalho mecanizado e, com ele, a indústria em sentido restrito e moderno, a grande indústria mecanizada ou fabril, baseada em sistemas integrados de máquinas, operadas pelo trabalho em comum de um número crescente de operários.

O autor ainda relata que a revolução técnica que deu origem a essa forma mecanizada e moderna de produção - a chamada "revolução industrial" - foi importante não só porque alargou as possibilidades de novos bens, de qualidade superior e em quantidades incomparavelmente maiores, e porque aliviou os trabalhadores, substituindo uma parcela de seu esforço físico pela ação das máquinas, mas também porque, com o desenvolvimento da indústria urbana, tornou-se possível passar em seguida a uma remodelação técnica e profunda dos transportes, das comunicações, da agropecuária e até dos sistemas de defesa nacional. Por



isso, a partir do século 18 a indústria se converteu no fator decisivo e imprescindível à expansão econômica e à modernização de qualquer país.

No que se refere à Revolução Industrial, alguns estudiosos a caracterizam como "algo maléfico" para a humanidade. A respeito disso, MANTOUX(1985:1/22 e 407/415) aponta as consequências imediatas desse advento e afirma que *"se a revolução industrial se resumisse a alguns aperfeiçoamentos técnicos, se suas consequências não se estendessem para além do equipamento e das mercadorias, ela seria afinal, um fato de importância medíocre e ocuparia apenas um pequeno espaço na história geral. Mas, por meio das coisas, expressões concretas das necessidades, dos designs e da atividade do homem, ela agiu sobre o homem; imprimiu sua marca na sociedade moderna, inicialmente, na Inglaterra, depois, em todos os países civilizados"*.

O mesmo autor ainda destaca que é importante mostrar as primeiras consequências da Revolução Industrial sobre as condições de trabalho e sobre a sorte da classe operária: *"para isso não basta, de forma alguma, opor o quadro da aristocracia manufatureira ao quadro do proletariado de fábrica. Efetivamente, nossa atenção não deve recair apenas sobre a fábrica, mas sobre o que estava ao lado dela e em volta dela. A massa dos trabalhadores manuais, que permanecera por muito tempo à margem da grande indústria, sofreu sua poderosa influência desde o começo. Essa influência foi temida a princípio. A luta dos operários contra as máquinas e, em geral, contra todas as inovações técnicas é o episódio mais conhecido de toda história da revolução industrial"*.

Esse fato não é particular a uma época ou a um país; ainda hoje, apesar dos novos hábitos criados por uma longa série de invenções e aperfeiçoamentos, a transformação do equipamento industrial encontra, por parte dos operários, certas resistências. A respeito disso, é importante lembrar que em todas as suas ações, o profissional de Relações Públicas deve levar em conta que sua função primordial é ser o "eterno administrador de controvérsias" e, em todo tempo e lugar, o princípio básico do seu trabalho está sempre voltado para a assertiva de que "o público tem que ser satisfeito".

Administrar controvérsias é tarefa bastante complexa em qualquer estrutura organizacional. Este é o desafio que vem sendo enfrentado pelo Relações Públicas.

a.2) Dominação americana/1a. e 2a. Grandes Guerras Mundiais

É importante destacar como a "dominação americana" teve início em nosso país e como foi se consolidando até os dias atuais. Julgamos relevante dar ênfase a essa dominação porque a área de Relações Públicas, objeto de nosso trabalho, foi estruturada no Brasil nos moldes americanos. A literatura de base, quando as primeiras manifestações da profissão tiveram início em nosso país, especificamente no início dos cursos de graduação, era exclusivamente americana. Por isso, destacaremos também alguns fatos ocorridos antes dessa dominação se efetivar.



Conforme consta em Retrato do Brasil(1984:277/282), no início do século a hegemonia inglesa no Brasil começa a ser contestada pelos americanos. A partir daí e sobretudo após a Segunda Grande Guerra, os Estados Unidos consolidam a sua dominação sobre o país.

Mas foi na própria Inglaterra, maior potência econômica da época, que o Brasil teve que se apoiar no seu processo de emancipação. Os ingleses forçaram Portugal a reconhecer a nossa independência e abriram as portas do continente europeu para a nova Monarquia. Em troca, uma das condições aceitas pelo Brasil para conseguir o reconhecimento de Portugal a sua emancipação, foi assumir um débito de 1,4 milhões de libras que aquele país tinha com os ingleses. Assim, em 1822, o Brasil já nascia endividado. No plano comercial, a Inglaterra obtivera de Portugal, em 1810, tratamento vantajoso para suas mercadorias nos portos brasileiros. Esse privilégio se manteve depois de 1822 e foi ratificado por um tratado em 1827, com duração de 15 anos.

Em 1904, o Presidente Theodore Roosevelt, numa declaração, delineou uma política que seria o corolário da doutrina Monroe ("A América para os americanos"). Afirmava que os Estados Unidos teriam o poder internacional de polícia, ou seja, o direito de intervir em qualquer nação latino-americana, para garantir a ordem. Era a política do "big stick"(grande porrete), como ficou conhecida. Os EUA usaram desse suposto direito na República Dominicana, apossando-se da renda de suas alfândegas para garantir o pagamento de dívidas atrasadas daquele país com potências européias.

No caso brasileiro, foi através do comércio que os americanos iniciaram sua penetração e criaram bases para o futuro domínio. Em 1870, logo após o final da guerra civil americana(1861-1865), os EUA já compravam 75% do nosso café, um produto responsável por mais da metade de nossas exportações.

No início do século 20, os americanos eram o nosso principal cliente, absorvendo 43% de nossas exportações. Com a primeira grande guerra (1914-1918), que impediu e dificultou o fluxo de comércio com a Europa, foi possível aos EUA conquistar totalmente o mercado brasileiro. A partir daí, a presença americana em nossa economia foi se consolidando cada vez mais.

Em 1921, o governo federal negociou o primeiro empréstimo com uma casa bancária americana, no valor de 50 milhões de dólares; deu como garantia as arrecadações do imposto de consumo e das alfândegas nacionais.

Os principais empréstimos que o Brasil obteve na década de 20 foram negociados em Nova Iorque; já em 1927 os EUA detinham cerca de 35% das nossas dívidas externas.

É importante destacar, ainda, que foi na década de 20 do nosso século que muitas empresas americanas iniciaram suas atividades no Brasil: a Firestone, a Armour, as Refinações de Milho Brazil, a Burroughs, a Pan-American e outros. Com a Swift e a Wilson, a Armour controlava a produção e o mercado de carne; a American & Foreign Power(Electric Bond & Share) detinha



com a canadense Brazilian Traction Light e Power o monopólio da indústria de eletricidade no país.

Cabe lembrar que não foi por acaso que a "The São Paulo Tramway Light and Power Co. Limited", criou o Departamento de Relações Públicas no Brasil. Também, naquela época, oficinas para a montagem de carros foram instaladas: o Brasil revelava-se um mercado promissor; a principal mercadoria importada dos EUA de 1913 a 1928 foram os automóveis. Em 1927 o Brasil já era o quarto melhor mercado do mundo para os automóveis dos EUA, absorvendo 10% das exportações americanas de veículos.

Durante todo o século 19 a influência predominante na cultura brasileira foi européia. O historiador Nelson Werneck Sodré afirma que mesmo no começo do século 20 "a atitude comum da pessoa culta era de admiração pela Europa, mas de desprezo pelos Estados Unidos". Mas foi o cinema, transformado em uma indústria por Hollywood, que propagandeou de maneira intensa o "american way of life", no país. No ano em que lançaram os primeiros filmes sonoros(1928), os americanos já detinham a supremacia no mercado brasileiro de cinema.

Conforme consta em Retrato do Brasil(1984:277/282), os Estados Unidos emergiram da Segunda Grande Guerra, em 1945, como a mais poderosa potência capitalista, tanto do ponto de vista econômico quanto militar. Sua presença, influência e domínio estenderam-se a todos os setores da vida brasileira. Intensificaram-se as relações militares; as Forças Armadas brasileiras chegaram a padronizar seus armamentos e até suas fardas pelo modelo americano. Quando a Escola Superior de Guerra, cuja missão seria a de formular uma nova doutrina de segurança e desenvolvimento nacional, começou a ser formada, em 1947, solicitou-se uma missão conselheira americana para ajudar na organização da escola. Essa missão permaneceu no Brasil de 1948 a 1960.

Essa interação entre os militares dos dois países atingiu seu auge com a assinatura do Acordo Militar Brasileiro, em 15 de março de 1952. Além de se comprometer a apoiar incondicionalmente qualquer ação de guerra dos EUA, o Brasil se dispunha a fornecer aos americanos matérias-primas estratégicas, necessárias à defesa do "mundo livre", ou seja, manganês, urânio e areias monazíticas eram visados pelos EUA, que não haviam, até então, descoberto jazidas de urânio importantes em seu próprio território.

A partir do final da Segunda Grande Guerra, os EUA encontram-se numa situação em que a sua hegemonia sobre todo o mundo capitalista não enfrentava concorrentes: o Japão estava sob seu controle direto; a Alemanha destruída e dividida; a França e a Itália devastadas e a Inglaterra exaurida pelo esforço de guerra. Estes países precisariam de tempo e até de ajuda de capitais americanos para se reerguerem.



a.3) Ação da Igreja

Julgamos importante, também, fazer referência a ação da Igreja católica nesse primeiro momento. CASTRO in Retrato do Brasil(1984:325/328) afirma que até a República o clero e a Igreja católica sempre estiveram atrelados ao Estado, através do instituto do Padroado, pelo qual o Rei de Portugal e, depois, o Imperador do Brasil, é que nomeava os bispos e párocos e fundava paróquias e dioceses.

Era a Coroa que recolhia os dízimos e os devolvia, bem mais magros, como salários dos padres ou para as obras da Igreja. Com a República, acontece afinal a separação oficial entre Igreja católica e Estado; apesar disso, a Igreja continuou "timidamente" a tentar sua aproximação com o Governo. Nos períodos seguintes, as ações dos dirigentes da Igreja católica são mais incisivas.

a.4) Manifestações populares

Cabe inserir, nesta primeira categorização, as manifestações populares que ocorreram no Brasil. Em se tratando desses aspectos Retrato do Brasil(1984:341/344) aponta os seguintes fatos: no dia 17 de maio de 1888, na capital federal do Brasil, tem início as comemorações do final da escravidão negra no país. Cerca de 100 mil pessoas tomaram as ruas da cidade.

O Brasil foi um dos últimos países do mundo a acabar com a escravidão e isso o deixava isolado no plano internacional. Quando a Lei do Ventre Livre foi aprovada, em 1871, a instituição da escravatura começava a desmoronar e se tornava objeto de um grande debate nacional, que só cresceria nos anos seguintes.

Os defensores da abolição começavam a reunir cada vez mais pessoas em suas conferências e reuniões públicas. Como os maiores jornais do país defendiam a causa do governo, uma das principais atividades das Associações e Sociedades Pró-Abolição que surgiam, foi a criação de jornais abolicionistas.

Pouco a pouco, a opinião pública se apaixonou pelo tema. A campanha se concentra nas grandes cidades, onde os clubes abolicionistas promoviam quermesses, festas beneficentes, comícios em praças públicas.

Quando o projeto de lei que abolia a escravidão entrou na Câmara, em 8 de maio, o público acompanhou sua tramitação passo a passo até o dia 13, a data histórica de sua aprovação pela Câmara, pelo Senado e rápida sanção pela Princesa Isabel.

Outro fato que merece destaque nesse período é o seguinte: em julho de 1888, o chefe de polícia da capital federal publicou um "severo edital": "faz saber a todos os que o presente edital virem ou dele tiverem notícia, que serão processados pelo crime do artigo 90 do Código Criminal, os indivíduos que, nas praças, ruas ou outros lugares públicos ou em presença de autoridades derem vivas à República, morras à Monarquia, vivas ao partido republicano ou



proferirem gritos e frases igualmente sediosas. Finalmente, serão dissolvidos, pela forma legal, os ajuntamentos e reuniões em lugares públicos...". O edital constituía uma tentativa de impedir as manifestações crescentes pela República.

A idéia republicana, desde a época da Independência, em 1822, carregava consigo as esperanças de todos aqueles que pretendiam associar à autonomia política do país formas democráticas de governo. Presente a todos os movimentos e insurreições que marcaram o período imperial no Brasil, a idéia republicana foi materializada por intermédio da criação de 237 clubes republicanos e 37 jornais em todo o país, sendo que alguns deles, como "A República", do Rio de Janeiro, chegou a vender oito mil exemplares diários, na década de 1870. Era a comunicação de massa interferindo nas ações de interesse de toda uma coletividade.

Em 18 de agosto de 1942, nas principais cidades do país, milhares de pessoas fizeram manifestação em diversos centros urbanos exigindo represálias do governo contra a Alemanha, que tinha provocado uma nova onda de afundamentos de navios brasileiros.

As embarcações começaram a ser afundadas por submarinos nazistas, em fevereiro daquele ano, quando o Brasil começa a pender para o lado aliado no conflito mundial. Até 1944, a perspectiva era de que 36 navios seriam afundados, provocando a morte de cerca de mil pessoas.

A UNE(União Nacional dos Estudantes) liderou uma passeata de milhares de pessoas no Rio de Janeiro, em 4 de julho de 1943: carros alegóricos simbolizavam o repúdio ao nazismo e o apoio aos aliados. Quando o governo brasileiro declarou guerra à Alemanha, em 31 de agosto de 1943, cem mil pessoas saudaram a decisão nas ruas do Rio.

Já em 3 de outubro de 1945, no Rio de Janeiro, mais de cento e cinquenta mil pessoas concentraram-se para ouvir oradores defenderem a convocação de uma Assembléia Constituinte. O comício foi transmitido para todo o país por muitas emissoras de rádio; delegações de vários Estados estavam na Capital Federal.

Com o final da Segunda Grande Guerra e a derrota do nazi- fascismo, as manifestações pela democratização do país se sucedem no Estado Novo. Depois que o Brasil entrou na Guerra foi a anistia que passou a preocupar as oposições e, depois, a mobilizar a população.

Todas as correntes políticas, no Estado Novo, tinham representantes presos ou no exílio. Foi no final de 1944 que a campanha ganhou amplitude, chegando às ruas no ano seguinte. Uma Semana Nacional Pró-Anistia ocorreu simultaneamente no Rio de Janeiro e em São Paulo, em abril de 1945, gerando manifestações e comícios. Conquistada a anistia, é iniciada a campanha pela Assembléia Nacional Constituinte, que teve sua eleição convocada para o dia 2 de dezembro de 1945.



Quando foi promulgada a Constituição de 1946, em 18 de maio, ocorreram protestos contra os dispositivos que tornaram possível a participação do capital estrangeiro na exploração de nossas riquezas minerais.

Mas foi no ano seguinte, a partir dos debates que ocorreram no Clube Militar, que o tema do petróleo e da defesa do monopólio estatal para sua exploração começaram a empolgar o país. Surge o Centro de Estudo e Defesa do Petróleo, em abril de 1947, que visava influir na opinião pública através de artigos, conferências, debates e comícios. Era a comunicação encaminhando, mais uma vez, os destinos da sociedade. Esse Centro de Estudo espalhou pelo país comissões de defesa do petróleo, que nas suas atividades começaram a atrair platéias cada vez maiores.

Na época, considerava-se que as concentrações promovidas pelo Centro e suas sucursais pelo país eram as maiores da história do Brasil.

Em julho de 1952 acontecia no Rio de Janeiro a Terceira Convenção Nacional de Defesa do Petróleo, reunindo delegados de 18 Estados. O projeto em pauta no Congresso sobre a questão era violentamente atacado. A Campanha sob o slogan de "O petróleo é nosso" chegava ao seu auge.

b) FATOS ESPECÍFICOS DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Na sequência, tanto em nível mundial quanto em nível de Brasil, damos destaque para os acontecimentos que marcaram a área de Relações Públicas e que fazem parte de sua história.

Nesse primeiro momento SERRA e GURGEL(1983:2/21) destaca: em dezembro de 1883 a "The American Bell Telephone Co", de Boston, enviou questionário a seus usuários querendo conhecer a opinião deles sobre os seus serviços. Uma das perguntas foi: "como tem sido as relações entre o público e a companhia de telefone local? Observou alguma melhora?" A empresa, preocupada com seus usuários, empregou instrumentos de Relações Públicas para conhecer a opinião daqueles que utilizavam seus serviços.

Já no final do século XIX e meados do século XX, a Universidade de Yale cria um departamento especializado de Relações Públicas para divulgar a própria universidade. Para a época isso foi uma inovação.

Nesse mesmo período, as empresas privadas dos Estados Unidos dedicaram-se ao aperfeiçoamento das relações com seus públicos. Esta preocupação se acentuaria a partir de 1900 e se intensificaria até 1917. As pequenas e médias empresas tinham o "big business".

No âmbito educacional, a Universidade de Harvard também cria um departamento especializado de Relações Públicas para divulgar a própria universidade. Também no mesmo período, é fundada a primeira Agência de Relações Públicas nos Estados Unidos, muito embora operassem como Agência de serviços especializados; a "publicity"(propaganda), aliada à



divulgação, era o grande trunfo. Entre seus clientes estavam a Universidade de Harvard, Instituto de Tecnologia de Massachussetts e várias companhias ferroviárias.

Foi no início do século XX (por volta de 1903), que Ivy Lee, jornalista e publicitário, que viria a ser o grande nome das Relações Públicas nos Estados Unidos, despontou no cenário norte-americano.

Ele escrevia artigos para jornais como "press agent"(agente de imprensa), sugerindo um novo tipo de atividade para relacionamento das instituições com seus públicos. As funções exercidas por Lee estavam ligadas à "Publicity"(propaganda) e "Advertising"(publicidade); na época, o profissional admitiu que caberia uma nova atividade de divulgação institucional para obter a compreensão do público para com as organizações.

Três anos depois, Ivy Lee foi nomeado diretor de "Publicity"(Propaganda) da Pennsylvania Railroad, onde ficaria até 1909. Sua missão, como ele próprio definiu, era "apresentar a Pennsylvania ao público e o público à Pennsylvania". Lee empregava o termo "publicity" com o significado de publicidade institucional ou divulgação, próximo da conceituação de Relações Públicas.

No ano de 1907 é criado o "Chicago Publicity Bureau", no Corpo de Infantaria da Marinha dos Estados Unidos. Foi considerado o primeiro serviço de Relações Públicas nas forças armadas e no governo norte-americano. Os resultados obtidos foram muito bons e levaram à criação do mesmo serviço em outra unidade do Corpo de Infantaria, em Nova Iorque, em 1911. O Bureau utilizava-se da técnica de divulgação, com orientação e informação.

No início da década de 10(1911),no Brasil, é criado o Serviço de Informação e Divulgação do Ministério da Agricultura, pelo decreto nr 9195, de 9 de dezembro, primeiro passo para o desenvolvimento da informação institucional na área governamental.

Ainda nessa década(1914), no mês de dezembro, por indicação de Arthur Brishane, Ivy Lee foi nomeado conselheiro pessoal de John D. Rockefeller Jr. Os Rockefeller estavam sendo atacados pela imprensa dos Estados Unidos pela forma como trataram a greve de seus empregados na "Colorado Fuel an Iron Co".

O trabalho de Lee consistiu em melhorar a imagem dos Rockefeller, no que foi bem sucedido. No mesmo ano, no Brasil, é criado o Departamento de Relações Públicas da "The São Paulo Tramway Light and Power Co." Foi o primeiro serviço regular de Relações Públicas a funcionar no país. Seus padrões eram norte-americanos; seus regulamentos em inglês. O objetivo desse departamento era trabalhar adequadamente as informações que seriam transmitidas ao público. Coube ao engenheiro Eduardo Pinheiro Lobo, considerado o Patrono das Relações Públicas, dirigir o Departamento. Lobo ficou por 19 anos no cargo.

Com o advento da 1a. Grande Guerra, em 1918, é criado nos Estados Unidos o "Committee on Public Information"(Comitê sobre Informação Pública), no Governo do Presidente Wilson, sob



a influência de George Creel, com o objetivo de realizar e desenvolver a publicidade de massa, educar e mobilizar a opinião pública. Creel foi redator chefe do "Rocky Mountains News" e estruturou no Comitê uma vasta Agência de publicidade institucional, segundo alguns pesquisadores. Outros acreditam que a Agência estruturada por Creel foi de Relações Públicas. Essa Agência despertou e orientou o patriotismo americano para sustentar o esforço de guerra. Os principais colaboradores dessa Agência de publicidade institucional foram Edward Bernays, Carl Byoir e John Price Jones. O Presidente Wilson criou o Comitê para mobilizar a opinião pública norte-americana face ao envolvimento dos Estados Unidos na I Guerra Mundial.

É importante destacar que foi nesse mesmo ano(1918), no Rio de Janeiro, por ocasião do Congresso Brasileiro de Jornalistas, que apareceu a primeira proposta para funcionamento de uma escola de Jornalismo. Sobre isso MELO(1991:12/28) afirma que *"da mesma maneira que a imprensa, que nasce tardiamente em nosso país, o ensino de comunicação também vai se desenvolver de forma tardia. São trinta anos que marcam o intervalo entre o aparecimento da primeira proposta para funcionamento de uma escola de jornalismo e a implementação e cristalização dessa idéia"*. Isso só vai acontecer nos anos 1947/1948 com a instalação das duas primeiras escolas: Escola de Jornalismo Cásper Líbero e Curso de Jornalismo da Universidade do Brasil(hoje, Universidade Federal do Rio de Janeiro). O autor enfatiza que são essas as duas instituições pioneiras no Brasil, em nível universitário.

De acordo com MELO o retardamento do ensino de comunicação e do ensino de jornalismo se dá pela conjugação de uma série de fatores profissionais que têm como indicador muito nítido a incipiência do mercado de trabalho de comunicação no país. Segundo o autor, se compararmos com outras experiências internacionais na área, verifica-se que o ensino de comunicação está intimamente relacionado com as demandas que vêm do sistema produtivo e, portanto, do mercado de trabalho.

Retomando os fatos pertinentes à área de Relações Públicas, é conveniente lembrar, segundo SERRA e GURGEL, que no início da década de 20(1923), Edward Bernays, o primeiro grande teórico das Relações Públicas, lança "Crystalizing Public Opinion", considerado o primeiro livro efetivamente dedicado às Relações Públicas.

Do começo do século a 1929 as Relações Públicas tiveram nos Estados Unidos líderes representativos como Ivy Lee, Edward Bernays, Tommy Ross, George Creel, Carl Newson que, a partir de 1929, fundaram e expandiram suas empresas de Consultoria e Assessoria de Relações Públicas, alcançando resultados positivos. Empresas de telefones, energia elétrica, ferrovias, bancos, produtores de bens e serviços recorreram às organizações especializadas para se comunicar com suas clientelas.

As Universidades de Yale, Harvard, Columbia, Nova Iorque adotaram as Relações Públicas, seja para divulgá-las, por intermédio da publicidade institucional, seja para debater, discutir e



examinar as bases da nova técnica. As Relações Públicas adquiriram dimensão e importância e os velhos "press agent" e "publicity agent" incorporaram os novos instrumentos para o desenvolvimento de suas atividades.

No início da década de 30(1933), nos Estados Unidos, os governantes utilizam-se de técnicas de Relações Públicas para aprimorar o relacionamento com seus públicos: Franklin D. Roosevelt, Presidente dos Estados Unidos, recorreu às Relações Públicas e a "Publicity" para conquistar a opinião pública norte-americana, abalada com a Grande Depressão, e lançar seu "New Deal". Roosevelt utilizou uma estratégia de comunicação, de modo especial de Relações Públicas, para formar uma opinião pública favorável ao seu governo, duramente atacado pela imprensa, restaurar a confiança dos norte-americanos no seu próprio país e estimular os programas de recuperação econômica dos Estados Unidos.

Ficou famosa a transmissão radiofônica semanal, "Conversas ao pé da lareira", com o intuito de dialogar com seus compatriotas, trocando idéias sobre suas aspirações e informando sobre as ações do governo.

No mesmo ano, Adolf Hitler inicia, na Alemanha, sua arrancada para o poder nazista, empregando com toda a intensidade as técnicas de mobilização, especialmente de Propaganda, voltadas para obter a adesão, participação e envolvimento do povo alemão a sua ideologia. Pode-se inferir que as técnicas de persuasão foram sempre intensamente utilizadas, independentemente da época ou da ideologia de quem as usavam. Foi assim que Hitler e outros ditadores dominaram a humanidade.

Ainda na década de 30(1934) proliferam os cursos de Relações Públicas nos Estados Unidos, enquanto no Brasil é instituído o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, no Ministério da Justiça e Negócios do Interior, pelo decreto nº 24.651, de 10 de julho. É mais um órgão que propicia espaço para a utilização de técnicas de Relações Públicas em nível governamental.

Na mesma década(1936), nos Estados Unidos, é publicado "Public Administration and the Public Interest", de E. Pendleton Herring, considerado o primeiro livro sobre Relações Públicas Governamentais. No âmbito educacional, no Brasil, é criada uma Secção de Divulgação no Serviço de Documentação, do Ministério da Educação, pela Lei nº 378, de 13 de janeiro.

Em 1939 tem início a II Guerra mundial. Nos Estados Unidos, o Governo cria o "Office War Information", dirigido por Elmer Davis, seguindo em termos gerais as orientações do chamado Comitê Creel, de 1914, tendo como objetivos: aumentar a produção de guerra, estimulando maior trabalho individual e coletivo; combater o absenteísmo; fomentar o aumento crescente da produtividade; apoiar a emissão e venda de bonus de guerra; organizar os racionamentos; desenvolver atividades para manter elevado o moral das tropas em combate. No plano externo, o "Office War Information" defendia e promovia a imagem dos Estados Unidos.



Nesse mesmo ano(1939), o governo britânico também cria o Serviço de Informação de Guerra com o objetivo de mobilizar a opinião pública nacional a favor da participação do país na II Guerra, combater o nazismo, defender os princípios liberais, manter o moral das tropas, estimular a produção.

Nessa época, é estruturado no Brasil, em nível federal, o Departamento de Imprensa e Propaganda, através do Decreto Lei nr 1915, de 27 de dezembro, com cinco divisões: divulgação, radiodifusão, cinema e teatro, turismo e imprensa. Esse mesmo departamento, em 1940, através do Decreto Lei 2557, de 4 de setembro, amplia suas atividades de censura sobre os meios de divulgação e expressão existentes no país, estabelecendo-se a censura, inclusive sobre espetáculos e diversões públicas.

No início da década de 40(1942), o Governo Federal do Brasil cria, no âmbito do Ministério da Agricultura, o Serviço de Informação Agrícola(SIA), sucedendo ao Serviço de Publicidade Agrícola, da Diretoria de Estatística e Publicidade, criado pelo Decreto nr 22.984, de 25 de julho de 1933. O SIA é considerado o primeiro órgão de Relações Públicas, em nível governamental; apesar de não ter a denominação da área, esse órgão desempenhava atividades específicas de Relações Públicas produzindo e distribuindo publicações e informações para o setor agrícola.

Dos fatos que merecem ser destacados na década de 40, é importante mencionar o surgimento das escolas de Comunicação Social. De acordo com MELO(1991:12/28), tais escolas surgem no período em que o Brasil efetivamente ingressa na era industrial e o jornalismo(a comunicação de massa) já adquire uma feição industrial. As escolas vão corresponder às demandas efetivas de formação de profissionais para atuar na nascente indústria cultural. Segundo o autor, é importante esclarecer que a formação de profissionais para a indústria da comunicação não se dá imediatamente na Universidade; ocorre inicialmente fora, em todos os setores. A Universidade, tardiamente, recupera essas experiências que acontecem "fora das suas muralhas".

O autor informa que no caso do Jornalismo, quando Cásper Líbero formula a idéia de uma escola para essa especialidade, em São Paulo já existiam cursos livres dessa área, mantidos por profissionais, que buscam subsídios no modelo norte-americano. Fenômeno semelhante acontece nas outras áreas; no caso de Relações Públicas e Publicidade e Propaganda, as primeiras experiências de formação também ocorrem fora da Universidade.

No que diz respeito ao ensino na área de Relações Públicas no Brasil, as primeiras iniciativas acontecem apenas a partir da década de 50.

A partir de 1945, com o fim da II Guerra Mundial fortaleceram-se os cursos de Relações Públicas nos Estados Unidos.Nessa época,mais de cinco mil empresas industriais já possuíam



departamentos de Relações Públicas. Já existiam, aproximadamente, 1.200 Agências de Relações Públicas naquele país.

No Brasil, no mesmo período, é criado o Departamento Nacional de Informações(DNI), pelo Decreto Lei nº 7582, de 25 de maio, e é extinto o Departamento de Imprensa e Propaganda. O DNI era subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios do Interior e tinha cinco divisões: imprensa e divulgação, radiodifusão, cinema e teatro, turismo e Agência Nacional. O DNI foi extinto no mesmo ano pelo Decreto nº 9788, de 6 de setembro. Em São Paulo, nos anos 45/46, a Universidade de São Paulo promove, no Instituto de Administração, um ciclo de palestras sobre Relações Públicas; é o primeiro realizado no país.

A seguir,damos destaque para os acontecimentos das décadas de 50 e 60.

2 - SEGUNDO MOMENTO: CONSOLIDAÇÃO (1949-1968)

Em nível mundial, é nesse período que a atividade de Relações Públicas tem um avanço significativo. Em termos de Brasil há um pleno desenvolvimento da categoria profissional; a corporação, nesse sentido, estimula e busca a solidificação da profissão por intermédio da criação dos cursos universitários e da regulamentação. Os fatos que merecem destaque nessa fase são os seguintes:

a) FATOS GERAIS

a.1) Dominação americana

A dominação americana se faz presente em todas as áreas. De acordo com Retrato do Brasil(1984:277/282), com o golpe de 1964, os militares tentaram implantar no Brasil um modelo de desenvolvimento onde a crise não tinha lugar; segundo os estrategistas do governo o "país se desenvolveria de modo ininterrupto, para todo o sempre". Castello Branco já afirmava que o objetivo da "revolução" era realizar as reformas agrária, tributária, bancária e outras, para que o país tivesse a estrutura que lhe garantiria "caráter duradouro e auto-sustentável ao desenvolvimento".No período entre 63 e 64 aconteceram "grandes marchas" que se espalharam pelo território nacional; eram conduzidas pelos políticos mais conservadores, pelo movimento "Tradição, Família e Propriedade"(TFP), pelo setor mais tradicional da igreja e pelas Ligas Católicas de direita. Pretendia-se um desenvolvimento sem crises, também na vida moral e ideológica do país.

É interessante destacar, também, que a hegemonia mundial dos Estados Unidos se refletiria com uma presença marcante na América Latina. No caso do Brasil, os governos que se instalaram entre o final do Estado Novo(1945) e o golpe militar de 1964, embora sem romper nem ameaçar uma ligação íntima com os Estados Unidos nos diversos campos de atividade, adotaram atitudes diversas frente à grande potência.



Pressionados por reações nacionalistas crescentes, que se manifestavam no Congresso, no movimento estudantil e tendiam a ganhar cada vez mais respaldo popular e, por outro lado, pelas dificuldades econômicas, principalmente comerciais, que a política de subordinação sem limites produzia, alguns governantes(Vargas, Juscelino, Jânio e Goulart) tomaram atitudes, seja no plano interno, seja no campo da diplomacia e das relações internacionais, que se chocavam com os ditames oriundos de Washington.

O segundo governo Vargas(1951-1954) fez diversas tentativas de enfrentar o poderoso aliado; seu empenho na constituição da Petrobrás e da Eletrobrás se chocava com a posição de interesses industriais americanos. O governo Juscelino enfrentou inicialmente uma resistência americana a seus planos de instalar indústrias no país. O Fundo Monetário Internacional(FMI) colocou-se contra o Plano de Metas e com isso dificultou a concessão de empréstimos americanos ao governo brasileiro. Juscelino voltou-se para os capitais europeus e, para ampliar suas alternativas de comércio, estabeleceu relações comerciais com a União Soviética. Em junho de 1959 suspendeu os entendimentos com o FMI.

Já o Governo Jânio(1961), no plano da economia interna, adotou resoluções na direção proposta pelo FMI, mas tentou manter certa independência no plano externo. Anunciou que reataria relações diplomáticas com a URSS e enviou o vice-presidente João Goulart à China Popular. Recusou-se a apoiar os EUA na invasão de Cuba e marcou mais ainda sua posição condecorando Ernesto "Che" Guevara, ministro de Cuba, em passagem pelo Brasil.

O Presidente João Goulart(1961-1964) fez algumas tentativas de aproximar-se de Washington, tendo até mesmo visitado o novo presidente dos EUA, John Kennedy, em abril de 1962. Mas, despertou a "ira americana" por sua política externa independente.

Conforme relatado em Retrato do Brasil, o governo brasileiro foi acusado de ter contribuído para evitar que os EUA conseguissem apoio de toda a América Latina para suas represálias contra Cuba, na Conferência de Punta Del Este, em janeiro de 1962. No plano interno, as encampações de empresas americanas e a Lei de Remessa de Lucros, regulamentada em 1964, contribuíram para afastar ainda mais o governo americano. Os EUA passam a apoiar diretamente, com empréstimos, os governos estaduais que se opunham ao Governo Goulart, como o de Carlos Lacerda, na Guanabara, e o de Adhemar de Barros, em São Paulo.

Depois do golpe militar de 1964, que derrubou o governo constitucional de João Goulart, onde tiveram papel destacado tanto na fase de conspiração quanto na de execução, os americanos viram instalar-se no Brasil o Governo Castello Branco, que a pretexto de "fronteiras ideológicas" e "interdependência" entre as nações "livres", optou pelo alinhamento automático de nosso país com as posições dos EUA.

Se o governo Vargas, respaldado pela mobilização social, particularmente estudantil, resistiu em enviar tropas brasileiras para lutar na Coreia em 1951, o governo Castello Branco(1964-



1967) não vacilou em enviar soldados brasileiros para apoiar a intervenção americana na República Dominicana. A partir daí, uma série de decisões favorece os interesses americanos no Brasil, anulando medidas de defesa da economia nacional adotadas pelos governos anteriores, como a nova Lei de Remessa de Lucros, o Acordo de Garantia de investimentos. Em troca é garantido o reescalonamento da dívida externa e o afluxo de financiamentos oriundos de agências governamentais americanas ou internacionais, onde o governo americano tinha controle decisivo, iniciando-se assim um novo ciclo de endividamento.

Se no plano cultural a presença americana vinha crescendo depois da Segunda Grande Guerra, sob o Regime Militar atinge outros níveis, quando os convênios entre o Ministério da Educação e Cultura(MEC) e a United States Agency for International Development(USAID) - os famosos "Acordos MEC-USAID" - são estabelecidos para reestruturar o ensino superior no país. Outro destaque são os contratos de financiamento e assistência técnica, firmados com grupos americanos, visando ajudar a Globo a se tornar a rede de rádio e televisão mais poderosa do país.

É importante esclarecer que outros acontecimentos permearam o caminhar da nossa história. O enfoque que vem a seguir refere-se à atuação das Forças Armadas.

a.2) Forças Armadas

Retrato do Brasil (1984:293/294) destaca que o golpe militar de 1964 significou a tomada do poder pelo setor das Forças Armadas, orientado pela doutrina gerada na Escola Superior de Guerra(ESG).

A ESG se organizou em 1949, tendo como modelo o National War College americano. Mas, desde o início diferenciou-se de seu modelo original por estar mais voltada para os aspectos internos do país e menos para a defesa do país de um ataque externo. A concepção que nasceu e se desenvolveu na ESG se caracteriza por interrelacionar os temas da segurança e do desenvolvimento. Só o desenvolvimento econômico do país poderia garantir a sua segurança e só um clima de segurança poderia permitir o desenvolvimento. Garantir esse clima de segurança significava minimizar as fontes de cisão e desunião; e isso seria tarefa das Forças Armadas. Por essa concepção, as elites do país são "a mola propulsora do processo de mudança"(Manual Básico da ESG,1977), enquanto o movimento operário e popular se torna alvo potencial das políticas de segurança. Ele passa a ser visto como fator de cisão, por um lado, porque, no entender dos formuladores da doutrina, os trabalhadores tenderiam a colocar suas necessidades corporativas acima dos interesses nacionais e, por outro, porque seriam suscetíveis às influências da propaganda comunista.

Sobre a questão acima apontada, é importante destacar as palavras de um tenente-coronel falando a empresários do sul do país, em dezembro de 1964: "*nós, soldados, procuramos conservar a*



ordem, para que vocês, empresários, arriscando, criando, produzindo e multiplicando, possam nos dar o progresso". Essa fala caracteriza bem a época que a sociedade brasileira vinha vivenciando; mais do que nunca, os trabalhadores sofreram repressões, as maiores de toda a nossa história.

No sentido apontado acima, as Forças Armadas preocupavam-se cada vez menos com suas tarefas clássicas. Um exemplo disso pode ser encontrado na evolução do currículo da Escola de Comando do Estado-Maior das Forças Armadas; em 1956 ele não continha qualquer referência à guerra contra guerrilhas. A partir de 1961, os cursos sobre essas questões já se faziam presentes; em 1968 o currículo destinava 222 horas-aula para a questão da segurança interna, 129 para a guerra irregular e apenas 21 eram dedicadas aos tópicos relacionados à defesa do território.

Apoiadas na Doutrina da Segurança Nacional, as Forças Armadas brasileiras, no período do regime militar, investiram contra todos os setores do povo brasileiro: operários, estudantes, camponeses e intelectuais.

Em julho de 1968, ao reprimir um surto grevista, o Exército ocupou militarmente a cidade de Osasco, em São Paulo, e deu cobertura à invasão da empresa Cobrasma pela Polícia Militar, que prendeu cerca de 400 operários. O Campus da Universidade de Brasília foi ocupado sete vezes entre 1964 e 1968. Na primeira vez, em abril de 1964, a biblioteca central ficou interditada por 16 dias; na segunda, em agosto de 1968, um estudante foi atingido na cabeça por uma bala calibre 45. O Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP) também foi invadido várias vezes naquele período; à procura de armas, os militares, em dezembro/68, ali permaneceram por três meses.

a.3) Ação da Igreja

Dentro da enumeração de fatos que caracterizaram esse período, a Igreja católica teve papel importante. De acordo com CASTRO in Retrato do Brasil(1984:325/328), em 64 a Igreja, dividida, saudava o Regime Militar. Em pouco tempo, porém, os bispos brasileiros, que apoiaram o novo regime, viram que "estavam embarcando numa canoa furada".

Para saudar o Regime Militar a Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil emitiu a "Declaração da CNBB sobre a Situação Nacional". Um dos trechos do documento tratava do seguinte: *"o Brasil foi há pouco cenário de graves acontecimentos, que modificaram profundamente os rumos da situação nacional. Atendendo à geral e angustiosa expectativa do povo brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do poder, as Forças Armadas acudiram em tempo, e evitaram que se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa terra(...). Ao rendermos graças a Deus, que atendeu às orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação, e gratos somos a quantos concorreram para libertarem-na do abismo iminente".*



Com essa declaração a Igreja católica estava assumindo o Regime recém-instalado no Brasil e, mais uma vez, através dos processos de comunicação, a desigualdade de forças entre dominantes e dominados estava bem definida. Cabe aqui fazer uma retrospectiva: no período anterior, as relações entre Igreja católica e Estado estavam estremecidas. Com a criação da CNBB o espírito crítico passou a existir em grande parte das discussões do clero. Influenciados pela liderança de Dom Helder, padres e religiosos assistentes da Ação Católica começaram a persuadir alguns bispos: era apenas o começo do processo de mudança na Igreja. E foi assim que o golpe de 64 encontrou o Brasil: com a Igreja católica em processo de mudança. É o período em que há uma virada brusca na Igreja; os militares golpistas tiveram motivos suficientes para se espantar.

O mesmo autor destaca que diante da violência da repressão, de um lado, e da concentração de renda, de outro, que tornava agressiva a pobreza e insuportável e nada cristão o fosso a separar ricos muito ricos e pobres cada vez mais pobres no país, a Igreja passou a ser "denunciadora das injustiças e encorajadora de todo um esforço de promoção humana". Em função dessa virada, a Igreja conhece um dos mais belos períodos de seus quase cinco séculos de história no Brasil. É o período de perseguição, no qual a Igreja católica brasileira se encontra com a Igreja primitiva, das catacumbas, do Império Romano.

Depois de 64, do golpe militar, a partir da repressão, num grau até então desconhecido em nossa história, a Igreja atua como um todo; fica, nesse sentido, desligada do Estado e este não tem como controlá-la.

a.4) Manifestações populares

Nesse período há, também, intensa participação popular nas manifestações de rua. Conforme descrito em Retrato do Brasil(1984:341/344), em 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro, um público calculado em 200 mil pessoas, convocado pelos Sindicatos, acorre à Central do Brasil para um comício em defesa das reformas de base. O presidente João Goulart foi o último orador. A partir da renúncia do presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, o país mergulhou num dos períodos mais conturbados de sua história.

No Governo Goulart(1961-1964) duas grandes campanhas centralizaram a atenção da população. Inicialmente, a campanha para antecipar a data do plebiscito que iria aprovar ou não o ato adicional que havia instituído o parlamentarismo e que estava marcado para 1966; depois, a campanha pelas reformas de base. As duas se relacionavam intimamente, pois ambas se voltavam contra o Congresso, que era considerado o baluarte das forças conservadoras e que impedia as reformas pretendidas pelo governo, principalmente a reforma agrária.



a.5) O surgimento da TV e suas implicações

Esse, também, foi o período em que foi inaugurada a maior rede de televisão do Brasil. Ainda de acordo com POMPEU in Retrato do Brasil (1984:397/401), em junho de 1965, dois meses após a inauguração da primeira estação da Rede Globo, o canal 4 do Rio de Janeiro, o Governador do então Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, enviou ao Ministro Milton Campos, da Justiça, uma representação contra Roberto Marinho, "por violação da Constituição Federal em permitir, mediante acordo, que o grupo estrangeiro Time-Life mantivesse veículo de opinião". Era o início do escândalo Time-Life. Em 1966, o deputado João Calmon, ligado aos Diários Associados e à Rede Tupi, a pioneira de televisão no Brasil, pediu uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as denúncias de Lacerda. Em setembro de 66, a CPI convocada por Calmon aprovou, por oito votos a zero o parecer do relator, deputado Djalma Marinho, apontando que os contratos entre a TV Globo e o grupo Time-Life feriam o artigo 160 da Constituição.

A polêmica Time-Life era apenas a ponta de um iceberg. Quando do surgimento da Rede Globo, o Brasil entrava decisivamente na fase de internacionalização de seu mercado interno, reflexo de uma nova ordem econômica que se iniciara após a Segunda Guerra Mundial. Os conglomerados e as multinacionais passaram a explorar os mercados representados pelos países subdesenvolvidos.

Na área cultural multiplicavam-se nos meios de comunicação dos países dependentes elementos que reproduziam a forma e o espírito dos modelos norte-americanos.

Nos anos 60, uma minoria privilegiada da população já possuía seus aparelhos de TV; ao todo somavam aproximadamente 700 mil, concentrados especialmente no Rio e São Paulo. Naquela década impunham-se o acelerado crescimento da população urbana e a implantação, ainda no governo de Juscelino Kubitschek, de um modelo de desenvolvimento baseado na indústria de bens de consumo duráveis - entre eles, os próprios aparelhos de televisão, que já eram fabricados no Brasil, barateando seu custo.

A participação do Estado na economia aumentou e a renda se reconcentrou, possibilitando uma maior expansão do capitalismo empresarial. Criaram-se facilidades para os investimentos multinacionais e se desenvolveram as condições básicas para a "integração nacional", através do Sistema de Telecomunicações.

1967 foi o ano que marcou a mudança da política de comunicações com a criação do Ministério das Comunicações e a implantação, através da Empresa Brasileira de Telecomunicações(EMBRATEL), filiada ao Consórcio Internacional de Comunicações por Satélite(INTELSAT), do Plano Nacional de Telecomunicações, que tornou possível, tecnicamente, a existência de uma rede verdadeiramente nacional de televisão, com as estações repetidoras e os canais de microondas.



POMPEU afirma que a TV deixara de ser uma curiosidade eletrônica. No mundo todo ela estava associada ao nível de modernização atingido pelos países. E o Regime Militar concentrou esforços na disseminação desse testemunho de modernidade pelo Brasil. Ao mesmo tempo, através do rádio e da televisão, toda a população, alfabetizada ou não, poderia ser informada das realizações do regime. E a Globo estava pronta para essa missão. Já na CPI "Time-Life", Calmon denunciara que um dos objetivos da rede de emissoras que Roberto Marinho pretendia montar era o de "mobilização da opinião pública em torno do Regime Militar".

Cabe aqui destacar que a televisão brasileira funciona sob regime de concessão de canais, assim como o rádio, já que o Estado brasileiro é o titular da radiodifusão, podendo, periodicamente, segundo a legislação, ceder o direito de uso de ondas e canais à empresas privadas ou a instituições. Este instrumento, aliado à censura, dá ao governo grande poder de ingerência na programação das emissoras. Desde 1931, as concessões eram feitas por períodos de dez anos.

Entretanto, em 1951, já com a inauguração da TV, o presidente Getúlio Vargas, em seu segundo governo, pressionado pelos meios de comunicação, que se opunham a sua política nacionalista e de regulamentação de direitos trabalhistas, procurou neutralizar a radiodifusão e impôs uma revisão do prazo de concessão a cada três anos. A medida, no entanto, não sobreviveu a seu governo, interrompido por seu suicídio em 1954. Mais tarde, o governo Jânio Quadros(1961) propôs a redução do direito de exploração de emissoras para três anos, mas sua renúncia não permitiu que a proposta vigorasse.

No governo João Goulart(1961-1964), os empresários do setor fundam a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão(ABERT). A influência dessa entidade conseguiu derrubar, no Congresso, 52 vetos de Goulart ao Código Brasileiro de Telecomunicações(CBT) de 1962, que refletindo a força e os interesses das empresas de rádio e TV - elevava para 15 anos os prazos de concessão.

Apesar de favorecer as empresas no que diz respeito ao tempo de duração das concessões, o CBT previa infrações e penalidades no uso da TV. As infrações iam desde fazer propaganda de guerra ou de processos violentos para subverter a ordem política ou social até ofender a moral militar.

Na Lei de Segurança Nacional do Regime Militar estavam previstas penas de até 30 anos de prisão para "crimes políticos" cometidos via televisão. Além da legislação restritiva, a TV foi cerceada também pela censura.

a.6) Implicações para a Educação

Retrato do Brasil(1984:361/365) destaca que, com o Regime Militar intensifica-se a crise na educação brasileira. Nessa fase da nossa história a repressão nas escolas era patente. Os



professores e alunos que pretenderam discutir politicamente o que estava acontecendo com a educação brasileira, criticando os caminhos adotados, quiseram propor soluções diferentes e foram duramente reprimidos pelo Regime Militar.

O incêndio do prédio da União Nacional dos Estudantes(UNE), logo após o golpe militar de 1964 e a demissão em massa de professores da Universidade de Brasília, naquele mesmo ano, foram os marcos iniciais de um período negro para os membros da universidade brasileira.

Um indicador da violência com que o regime se empenhou em combater a organização e participação política dos estudantes brasileiros é dado pelo destino dos nove presidentes da UNE que tiveram suas gestões na década de 60: quatro foram presos, dois exilados, dois banidos e um deles - Honestino Guimarães - desapareceu em 1972.

A primeira tentativa de destruir as entidades autônomas dos estudantes veio com a lei Suplicy de Lacerda(4.464/64), de 9 de novembro de 1964, que criou o Diretório Nacional dos Estudantes para substituir a UNE, os diretórios estaduais para o lugar das uniões estaduais(UEE's) e os diretórios acadêmicos, que atuariam no lugar dos centros acadêmicos e grêmios.

a.6.1) Pesquisa científica

Em se tratando da pesquisa científica, conforme descrito em Retrato do Brasil(1984:349/352), verifica-se, nessa fase, que o modelo científico promovido pelo Regime Militar levou a um enfraquecimento geral da pesquisa, acentuando a dependência tecnológica que vinha perseguindo o país desde o período colonial.

Com a ascensão do Regime Militar, os pesquisadores brasileiros tornaram-se uma comunidade em rápido crescimento, fato que se verifica pelo seguinte exemplo: a Universidade de São Paulo tinha três mil estudantes em 1935, ano de sua fundação; em 1960 contava com apenas 9,5 mil alunos; em 1980, o quadro discente da maior Universidade brasileira estava com 30.934 alunos.

É relevante observar, também, a progressão dos pós-graduandos: eram apenas dois(2) em 1935, cento e dez(110) em 1965 e cinco mil(5.000) em 1970. Além disso, o orçamento do Estado passou a contar, naquela época, com uma parcela cada vez maior destinada à Ciência e Tecnologia.

Apesar disso, é interessante destacar que os planos do Regime Militar acabaram, ironicamente, forçando os cientistas a saírem dos laboratórios e vir para as ruas discutir política: isso foi bastante intenso nas famosas reuniões anuais da SBPC(Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência).

Após o golpe de 64, sob a presidência de seu fundador, o fisiologista Maurício Rocha e Silva, a entidade máxima da comunidade científica denunciou o fechamento político e se recusou a



negociar com os governos dos generais. Nesse período, até 1969, perdurou um clima de expectativa em que ainda se articulavam os novos planos para a ciência nacional. As reuniões da SBPC foram bastante importantes entre 1969 e 1973, a etapa mais dura da repressão política, quando os cientistas foram perseguidos, presos, cassados e demitidos.

O Regime Militar institucionalizou a ciência de modo autoritário, centralizando absurdamente seus órgãos principais. O comando geral da política científica atuava sob o Ministério do Planejamento, que interligava ações do CNPq e outras entidades como a FINEP(Financiadora de Estudos e Projetos) e o BNDES(Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). A política científica foi organizada a partir de diretrizes estipuladas, em 1964, com participação do próprio Conselho de Segurança Nacional. Desde a Segunda Grande Guerra, o planejamento da ciência era uma necessidade cada vez mais premente das grandes empresas internacionais. Para implantar-se nos países subdesenvolvidos, as multinacionais precisavam de técnicos locais que conhecessem e soubessem lidar com as novas tecnologias em surgimento: radares, foguetes, computadores, produtos químicos derivados de moléculas complexas etc. Isso já estava previsto nos planos do Regime Militar.

O CNPq foi implantado em 1951, no governo de Getúlio Vargas, com atribuições muito limitadas, ou seja, desenvolver a energia nuclear. No mesmo ano foi criado um órgão-chave para a formação de pesquisadores, a CAPES(Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior).

Tanto o CNPq quanto a CAPES passaram por diversas reformulações sob o Regime Militar, até ficarem sob o comando do Ministério do Planejamento em 1974.

b) FATOS ESPECÍFICOS DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Para dar continuidade aos acontecimentos históricos deste período, relacionamos os dados que se tem registro a respeito da evolução e consolidação da área de Relações Públicas. SERRA e GURGEL relata(1983:21/38): no final da década de 40(1949), em Londres, reúnem-se profissionais de Relações Públicas ingleses e holandeses para criar uma associação mundial de Relações Públicas. Tinham o objetivo de aproximar os profissionais de Relações Públicas e adotar normas semelhantes de procedimentos para desenvolver e praticar a atividade.

Ainda nesse ano (1949),no Brasil, no Instituto de Administração, da Universidade de São Paulo, são ministradas conferências sobre Relações Públicas, sob a coordenação do Prof. Mario Wagner Vieira da Cunha.

É na década de 50 que são dados os primeiros passos para o ensino das Relações Públicas no Brasil. De acordo com MELO(1991:12/28), a Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, em 1953, promove cursos livres de extensão universitária, com a participação dos professores



norte-americanos Harwood L. Childs e Eric Carlson, que ministram curso de Relações Públicas na Escola Brasileira de Administração Pública.

Da mesma maneira que a Fundação Getúlio Vargas desenvolvia essas atividades no Rio de Janeiro, em São Paulo, o IDORT - Instituto de Organização e Racionalização do trabalho - também promove atividades sistemáticas e cursos intensivos que formaram os novos profissionais para atuar em Relações Públicas nas empresas.

O que o autor destaca é que esses fatos ocorreram para atender necessidades emergentes do mercado de trabalho. A indústria estava em franco desenvolvimento; há, segundo MELO, uma relação direta, do ponto de vista histórico, entre a formação de profissionais para atuar na indústria e o desenvolvimento da própria indústria. Segundo ele, a Universidade brasileira teve um papel de omissão em relação a essas novas atividades que emergiram na sociedade, pois, ao invés de a universidade se antecipar para estudar esses fenômenos e, ao mesmo tempo, começar a formar pessoas qualificados, ela vem a reboque.

A atividade empresarial se desenvolve e, como consequência disso, surge a necessidade de profissionais com características determinadas. Tais profissionais organizam-se corporativamente e buscam as regulamentações profissionais, bem como criam as reservas de mercado para os que estão em exercício. Essa reserva de mercado, de acordo com MELO, se dá com a participação da Universidade. De um modo geral, são profissões que ainda não têm legitimidade; é através da Universidade que buscam essa legitimação.

É importante destacar neste "segundo momento"(1949-1968), a periodização do ensino de Comunicação Social no Brasil, proposta por MELO(1991:12/28). Segundo o autor, para enfocar a história do ensino de Comunicação no Brasil, é preciso considerar duas vertentes: a primeira trata do aparecimento dos cursos livres, já mencionados neste capítulo. A segunda é a dos cursos superiores: por pressão das categorias profissionais as Universidades criam cursos específicos e os regulamentam.

Nesse sentido, o autor apresenta uma periodização do Ensino de Comunicação no Brasil a partir das experiências dos cursos superiores, uma vez que não tem ainda evidências suficientes para periodizar os cursos livres. Existem três períodos na história do ensino de Comunicação no Brasil; neste "segundo momento"(1949-1968) vamos destacar o primeiro e o segundo períodos:

a) o primeiro é marcado pela hegemonia européia, que corresponde os anos 50 até 1964. Essa hegemonia se dá através das duas matrizes que são evidentes em São Paulo e no Rio de Janeiro: em São Paulo é a matriz da Universidade Pro Deo de Roma; a Faculdade Cásper Líbero se estrutura a partir do modelo presente naquela universidade, criada em Roma pelos dominicanos no período pós-guerra, com a finalidade de formar as novas gerações de empresários e profissionais liberais que assumiriam o comando da vida italiana naquele período.



A segunda é a matriz francesa, do Instituto Francês de Imprensa, que predominou na Universidade Federal do Rio de Janeiro, no curso de jornalismo da Faculdade Nacional de Filosofia, especialmente pelas ligações que o Prof. Danton Jobim tinha com aquele instituto.

b) o segundo período, de hegemonia norte-americana, marca os anos 60 (especialmente depois de 64) e se projeta pelos anos 70. Ainda, segundo o pesquisador, essa hegemonia norte-americana traduz, sem dúvida alguma, uma reciclagem da corporação profissional brasileira, e até mesmo do empresariado, em relação à importação de modelos europeus defasados em função da nova realidade que estávamos vivendo. Nos anos 60 estávamos em pleno período de redemocratização e de forte influência norte-americana no Brasil. É o momento em que o Brasil e toda a América Latina vinculam-se à cultura norte-americana.

MELO afirma que, no caso específico das escolas de comunicação, buscamos os modelos do pós-guerra que não estavam mais em sintonia com a nova realidade brasileira. Há um descompasso entre o ambiente cultural que vivíamos e a importação daqueles modelos.

Essa busca do modelo norte-americano deu-se através do projeto que, segundo o autor, é o mais importante trabalho de transformação universitária do Brasil: projeto da Universidade de Brasília (Projeto Darcy Ribeiro, concebido antes de 1964). Na Universidade de Brasília é criada a Faculdade de Comunicação de Massa, estruturada por Pompeu de Souza, que concebe um modelo e apresenta uma proposta de faculdade de comunicação calcada na School of Mass Communication da Universidade de Stanford. É uma faculdade estruturada em quatro escolas: jornalismo, cinema, publicidade e propaganda e rádio e televisão.

Esse modelo também está presente na estruturação, em 1966, da Escola de Comunicações Culturais da Universidade de São Paulo. É um projeto que procurou resgatar toda a pressão das demandas que vêm de uma indústria cultural já bastante dinâmica em São Paulo.

A escola de Comunicações Culturais se estrutura com várias carreiras e vários cursos: Jornalismo, Relações Públicas, Rádio e Televisão e Cinema (incorporando inclusive o teatro), com a tentativa de atender às necessidades de formação profissional que ocorrem na indústria cultural paulista. A matriz é norte-americana, com certa influência espanhola, uma vez que o primeiro diretor da escola era um catedrático de Literatura Espanhola. Essa influência tem curta duração porque no ano seguinte ao de sua instalação, a Escola de Comunicações Culturais (hoje Escola de Comunicações e Artes) já começa a fazer mudança de estrutura conforme o modelo norte-americano.

Esse mesmo modelo também é encontrado na FAMECOS, na PUC do Rio Grande do Sul. É uma escola que se estrutura nos anos 60 direcionada a formar profissionais com vocação profissionalizante nos moldes americanos. Essa hegemonia norte-americana se difunde no Brasil através da experiência implantada em Recife, na Universidade Católica de Pernambuco, pelo Prof. Luiz Beltrão.



O modelo proposto por Beltrão é aculturado, porque existiram em sua concepção preocupações em atender às características de uma região pobre. Não apresentava as mesmas características do modelo avançado e moderno que Pompeu de Souza estruturou para a universidade de Brasília.

c) o terceiro período identificado no desenvolvimento do ensino de comunicação no país é o da hegemonia latino-americana. É o que marca os anos 80. Os comentários sobre esse período encontram-se no "terceiro momento"(1969-1980) deste capítulo.

Retomando a cronologia dos fatos que marcaram especificamente a área de Relações Públicas, SERRA e GURGEL destaca que no ano de 1954, em 21 de julho, é fundada a Associação Brasileira de Relações Públicas(ABRP). A iniciativa para fundação da ABRP partiu do IDORT - Instituto de Organização Racional do Trabalho, de São Paulo, reunindo pessoas que desenvolviam atividades ligadas às Relações Públicas.

Na metade da década de 50(1955), em Londres, é criada a Associação Internacional de Relações Públicas(International Public Relations Association - IPRA). Os membros fundadores eram da França, Grã-Bretanha, dos Países Baixos, Noruega e Estados Unidos. O primeiro presidente foi Fife Clark, da Grã-Bretanha. De imediato, os membros da IPRA aprovaram seus estatutos.

No Brasil, no Serviço de Informação Agrícola, é criado o Setor de Relações Públicas, com a seguinte observação: "o Serviço de Informação Agrícola é, no Ministério da Agricultura, o órgão típico de Relações Públicas, pela natureza das tarefas que realiza, mantendo ligações com a imprensa, o radio e o cinema, prestando colaboração às iniciativas de interesse coletivo e atendendo o público através de suas seções e da biblioteca".

No ano de 1958 acontecem eventos de grande importância para a área:

a)na Bélgica(Bruxelas) realiza-se o I Congresso Mundial de Relações Públicas com delegações de 23 países(271 delegados).

b)é criado o Comitê Europeu de Relações Públicas com a participação de profissionais da Bélgica, Grã-Bretanha, França, Holanda, Suíça, Noruega, Itália, Grécia, Portugal, Espanha e Finlândia.

c) em nível de Brasil, é realizado no Rio de Janeiro(Niterói), o I Seminário Brasileiro de Relações Públicas, sob o patrocínio da Prefeitura Municipal de Niterói.

d)ainda no Brasil: são intensificadas as atividades de Relações Públicas, especialmente no setor privado. Mauricio de Lima e Silva publica o livro "Funções Gerais de Relações Públicas", elaborado para o curso de Relações Públicas, ministrado na Escola Brasileira de Administração Pública, da FGV(Fundação Getúlio Vargas), do Rio de Janeiro.

No final da década de 50(1959), alguns fatos também merecem destaque:



a) o Conselho da IPRA reúne-se em Londres e divulga sua definição de Relações Públicas: "As Relações Públicas são uma função diretiva de caráter permanente e organizado, pela qual uma empresa, um organismo público ou privado, procura obter e manter a compreensão, a simpatia e o concurso daqueles com que tratam ou podem vir a tratar".

b) no Brasil (São Paulo), a Escola de Jornalismo Cásper Líbero promove um curso de Relações Públicas em nível de pós-graduação (lato sensu). Em Curitiba é realizado o I Congresso Paranaense de Relações Públicas.

O início da década de 60 (1961) é marcado por fatos relevantes:

a) no México, é fundada a Federação Interamericana de Relações Públicas (FIARP). Os objetivos da federação estavam assim descritos: estimular o desenvolvimento profissional, valorizar as Relações Públicas, chamar a atenção das autoridades latino-americanas para a importância das Relações Públicas e desenvolver o ensino das técnicas de Relações Públicas.

b) no Brasil, a PUC (Rio de Janeiro), realiza seu primeiro curso de Relações Públicas, destinado aos diplomados em nível superior. O tema do curso era "Relações Públicas e Opinião Pública", sob orientação do Prof. Walter Ramos Poyares. Em São Paulo, no Departamento Estadual de Administração, o Prof. Cândido Teobaldo de Souza Andrade também ministra um curso sobre Relações Públicas.

Em 1962, em Santiago do Chile, por ocasião da III Conferência Interamericana de Relações Públicas, os estatutos da FIARP são aprovados. Os objetivos ficaram assim delineados: promover a unidade e a colaboração recíproca de todos os organismos públicos e privados que agrupam profissionais de Relações Públicas; estabelecer as bases necessárias para facilitar o intercâmbio de idéias e experiências; promover o renome continental da profissão de Relações Públicas; depurar e uniformizar o ensino e a prática de Relações Públicas.

Para o desenvolvimento da profissão no Brasil, 1965 é o ano que direciona, de certa forma, os destinos da área de Relações Públicas: a Universidade de São Paulo, por intermédio da Escola de Comunicações e Artes, cria o primeiro curso regular de Relações Públicas.

O curso tem início apenas em 1967, em nível de graduação, com duração de quatro anos. Estávamos em pleno Regime Militar que, no mesmo ano, cria as condições necessárias para a expansão das telecomunicações no Brasil.

Em nível mundial, o acontecimento de destaque na área dá-se em Atenas (Grécia): o Conselho do IPRA e o Centro Europeu de Relações Públicas adotam o Código Internacional de Ética, o chamado código de Atenas, baseado nos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, das Nações Unidas. Esse Código substituiu o código de conduta do IPRA.

Corroborando a implantação do curso de Relações Públicas na Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo, o Presidente da República, em 1967, sanciona a Lei nº 5377, de 11 de dezembro, disciplinando a profissão de Relações Públicas. O Brasil é o primeiro



país do mundo a adotar uma legislação específica para Relações Públicas. A Lei designou o profissional de Relações Públicas, definiu as atividades específicas e fixou condições para o registro da profissão e de sua fiscalização. Dessa data em diante, a designação do profissional de relações públicas passou a ser privativa dos bacharéis formados em cursos de nível superior no Brasil, ou curso similar no estrangeiro, e também daqueles que vinham exercendo as funções de relações públicas como atividade principal e permanente no mínimo nos 24 meses anteriores à promulgação da lei, com a condição de serem sócios da Associação Brasileira de Relações Públicas. É um momento de avanço significativo para a área de Relações Públicas.

Ainda nesse ano(1967), a FIARP estabelece uma Comissão para La Enseñanza de Las Relaciones Públicas, encarregada de propor e orientar um currículo mínimo para os cursos superiores de Relações Públicas na América Latina. É um fato que merece destaque, especialmente porque não tínhamos ainda uma legislação que norteasse a estruturação de um currículo mínimo para a graduação em Relações Públicas. As ações da FIARP, nesse sentido, tinham o objetivo de adequar "um modelo de currículo" às características dos países latino-americanos.

O ano de 1968 é marcado pela assinatura de muitos decretos, quer seja regulamentando a profissão, quer aprovando as Diretrizes de Relações Públicas para o governo. É um ano histórico para a área. Assim, relacionamos os principais acontecimentos:

a) o Presidente da República assina o Decreto nr 63.283, de 26 de setembro, aprovando o Regulamento da Profissão de Relações Públicas, conforme a Lei 5377, de 11 de dezembro. Tal decreto estabelece uma definição para Relações Públicas: "A atividade e o esforço deliberado, planejado e contínuo para estabelecer e manter compreensão mútua entre uma instituição pública ou privada e os grupos e pessoas a que esteja direta ou indiretamente ligada, constituem o objetivo geral da profissão liberal assalariada de Relações Públicas". AGUIAR(1987:32) declara que a atividade de Relações Públicas pode ser exercida como profissão liberal, assalariada ou de magistério, em entidades de direito público ou privado, sempre visando ao estudo ou aplicação de técnicas de política social destinadas à intercomunicação de indivíduos, instituições ou coletividades.

b) o Presidente da República assina o Decreto nr 62.119, de 15 de janeiro, criando a Assessoria Especial de Relações Públicas, no âmbito da Presidência da República, com competência para administrar o Sistema de Relações Públicas do Poder Executivo. Como consequência da Reforma Administrativa de 1967, criada pelo Decreto Lei nr 200, de 25 de fevereiro, os Ministérios foram autorizados a criar subsistemas de Relações Públicas. Em nível governamental, foi um passo bastante significativo na direção de institucionalizar os usos das técnicas de Relações Públicas.



c) o Presidente da República assina o Decreto nº 63.516, de 31 de outubro, aprovando as Diretrizes de Relações Públicas no Governo. Nesse sentido ficou definido o Sistema de Relações Públicas do Poder Executivo com os objetivos de: informar sobre as atividades e acontecimentos diários que envolvessem o Governo, especificamente as concernentes ao Setor de Relações Públicas; manter relações harmônicas com os órgãos de Relações Públicas dos demais poderes; entrosar os serviços de Relações Públicas dos diversos níveis integrando harmoniosamente suas atividades às diretrizes gerais da ABRP; dar continuidade à implantação dos órgãos de Relações Públicas nos Ministérios. As ações a realizar estariam voltadas para analisar, sob o ângulo das Relações Públicas, os fatos políticos e administrativos, objetivando fortalecer a imagem do governo; planejar as Relações Públicas internas, prevendo a informação sistemática, o treinamento nas intercomunicações com o público em geral, a pesquisa de opinião e a colaboração, nos eventos de interesse, dos servidores vinculados ao órgão, procurando valorizá-los em todas as oportunidades; e coordenar os planos de Relações Públicas. O referido Decreto ainda levou em conta a necessidade de prover de imediato os órgãos de Relações Públicas sugerindo a utilização de verbas vinculadas nos respectivos Ministérios e, executar, sempre que possível, os planos de Relações Públicas de todos os órgãos oficiais através da Agência Nacional e da rede de rádio e televisão do Governo.

Em nível de América Latina, em Lima (Peru) é realizada a VIII Conferência Interamericana de Relações Públicas. Nesse mesmo ano a FIARP cria o Centro Interamericano de Documentação e Pesquisa em Relações Públicas.

Na sequência, elencamos os fatos das décadas de 70 e 80.

3 - TERCEIRO MOMENTO - APERFEIÇOAMENTO(1969-1980)

Escolheu-se essa denominação para esse período porque aconteceram, especialmente em nível de Brasil, fatos que marcaram bastante nossa sociedade, em todos os setores. Foi nessa época que o Conselho Federal de Educação impôs duas resoluções para o ensino de Comunicação Social (II/69 e 03/78); também foi nesse período que os cursos de Pós-Graduação em Comunicação Social iniciam suas atividades, assim como é nessa fase que o Brasil vive "o milagre econômico". Os avanços tecnológicos tomam conta de todos os setores e na nossa cultura são introjetados todos os "modismos" criados pelos americanos.

Nesse sentido, muitos foram os acontecimentos que merecem destaque; primeiro relacionamos os fatos genéricos e, após, os específicos da área de Relações Públicas.

a) FATOS GERAIS

a.1) Ação do Regime Militar



Conforme consta em Retrato do Brasil(1984:293/294), é conveniente lembrar que os militares tomaram o poder em 1964 prometendo tirar o país do buraco para levá-lo à frente de forma harmoniosa e ininterrupta. No começo dos anos 80, porém, já tinham atolado o país na maior crise de sua história.

Até 1980, o modelo de desenvolvimento disparado no país com o golpe militar de 1964 tinha para sua defesa um argumento poderoso: o Brasil crescia. Contra os que argumentassem com os números constrangedores da má distribuição de renda, do endividamento externo, da concentração da propriedade da terra e da ausência de liberdades essenciais, era sempre possível apresentar um "punhado de estatísticas" de melhorias "per capita" de ensino, saúde, transportes, comunicações, indústria, comércio e serviços.

Entre 1964 e 1980, por exemplo, o Brasil pulou de 50º para o 10º lugar na lista de nações com maior Produto Interno Bruto(PIB); concentrou mais de um quarto de todo o desenvolvimento industrial do Terceiro Mundo; ampliou, diversificou e elevou o nível técnico da produção nos campos e nas fábricas. Além disso, cresceram acima da taxa de crescimento da população medidas expressivas do desenvolvimento social, como o número de matrículas em todos os níveis de ensino, o número de leitos em hospitais, de médicos, de domicílios com água, luz, esgoto. Retrato do Brasil destaca ainda que, nesse período, aumenta o número de lares com os "então onipresentes" aparelhos domésticos, como televisores, rádios, geladeiras, liquidificadores, máquinas de lavar pratos; e, acima de tudo, de residências "aquinhoadas" com a "suprema jóia" da produção das sociedades capitalistas nas últimas décadas: o automóvel.

E os veículos de comunicação foram os responsáveis pela disseminação dessa "imagem" junto à população, escamoteando a realidade. Afirmavam que "o bolo estava crescendo": isso era dito para consolar os inconformados com a má distribuição dos frutos do progresso evidente. Que nação produziu tanto aço, cimento, energia elétrica e redes de transporte e comunicação sem pagar um preço social? Isso era amplamente divulgado nos veículos de comunicação e as empresas que tinham profissionais de comunicação contratados para "trabalhar adequadamente o conceito junto aos públicos de interesse" eram coniventes com todo esse processo.

No início da década de 70, a perseguição àqueles que contestavam a situação em que se encontrava o Brasil ainda era muito forte. É conveniente destacar, mais uma vez, a ação acirrada do exército; no primeiro semestre de 1970, em São Paulo, as tropas do exército que tomaram o Vale do Ribeira, na tentativa de cercar e prender membros da organização Vanguarda Popular Revolucionária(VPR), que tinham instalado ali uma base de treinamento, foram acusadas de assassinar um casal de camponeses que fornecera alimentos para os guerrilheiros.

Tais denúncias se generalizaram depois das três campanhas de cerco e aniquilamento que as Forças Armadas promoveram na região do Araguaia, no Sul do Pará, entre abril de 1972 e



janeiro de 1975, contra guerrilheiros liderados pelo Partido Comunista do Brasil. A violência foi utilizada indiscriminadamente contra a população trabalhadora da região, pequenos comerciantes, padres e freiras. Em alguns períodos eram tantos os presos que eram mantidos em buracos cavados no chão e cobertos com arame.

a.2) Ação da Igreja

No que se refere aos caminhos trilhados pela Igreja no período pós-64, por ocasião do golpe os bispos brasileiros manifestaram-se a favor do regime. Conforme consta em Retrato do Brasil(1984:325/328) nove anos depois, em 1973, os bispos já não davam tantas graças a Deus pela implantação do regime "que livrou o país do perigo comunista". Nesse sentido, cabe aqui registrar o trecho de um outro documento emitido em 1973: *"O milagre brasileiro, despido, de um lado da crença popular, da devoção e da esperança, resulta de outro lado no favorecimento dos não-necessitados, implicando num castigo aos que foram sacrificados, maldição para aqueles que não o pediram. No rastro do milagre ficou o empobrecimento relativo e absoluto do povo(...). A concentração de renda, tende, portanto, a aumentar mais e mais e no seu curso fortalece a estrutura de classe e de poder que a faz possível. No processo de empobrecimento dos que são pobres para aumentar a fortuna dos ricos, a concentração de renda é a demonstração mais clara da opressão e da injustiça de que é capaz a estrutura de propriedade privada dos meios de produção, em que se fundamenta o atual sistema brasileiro(...). A ausência de liberdade, a violência da repressão, as injustiças, o empobrecimento do povo e a alienação dos interesses nacionais ao capital estrangeiro não podem constituir sinal de que o Brasil tenha encontrado o caminho de sua afirmação histórica".*

Esse documento, conhecido como "Eu ouvi os clamores do meu povo", de 6 de maio de 1973, é encabeçado pelas assinaturas de Dom Hélder Câmara e de mais quinze outros bispos e padres representantes das quatro subdivisões regionais do Nordeste da CNBB.

Faz mais de vinte anos que esse documento foi emitido... Seu conteúdo, ainda hoje, retrata a situação, bastante piorada, das condições reais em que se encontra a maioria do povo brasileiro.

a.3) Manifestações populares

Em se tratando de manifestações de rua, Retrato do Brasil(1984:341/344) traz registros muito importantes. Nessa época alguns fatos marcaram a participação do povo brasileiro: em 14 de agosto de 1979, no Rio de Janeiro, cerca de vinte mil pessoas realizaram dois comícios e uma extensa passeata na cidade, reclamando Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. A data provocou o retorno do povo às ruas da antiga Capital da República.

Foi a maior manifestação realizada na cidade, desde a passeata que reuniu 100 mil pessoas, em junho de 1968, auge dos protestos pela morte do estudante Edson Luís de Lima, num confronto com a polícia no restaurante estudantil conhecido como Calabouço.



O tema da anistia surgiu logo depois do golpe militar de 1964, mas foi no ano de 1977 que ele se tornou a principal bandeira das manifestações estudantis e passou a atrair cada vez mais camadas da população. Depois que diversas e significativas entidades se manifestam a favor da anistia, forma-se em fevereiro de 1978 o Comitê Brasileiro pela Anistia que, a seguir, cria comitês em todos os Estados.

O ano de 1979 assiste ao "pipocar" de manifestações pela anistia em todo o país e, em 28 de agosto, o Presidente Figueiredo assina o decreto da anistia, com algumas restrições e não tão ampla quanto se desejava.

Embora, através de sua história, o povo brasileiro tenha se posicionado em campanhas que visavam a atingir metas ligadas à independência do país e a sua democratização, esses sucessivos movimentos de massas, por suas próprias características, não deixaram um saldo realmente positivo. Sobretudo, não significaram um avanço de caráter organizativo para esse mesmo povo.

a.4) Implicações para a educação

Nesse período, não poderíamos deixar de mencionar um tópico que vem traçando os designios da sociedade brasileira, que é a Educação. Conforme consta em Retrato do Brasil(1984:361/365), com o Regime Militar aumentou o número de alunos em todos os níveis, mas o funil educacional mantinha-se como um sério problema, associado à má qualidade do ensino.

Depois de estar instalado no país durante vinte anos, o Regime Militar podia apresentar números que indicavam resultados auspiciosos no campo da educação. A taxa de analfabetismo caíra de 46,8% em 1960 para 32% em 1980 e a população em idade pré-escolar, praticamente desassistida na década de 60, viu as matrículas da pré-escola quintuplicarem depois de 1970.

Enquanto a população aumentou cerca de 70% entre 1960 e 1980, as matrículas do primeiro grau passaram de 8,4 milhões para 22,6 milhões - um aumento de 170%. As matrículas do segundo grau decuplicaram no mesmo período, chegando a 2,8 milhões.

Em 1980 havia mais de 1,3 milhões de universitários no país, número dez vezes maior que em 1964; os alunos de pós-graduação tinham multiplicado por 15 o seu número, chegando a 29 mil no mesmo ano.

Entre 1960 e 1980 triplicou o corpo docente do primeiro grau e quintuplicou o número de professores no segundo grau e nas universidades. Na formação de pesquisadores de alto nível, no biênio 1970-1971, 2.683 alunos concluíram o mestrado e apenas 87 terminavam o doutorado. No início da década seguinte esses números tinham aumentado para 20.744 e 1.697, respectivamente; o número de doutores aumentou 20 vezes.



Em 1960, para cada mil alunos matriculados no primeiro ano do grupo escolar(atual primeira série do primeiro grau), 4,7 estudantes concluíam a universidade; em 1980 esse número chegou a ser 34. E esta "melhora" era geral.

Retrato do Brasil (1984:361/365) destaca ainda que a estrutura educacional atendia às necessidades de um determinado tipo de industrialização e desenvolvimento, atrelado ao capital estrangeiro e excluía dos seus benefícios parcelas significativas da população. Essa estrutura de educação refletia as contradições e limites do "modelo" de desenvolvimento.

No campo do combate ao analfabetismo, o MOBRAL(Movimento Brasileiro de Alfabetização), criado em 1970, foi por muitos anos ostentado como um dos orgulhos do Regime Militar. O MOBRAL pretendeu erradicar o analfabetismo adulto no país, mas, contrariando essas expectativas o número de analfabetos com mais de 15 anos aumentou, passando de 15,6 milhões em 1976 para 16,9 milhões em 1981.

Ainda no que se refere às implicações para a área educacional, é conveniente lembrar que a UNE e as UEEs foram tornadas ilegais pelo Decreto-Lei nr 228, de 28 de fevereiro de 1967, mas foi o Decreto-Lei nr 477(26 de fevereiro de 1969), diretamente derivado do AI-5, que marcou todo um período de repressão e controle sobre a vida acadêmica. Esse Decreto(477) previa como punição o afastamento da universidade, de três a cinco anos, de qualquer professor ou estudante que "incitasse ou colaborasse para a paralisação de aulas, organizasse comícios, passeatas ou desfiles não autorizados ou deles participasse".Entre 1969 e 1973 foram punidas diretamente com esse Decreto-Lei um total de 263 pessoas.

Contraditoriamente, enquanto reduzia as verbas destinadas à educação, o Regime Militar tentou uma abrangente e ousada reforma em todo o segundo grau. Em agosto de 1971, em pleno "milagre econômico", durante o governo do general Médici, foi votada pelo Congresso nacional, em regime de urgência(40 dias), com ameaça do Executivo aprová-la pelo decurso de prazo, a Lei nr 5692/71, "Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional".

Conforme descrito em Retrato do Brasil(1984:361/365), sem consultar os maiores interessados(alunos, professores e pais), a reforma pretendia estabelecer a "profissionalização universal e compulsória" em todo o segundo grau. Esperava que todo o sistema educacional assumisse a função de preparar mão-de-obra para suprir as necessidades decorrentes do processo,então acelerado, de crescimento econômico. Ao mesmo tempo pretendia desviar da Universidade um público crescente, que ela não podia atender, na suposição de que muitos jovens se dirigiam à universidade por não haverem adquirido habilitação profissional no segundo grau.

A lei foi implantada sem que as escolas contassem com recursos humanos especializados, instalações apropriadas, equipamentos e laboratórios necessários à formação profissional do



aluno. Calculou-se que, se tudo viesse a ser implantado, haveria um aumento de cerca de 60% do custo por aluno de um curso secundário, num momento em que a participação das verbas do MEC no orçamento federal caía ano a ano. Impossibilitadas de cumprir a lei, as escolas passaram a adotar apenas formalmente as novas diretrizes.

Consta também em Retrato do Brasil que um subproduto dessa lei foi a instituição da licenciatura curta para formar professores polivalentes em cursos de três a quatro semestres, a pretexto de suprir deficiências locais e regionais de ensino. Proliferaram as faculdades de fim de semana, que jogaram no mercado de trabalho profissionais despreparados, que muito contribuíram para rebaixar ainda mais o nível de ensino.

Outra decisão que acarretou prejuízo para a qualidade do ensino médio foi a de unificar os exames vestibulares em 1971, quando eles passaram a ser regidos por normas federais. Até então, cada escola fazia seu exame de acordo com suas próprias características.

Com o vestibular unificado, na base de testes de múltipla escolha e que até 1977 não incluía redação, todo o ensino ficou condicionado a preparar os estudantes para esse tipo de prova. Quanto ao ensino superior, o que se pôde observar é que o crescimento do número de vagas pareceu muito mais um inchaço do que um desenvolvimento harmônico.

De 1974 a 1980, o Brasil viveu anos de crescimento instável, na antevéspera da grande crise. E os anos que viriam a seguir seriam de profundo mergulho no abismo. E a realidade atual tem mostrado que esse abismo não tem fim; a sociedade se ressentida da não existência de governantes que desenvolvam em seus programas um governo voltado para as causas sociais.

Esta é a grande lacuna que temos e, ao mesmo tempo, é um grande espaço para os profissionais de Relações Públicas, interessados nessas questões, atuarem. É preciso ações práticas dos governos, tanto em nível local como em nível de Brasil, para tentar reverter esse "caos social" em que estamos envolvidos. É o profissional de Comunicação que pode e deve, habilidosamente, ser o intermediário entre os "que têm a força do trabalho" e os "donos dos meios de produção". A persuasão existe e deve ser usada em todos os sentidos, vertical e horizontal.

a.4.1) Produção Científica

No que se refere à produção científica, Retrato do Brasil(1984:349/352) destaca que, embora seja difícil medir com precisão o volume dessa produção num país, os cientistas brasileiros afirmavam, na década de 80, que a nossa ciência permanecia extremamente atrasada em relação aos grandes centros internacionais.

Em 1975, embora o Brasil fôsse o quinto país em população, números divulgados pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência(SBPC) mostravam que o país não passava da 29a.(vigésima nona) colocação em número de trabalhos científicos publicados; naquele ano,



o Brasil produzia um trabalho por cem mil habitantes, enquanto nos Estados Unidos a proporção era de um por 1,5 mil habitantes; na Argentina, um por 24 mil habitantes e no Chile, um por 36 mil. Esses números revelaram que nos países mais desenvolvidos a ciência avançava fortemente amparada pelo Estado e estreitamente ligada à economia, enquanto no Brasil as pesquisas já chegavam prontas, através das filiais das grandes empresas multinacionais sediadas aqui.

Para melhor sedimentar essa colocação, é importante fazer uma retrospectiva e lembrar que, para o Regime Militar, os planos para a ciência continham duas idéias desastrosas: primeiro, a de que os cientistas "não deveriam meter-se na política", mas dedicar-se "candidamente" à ciência por si mesma, como uma coisa desligada do mundo real; segundo, a concepção de que o pesquisador brasileiro não deveria ter a pretensão de "reinventar a roda", mas ganhar tempo absorvendo a ciência e a tecnologia já prontas.

b) FATOS ESPECÍFICOS DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Os fatos que se seguem mostram os avanços da área de Relações Públicas nesse período. SERRA e GURGEL (1983:39/47) elenca os seguintes acontecimentos: no ano de 1969 o Conselho Federal de Educação cria os currículos mínimos de Relações Públicas, no Curso de Graduação em Comunicação Social, através da Resolução nr 11/69, de 27 de janeiro. O teor do parecer (631/69), que deu origem a essa disposição, concluía que *"a formação de comunicadores (jornalistas, repórteres de TV e rádio, relações públicas e outras atividades similares) terá como ponto de partida o estudo do fenômeno da comunicação, insistirá na aquisição da melhor técnica e contará com os subsídios da cultura geral. Assim preparado, habilitado ao exercício plural das comunicações, robustecido pela ética resultante do conhecimento dos efeitos da profissão, posto a serviço do legítimo interesse público, o comunicador ou jornalista se encontrará em condições de assumir as responsabilidades de sua profissão com a consciência dos seus deveres de contribuir para o progresso da sociedade"*. Embora possuindo boa fundamentação, essa resolução teve vida curta; apresentava muitas deficiências de estrutura; formava o profissional "polivalente".

AGUIAR (1988:30) complementa e afirma que as experiências desastrosas com recém-formados no exercício do magistério (para suprir a ausência de professores qualificados), aliadas à desorganização administrativa, ao baixo nível de ensino e tantas outras situações, influíram na decisão do Conselho Federal de Educação de reformular o currículo, a fim de que o produto final, ou seja, o diplomado, tivesse condições de cumprir realmente as suas tarefas no âmbito profissional. A crítica atingia todos os concluintes dos cursos de Comunicação Social. Substitui-a a resolução nr 03/78, que trouxe em seu bojo um currículo destinado a preparar o acadêmico para influir, como agente de transformação, no processo social, aliando ao processo



prático de ensino o fornecimento do instrumental teórico e técnico para os seus futuros encargos profissionais.

Surgem, também, em 1969 os Conselhos que regulam a profissão de Relações Públicas; à vista disso, a Junta Militar assina o Decreto Lei nr 860, de 11 de setembro, que dispõe sobre a constituição do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Profissionais de Relações Públicas, com atribuições de caráter normativo e fiscalizador.

Nas décadas de 70/80 os fatos que merecem destaque, em nível de Brasil são os seguintes:

a) o Presidente da República assina o Decreto nr 67.611/70, de 1º de novembro, que estabelece o Sistema de Comunicação Social do Poder Executivo, nos moldes do art. 30, do Decreto Lei nr 200, de 25 de fevereiro de 1967. Nesse sentido, coube à Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República as funções de órgão centralizador desse sistema.

b) o Presidente da República assina o Decreto nr 68.582/71, de 4 de maio, que regulamenta o Decreto Lei nr 860, de 11 de setembro de 1969, que criou o Conselho federal e os Conselhos Regionais de Relações Públicas.

c) realiza-se no Rio de Janeiro/Petrópolis, em 1972, o I Congresso Brasileiro de Relações Públicas. AGUIAR(1987:32) relata que, paralelamente, em atividade específica programada nesse evento, a ABRP(Associação Brasileira de Relações Públicas) cria a Comissão de Ensino com a atribuição de pesquisar o desenvolvimento do ensino de Relações Públicas, manter intercâmbio entre as escolas que cuidavam da formação dos futuros profissionais de Relações Públicas e estudar os currículos de graduação e pós-graduação. As lideranças da profissão já vinham sentindo que era preciso preparar as novas gerações para os desafios do futuro. Segundo o autor, a idéia de criar essa Comissão surgiu a partir da constatação de alguns problemas que apareceram na década de 70, por força da mudança do ensino de segundo grau e das suas implicações na formação dos alunos. Apesar da criação dessa comissão, pode-se afirmar que as ações da entidade foram negligenciadas nas questões de ensino, tanto na década de 70 como nas subsequentes(80 e 90).

d) na mesma época, a procura permanente do diploma de cursos superiores, em todas as áreas, determinou inovações trazidas pela Lei 5692, de 1971. Essa legislação, desde cedo, provocou críticas, pois pretendia-se profissionalizar um grande número de jovens sem uma avaliação das suas potencialidades, desconhecendo as necessidades do mercado de trabalho.

AGUIAR(1988:30) ainda afirma que, de acordo com alguns estudiosos, a Lei 5692(mais tarde alterada pela Lei 7044 de 1981) não profissionalizava, como também não preparava para o ensino de Terceiro Grau, ou seja, o abandono da estrutura humanística de ensino era desastroso, pois não conduzia os alunos para a Universidade e muito menos para a vida.

Os alunos, não só os de Comunicação, tiveram no segundo grau um ensino humanístico reduzido, pois foi excluída do currículo disciplina como Filosofia e outras, como História,



Geografia e Português, passaram a ter novas designações, como Estudos Sociais ou Comunicação e Expressão.

e) o Conselho Federal de Educação, nos termos do parecer 1203 de 1977, aprova a Resolução nr 03/78, que passaria a nortear os currículos de Comunicação Social, com suas habilitações específicas (jornalismo, publicidade e propaganda, relações públicas, rádio e televisão e cinema). Apesar de toda a fundamentação relativa à necessidade de visão abrangente, adotada a partir do primeiro parecer definidor, desapareceu com o novo currículo a habilitação chamada "polivalente". Essa resolução já apresentava divisões das matérias do âmbito de Fundamentação Geral Humanística, Específica e de Natureza Profissional, o que permitiu uma setorização nas habilitações, representando uma sensível melhoria na generalidade inserida no currículo de 1969.

O novo currículo recebeu, ainda, orientações de ordem metodológica, disciplinando a aplicação prática dos conhecimentos através de projetos experimentais e estágios profissionais, estes realizados em empresas privadas ou órgãos públicos que mantivessem atividades vinculadas à natureza da respectiva habilitação.

f) o Presidente da República assina o Decreto nr 83.539/79, de 4 de junho, dispondo sobre a reorganização do Sistema de Comunicação Social do Poder Executivo.

g) em 1980 é criado o Centro Interamericano de Estudos Superiores de Relações Públicas - CIESURP, reunindo a Federação Interamericana de Relações Públicas (FIARP), Governo do Estado do Paraná, Universidade Federal do Paraná e Fundação Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura.

h) ainda no ano de 1980, de acordo com MELO (1991:12/28), acontece grande manifestação do setor produtivo em relação ao ensino de comunicação. Foi necessária a criação de um movimento nacional, o ENDECOM (Encontro Nacional em Defesa dos Cursos de Comunicação). O movimento surgiu porque o empresariado começou a pressionar o governo, ainda autoritário, para abolir os diplomas ou então fechar os cursos de comunicação. Como abolir o diploma era difícil porque a corporação profissional é muito forte, optou-se por uma tentativa de fechar os cursos de comunicação. Grande mobilização foi feita no país para defender esse espaço acadêmico.

É importante relatar que na década de 80, que corresponde ao terceiro período do ensino de comunicação no Brasil, conforme propõe MELO, há a proliferação das teses "ciespalinas".

O CIESPAL - Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina - é um órgão criado pela UNESCO em Quito (Equador), no final dos anos 50. Tem um papel decisivo na "latino-americanização" do ensino de comunicação no Brasil.

Conforme colocações do autor, o CIESPAL tem duas fases: na primeira funciona como uma "espécie" de Agência de difusão dos modelos americanos de ensino e pesquisa de comunicação;



na segunda procura fazer uma adaptação desses modelos para o próprio continente. De acordo com MELO, essa adaptação foi bastante equivocada porque tentou fazer a transplantação do modelo americano para a realidade da América Latina, não levando em conta a tendência de internacionalização das atividades de comunicação, que já estavam evidentes naquele momento. Procuraram apresentar uma fórmula globalizante de ensino que, talvez, correspondesse às necessidades de certas comunidades isoladas, pouco desenvolvidas, e que absolutamente não atendiam às expectativas das metrópoles latino-americanas(Rio de Janeiro, São Paulo, Cidade do México, Buenos Aires, Caracas...).

Essa latino-americanização, essa ciespalização se deu através do "comunicador polivalente", que é o que predominou na maioria das escolas dos outros países. Nesse sentido, a escola formava um comunicador que era preparado para exercer "qualquer atividade". Segundo o autor,esse modelo do comunicador polivalente é atravessado pelo "comunicador guerrilheiro", que é o que está um pouco presente na idéia da "pesquisa denúncia". Nas universidades sitiadas pelos militares em vários países, as atividades de comunicação eram bastante censuradas; as escolas de comunicação converteram-se, de alguma maneira, em uma espécie de reduto da contestação à ordem instituída e, portanto, adotam o que os pesquisadores da Venezuela propõem como pesquisa-denúncia.

MELO ainda afirma que as escolas viveram um momento marcado por extrema politização, ideologização e partidarização das atividades universitárias de comunicação no Brasil.

Hoje esse é um modelo que ainda existe em muitas escolas. O pesquisador destaca que, percorrendo os demais países da América Latina pôde verificar que a crise é brutal, sobretudo a crise marcada pelo desemprego. As escolas não têm nenhuma sintonia com as expectativas da sociedade e as pessoas que saem dessas escolas, de um modo geral, são candidatas ao desemprego porque privilegiaram o chamado "modelo da comunicação alternativa". Esse modelo de comunicação não proporciona, segundo MELO, remuneração condizente com as necessidades de sobrevivência do comunicador, aliado ao fato de que as pessoas vão às Universidades em busca de legitimação para o exercício profissional.

O autor ainda enfatiza que estamos vivendo uma grande crise e que o sintoma principal dessa crise é o distanciamento das escolas de comunicação em relação às demandas sociais. Os cursos surgiram por pressão da sociedade; em seguida, os laços com a sociedade são cortados, principalmente com as empresas do setor industrial.

De acordo com o pesquisador, a indústria cultural é deixada de lado por muitas escolas;nesse sentido, há um distanciamento cada vez maior, na medida em que as novas gerações são formadas com um antídoto permanente em relação à indústria cultural. É uma grande contradição, afirma o autor, porque as novas gerações vão trabalhar na indústria cultural e, no entanto, cria-se em algumas escolas desinteresse acentuado em relação às empresas desse setor.



O ano de 1987, de acordo com MELO, é marcado por outra movimentação das escolas de comunicação. Durante a fase da Constituinte há novamente um grande movimento em defesa do diploma, especificamente de jornalista. Os dois fenômenos(o de 1980 e o de 1987) traduzem o conflito e a tensão entre o ensino de comunicação, o empresariado e o sistema produtivo; traduz, também, a falta de diálogo. Segundo o autor, as escolas de comunicação se transformaram em guetos que, pressionados pela indústria criam suas próprias muralhas e vêm se defendendo. Essa defesa se dá sobretudo pela recusa à própria indústria cultural e pela procura, em grande parte, de soluções alternativas: trabalhos desenvolvidos nas periferias, nas zonas rurais, nos pequenos projetos, deixando de lado a preocupação com a indústria. Esse fenômeno não é homogêneo em todas as escolas; há diferenças mas existe uma certa tendência nessa direção. O autor afirma que esse fenômeno não se dá apenas pelo distanciamento em relação à sociedade, mas, também, como uma espécie de mecanismo de defesa das escolas de comunicação em relação à falta de legitimidade que têm nos espaços universitários.

Outra questão apontada pelo pesquisador refere-se à necessidade que as escolas de comunicação têm de acumular conhecimentos sobre os fenômenos educacionais; é preciso que haja avanços na sedimentação da atividade permanente de pesquisa nas escolas de comunicação. A pesquisa é um pouco mais significativa nas escolas que possuem programas de pós-graduação, mas na maioria das escolas a pesquisa inexistente ou é uma atividade de pequena significação. Argumenta que, não dá para continuarmos formando recursos humanos e novas gerações para a atividade profissional ou para solucionarmos problemas emergentes, sem conhecermos, diagnosticarmos e avaliarmos os fenômenos que estão presentes no dia-a-dia da sociedade. É fundamental investir na pesquisa.

Um desafio significativo, apontado por MELO, é a busca de interação entre graduação e pós-graduação. Nas escolas que têm as duas atividades há um distanciamento total entre graduação e pós-graduação, assim como não há interação entre a pós-graduação das principais universidades com a graduação das demais. Muitos dos docentes, após a titulação, não querem mais se dedicar à graduação e não socializam nos cursos de graduação os conhecimentos adquiridos; dedicam-se à programas de pesquisa ou à burocracia acadêmica. No caso específico das Relações Públicas, com raras exceções, isso ocorre com muita frequência.

Retomando os fatos específicos pertinentes à área de Relações Públicas, destaca-se em nível mundial, na década de 70, o seguinte acontecimento: na Cidade do México, no ano de 1978, acontece a I Assembléia Mundial de Relações Públicas, que aprovou o chamado "Acordo do México", que é um princípio de ação em termos de Relações Públicas. Esse acordo, referendado por entidades nacionais de 33 países, define o seguinte: *"o exercício da profissão de Relações Públicas requer ação planejada, com apoio da pesquisa, comunicação sistemática e participação programada, para elevar o nível de entendimento, solidariedade e colaboração entre uma entidade, pública ou*



privada e os grupos sociais a ela ligados, num processo de interação de interesses legítimos, para promover seu desenvolvimento recíproco e da comunidade a que pertencem".

Na sequência, elencamos os fatos pertinentes às décadas de 80 e 90.

4- QUARTO MOMENTO - INCREMENTO DA PRODUÇÃO TEÓRICO/CIENTÍFICA (DE 1981 ATÉ OS DIAS ATUAIS)

Esse período apresenta informações consideradas relevantes para o presente trabalho, uma vez que é nessa época (de 1981 até os dias atuais) que a produção das dissertações e teses se consolida. É o período em que, efetivamente, os programas de pós-graduação da área de Comunicação Social geram uma produção considerável, tanto no aspecto qualitativo, quanto no quantitativo. É nessa fase que se concentram os trabalhos que foram objeto de nosso estudo, assim como, é possível detectar que alguns pesquisadores procuraram aprofundar as discussões teóricas sobre a área de Relações Públicas. Há, também, um aumento considerável da literatura nacional na área. As discussões promovidas nos congressos, simpósios, encontros e semanas de Relações Públicas revelam um salto qualitativo por parte dos promotores e dos participantes. Em nível de Brasil, pode-se dizer que os acontecimentos de ordem geral não são nada animadores. A contextualização de alguns fatos que selecionamos pode demonstrar isso, conforme segue.

a) FATOS GERAIS

a.1) Resquícios da Ditadura

Conforme relatado em Retrato do Brasil (1984:293/294), vários acontecimentos foram se sucedendo: quatorze dias de quebra-quebras de ônibus em Salvador; uma explosão, sem precedentes, de saques nos grandes centros urbanos; rebeliões violentas de bóias-frias no interior de São Paulo; e, milhões de trabalhadores jogados abruptamente nas ruas pela recessão econômica e o desemprego: o processo de crescimento estancava de modo dramático e gritante.

No final de 1982, num esforço desesperado para sair do atoleiro em que jogara a nação, o governo procurou o Fundo Monetário Internacional e fez a entrega do comando da economia nacional.

O Fundo, como de hábito, impôs os "remédios clássicos" em que acredita: aprofundar a recessão já iniciada, cortar salários, importações, investimentos do Estado e ampliar os esforços de exportação de bens. O agravamento da crise e a total submissão do governo aos credores externos ampliaram o descontentamento popular; as dificuldades do regime fizeram crescer a oposição e minguar as forças e a capacidade de manobra situacionista. Nas eleições de 1982, a



oposição obtém maioria na Câmara Federal pela primeira vez nos anos pós-64 e conquista o governo em dez Estados, incluindo os mais importantes.

1984 desponta como o ano da oposição. Numa movimentação, uma das maiores da história do país, o povo sai às ruas em comícios que reúnem até 1,5 milhão de pessoas, aproximadamente. A palavra de ordem era uma só: eleições diretas para presidente, para que o povo escolhesse o sucessor do general João Baptista Figueiredo, o quinto presidente escalado pelos militares, desde o golpe.

Nessa época, alguns estudiosos já lembravam que a crise pela qual o país passou a afundar de modo visível, a partir de 80, era muito maior que a crise de 62-67. Os economistas Luís Martins Lopes e José Serra, in Retrato do Brasil(1984:361/365), afirmam que "*construindo-se uma curva em "U" para mostrar a entrada, o fundo e a saída das crises de 30,60 e 80, é evidente que a de 80 não é só mais funda, como em meados de 84, "ainda não se via completamente o seu fundo final"*.

Os detalhes da crise esclarecem melhor a colocação acima: a queda na indústria(15% de diminuição no produto industrial, de 80 a 83) é maior que a queda no conjunto da economia(13%); o nível de emprego cai 19%, voltando aos níveis de dez anos antes(1973). Dentro da indústria, o setor mais atingido é o de bens de capital - máquinas e equipamentos - cuja produção desce do índice de 100 para 56; em São Paulo a queda é maior(20% na renda per capita, no período de 80 a 84). A indústria definha, com projeção de sucateamento do parque industrial nacional.

E, até os dias atuais continuamos a não ver qualquer sinal que vislumbre o final da crise. Estamos além do fundo do poço...

Na primeira metade de 1984, um crescimento inédito das exportações, privilegiando os Estados Unidos em três quartos do total, dava um alento mínimo a situação de crise, mas, ao mesmo tempo, lançava pesadas sombras para o futuro: esse crescimento das exportações fôra conseguido graças ao monstruoso déficit na balança comercial americana(cerca de 130 bilhões de dólares), que fatalmente levaria o Brasil à bancarrota. Já em 1983 o Brasil estava à frente de muitos países nos índices inflacionários; dentre 25 países, o Brasil era o segundo na lista, ou seja, com uma inflação de 174,9% ao ano, contra 351,3% da Argentina(o 1º lugar) e 1,4% do Japão(último colocado).

Se transportarmos para a década de 90, o Governo Itamar Franco, que está desde setembro/92 no poder, já apresentou índices de inflação que ultrapassaram em muito a casa dos 3000%.

Estamos na vigência do Plano Real e a expectativa da população está voltada para a estabilização econômica do país.

a.2) Veículos de comunicação: o mascaramento da realidade



Os veículos de comunicação, especialmente a Rede Globo, que tem penetração na maioria dos lares brasileiros, são os responsáveis, também, pela situação em que nos encontramos: a verdade, que deve ser o princípio básico de toda e qualquer informação, tem sido postergada em benefício de interesses escusos. Os profissionais de comunicação, atrelados aos donos dos meios de produção, subjugam-se a esse "estado de coisas"; as informações são geradas, em muitos casos, com objetivos alienadores e desviam-se do eixo principal da questão. Fatos superficiais e paralelos são mais explorados que o problema principal; isso acontece não só com a produção dos veículos de comunicação de massa: a comunicação dirigida a públicos específicos, também, usa desses artifícios.

E o Relações Públicas, que trabalha basicamente com a comunicação dirigida, está envolvido, especificamente no processo empresarial, com as "políticas da organização". Nesse sentido, utiliza-se de estratégias que atuam como um "rolo compressor" sobre os públicos internos e externos da organização.

a.3) A Igreja católica dividida

Nessa fase, é interessante lembrar que, em 1984, no período de transição vivido pelo Brasil, a Igreja não estava compactamente voltada para os mesmos objetivos; depois da crise Igreja/Estado, há a crise Igreja/Igreja. Trata-se, basicamente, da polêmica em torno da Teologia da Libertação e que fez com que um dos seus principais teóricos, o frade brasileiro Leonardo Boff, tivesse que apresentar explicações à hierarquia da Igreja em Roma, no segundo semestre de 1984.

a.4) Manifestações populares

De acordo com as informações elencadas em Retrato do Brasil(1984:341/344), esse é o período em que o povo dá continuidade a sua participação nas ruas. Movidos pelas estratégias de comunicação utilizadas pela mídia, em 16 de abril de 1984, no Vale do Anhangabaú, em São Paulo, uma multidão estimada em 1,7 milhão de pessoas paralisou o centro da cidade e concentrou as atenções de todo o país para o comício que se constituiria no auge da campanha pelas eleições diretas para Presidente da República. No dia seguinte, os jornais utilizariam, pela terceira vez naquele ano, a expressão "a maior manifestação política que o Brasil já viu". E não era exagero. Tal expressão foi utilizada pela primeira vez na praça da Sé, em São Paulo, no dia 25 de janeiro, quando ali se concentraram mais de 200 mil pessoas. Quando o marco de um milhão de pessoas foi ultrapassado, no comício da Candelária, no Rio de Janeiro, em 10 de abril, a expressão estava novamente justificada.

Uma característica da campanha pelas diretas-já no país era o crescimento constante. Ela começou com uma concentração de dez mil pessoas na praça Charles Miller, em frente ao



estádio do Pacaembu, São Paulo, em 27 de novembro de 1983. Era organizada pelo Partido dos Trabalhadores(PT) que, dessa maneira, trazia para as ruas a campanha que visava alterar a forma de escolha do Presidente da República, a ser eleito em 1985.

Completados 20 anos do golpe militar, parecia inaceitável à população que o novo presidente, com um mandato previsto de seis anos, fôsse escolhido por um Colégio Eleitoral que, todos sabiam, fôra construído para referendar um nome já previamente apontado pelos governantes.

A campanha, em menos de seis meses, espalhou-se pelo país; comícios, concentrações e passeatas foram realizados nas capitais dos Estados, nas grandes cidades e também em inúmeras pequenas cidades de todo o país. Levantamentos feitos na imprensa indicaram que mais de seis milhões de pessoas tinham ido às ruas antes do dia 25 de abril, quando foi votada a emenda constitucional que, se tivesse sido aprovada, restabeleceria as eleições diretas para Presidente da República.

a.5) A TV e a Nova República

Julgamos relevante lembrar que, especificamente nesse período, a televisão influenciou diuturnamente a vida do brasileiro. Conforme consta em Retrato do Brasil(1984: 372/376), na noite de 15 de janeiro de 1985 - data em que foi eleito o primeiro presidente civil da República após 1964 - a Rede Globo usou pela primeira vez a expressão "regime militar", no momento em que ele se aproximava de seu final com a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral.

Tancredo Neves derrotara o candidato do partido do governo, Paulo Maluf. Era o marco para o encerramento do ciclo militar iniciado em 64. E para o anúncio de uma Nova República, o candidato oposicionista, representando a Aliança Democrática, na qual se uniram partidos de oposição e uma expressiva fração de dissidentes do velho regime, anunciava, com essa expressão, o início de um novo período na história do país, em que prevaleceriam os métodos democráticos de governo.

A expressão "regime militar" utilizada sintomaticamente pela Rede Globo, era inédita para os padrões globais de jornalismo. Foi pronunciada em um "Especial" sobre a vida do presidente eleito. Roberto Marinho, o chefe do império da televisão brasileira, adaptava-se a novos tempos, que jamais podiam ser detectados quando a Globo se dignou tomar conhecimento da campanha das "diretas-já" - então em pleno auge - transmitindo ao vivo o comício da Candelária, no Rio de Janeiro.

Tancredo Neves não chega a assumir o poder; às vésperas de sua posse tem uma crise e é internado. Durante 39 dias o país fica na expectativa que termina com a morte de Tancredo. Pode-se dizer que a Nova República foi inaugurada sob maus presságios. No lugar de Tancredo Neves sobe ao poder José Sarney, o vice-presidente, indicado para a chapa vencedora pelos dissidentes do regime e que até seis meses antes fôra o dirigente máximo do partido governista.



A morte dramática não foi suficiente para alterar os rumos democratizantes já delineados: as forças vitoriosas reafirmaram sua disposição de convocar a Assembléia Nacional Constituinte para 1986; e o Congresso Nacional prosseguiu na tarefa de remover o chamado "entulho do autoritarismo", conjunto de leis arbitrárias do tempo da ditadura.

Uma comissão de vários partidos anunciou, inclusive, o reconhecimento dos partidos clandestinos - que só existira, até então, em menos de três anos em toda a história da República; a eleição direta para Prefeitos das Capitais e o voto do analfabeto, direitos também raros na vida do país.

No início de 1985, a falência do modelo adotado em 1964 tornara-se evidente. O debate que se instaurou no país, então, visava saber os rumos que se poderiam trilhar daí por diante.

A ditadura dificultou o debate das alternativas para a crise, favoreceu a aprovação de projetos megalomaniacos, reduziu a fiscalização sobre os atos do governo e assim retardou o aparecimento público de males que engordavam sob a censura, marginalizou lideranças que poderiam ter sido úteis na descoberta de caminhos, favoreceu a corrupção desenfreada e a incompetência apoiada no poder descricionário.

E foi o Regime Militar que proporcionou o crescimento da área de Comunicação no Brasil, não com o sentido de "avanço" como se queria dar, mas, principalmente, para poder exercer o controle sobre todas as situações do país.

Foi o período em que proliferaram os cursos de comunicação; foi, também, nessa época que o governo federal criou a área de Comunicação nos diversos setores da administração pública.

Ainda, no que se refere à Rede Globo, cabe destacar que hoje, próxima dos 30 de idade, a emissora encontra-se na condição de quarta maior rede de televisão privada do mundo. Suas origens, conforme já descrito, foram obscuras e tempestuosas, tanto que a empresa foi investigada em 1965 por uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Se nos reportarmos ao acontecido por ocasião da campanha para Presidente da República, do então candidato Fernando Collor de Melo, seria necessária a instalação de outra CPI na emissora, pois, se ainda estivesse em vigor a Lei de Segurança Nacional, nos moldes do Regime Militar, a referida rede de televisão teria cometido um "crime político" por intermédio do seu editor chefe, que utilizou-se de meios escusos para editar o último debate do candidato com o objetivo de "persuadir" os eleitores na escolha do nome para Presidente da República. Mais uma vez, os donos dos meios de produção e os profissionais de comunicação utilizaram suas técnicas, naquela oportunidade, para denegrir a imagem de um candidato e supervalorizar a de outro. Isso não pode ser considerado crime político?

Apesar de sua força e penetração, a mesma rede de televisão não conseguiu evitar a "queda", do então Presidente Fernando Collor, por ocasião do pedido de impeachment. Mais uma vez o



Brasil vive a experiência de ter um vice à frente dos destinos da nação. A expectativa tomou conta de todas as pessoas e setores da sociedade brasileira.

Hoje a preocupação da Rede Globo está voltada para a perda de índices de audiência para as concorrentes, especialmente nos telejornais. É uma emissora que escamoteia a realidade dos fatos e mostra um país que não é o Brasil.

No período pós-64 isso já acontecera, pois a TV mostrara que o país que se viu nas telas estava longe de ser o Brasil. Em 1973, o general Emílio Garrastazu Médici, destacou o papel da televisão afirmando *"sinto-me feliz, todas as noites quando ligo a televisão para assistir ao jornal. Enquanto as notícias dão conta de greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento. É como se eu tomasse um tranquilizante após um dia de trabalho"*.

a.6) Implicações para a Educação

Conforme informações contidas em Retrato do Brasil(1984:361/365), no que se refere à educação brasileira, é conveniente assinalar alguns pontos: em 1960, do total de universitários, 44,3% estudavam em escolas particulares; essa porcentagem passou para 66,5% em 1982. Isso quer dizer que o crescimento do número de vagas no ensino superior, que permitiu a grande melhora do "funil" da educação brasileira, se deveu em grande parte à privatização do ensino.

E a sociedade tem conhecimento de que o ensino privado se dá majoritariamente em escolas que dispõem de poucos recursos, não desenvolvem pesquisas e são administradas autoritariamente por seus proprietários.

Por outro lado, os cursos que mais se desenvolveram não estavam associados às principais necessidades do país. Num país que em 1984 tinha como estimativa possuir mais de 80 milhões de desnutridos, cerca de 65% da população, só 2,3% dos universitários matriculados em 1982 faziam cursos ligados à área agrária e, dos 410 doutores que apresentaram suas teses em 1979, só 24(5,8%) estavam ligados a essa área.

Cabe aqui uma grande discussão que é a não vinculação da pesquisa às questões sociais. Pode-se afirmar que 90% dos professores titulados não desenvolveram trabalhos voltados para as necessidades da sociedade; a preocupação imediata daqueles que produzem suas dissertações e teses é com a titulação, que lhes possibilita ascensão acadêmica. Hoje, na década de 90, o problema não é diferente, ao contrário, tomou dimensões bem maiores. Algumas áreas continuam a ser incentivadas através de bons planejamentos de marketing; o ensino superior continua a não dar respostas efetivas aos anseios da sociedade. A produção científica, em sua maioria, não vem correspondendo à questão social, que só vem sendo lembrada na retórica. A prática dos docentes não vem corroborando os anseios da sociedade, assim como as atividades de extensão e a vinculação da pesquisa ao ensino da graduação aparecem sempre em segundo plano.



É preciso intensificar as atividades de extensão e desenvolver mecanismos para vincular, também, as pesquisas dos docentes aos seus compromissos com a graduação. Caso contrário, não será possível, em curto espaço de tempo, justificar a existência da Universidade.

b) FATOS ESPECÍFICOS DA ÁREA DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Os acontecimentos que se seguem mostram o desenvolvimento da área de Relações Públicas na década de 80, até os dias atuais. De acordo com AGOSTINHO GASPAR, em palestra proferida no "Seminário Revista Comunicação", realizada em 10/05/94, hoje no Brasil temos 67(sessenta e sete) profissões regulamentadas. No que concerne à área de comunicação possuímos, em nível de Brasil, 56(cinquenta e seis) escolas, sendo que 42(quarenta e duas) oferecem a habilitação em Relações Públicas. A partir de 1988 novo impulso foi dado à área com o aumento significativo das consultorias/assessorias; hoje existem, aproximadamente, 12.000(doze mil) profissionais formados na área de Relações Públicas, com apenas 8000(oito mil) registrados no CONRERP(Conselho Regional de Relações Públicas). GASPAR afirma que no Brasil 2500(duas mil e quinhentas) organizações têm departamentos de Relações Públicas; destaca, também, que existem 150(cento e cinquenta) assessorias atuando em Relações Públicas e que no ano de 1993 os investimentos na área foram em torno de 0,5(meio) bilhão de dólares.

Retomando a trajetória da área na década de 80, é importante destacar que 1984 é um ano de mudanças para a profissão de Relações Públicas: as críticas de estudantes, professores, profissionais e empresários, referentes à qualidade do ensino, resultaram na Resolução nr 02/84, do Conselho Federal de Educação, atualmente em vigor. Mais uma vez o currículo de Comunicação Social era reformulado; tal resolução trouxe novas exigências de instrumental, novas tecnologias de comunicação, aumento da carga horária, fortalecimento do ensino de língua portuguesa e a determinação de que os professores de disciplinas profissionalizantes tivessem pelo menos três anos de prática.

Na época, essa mudança foi bastante comentada e alguns estudiosos inferiram que a proposta da resolução na realidade pretendia rebater as reiteradas críticas feitas pelos jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro, referentes à formação, mais especificamente dos jornalistas. Os editoriais eram bastante incisivos, com amostragens sobre falta de pontuação e desconhecimento de grandes vultos da literatura portuguesa e brasileira, por parte dos recém-formados em jornalismo pelas escolas de Comunicação Social.

Alguns, na época, defenderam a Universidade com a argumentação de que os ataques da mídia aos cursos de Comunicação Social, esqueciam sempre de mencionar que as deficiências eram resultantes de alterações no ensino de Primeiro e Segundo Grau, que as Universidades não poderiam facilmente corrigir. De acordo com SERRA in KUNSCH(1986:227), essa resolução



apresenta uma divisão rígida entre básico(teórico) e prático(profissional); de um lado a teoria básica é estabelecida sem levar em conta aquilo que será invocado na profissionalização e por outro lado, a profissionalização faz tábula rasa do básico, pouco incorporando seus conceitos e investindo, ao contrário, em idéias e propostas que não haviam sido anteriormente exploradas.

O mesmo autor ainda destaca que, além do acima exposto, o interesse do aluno em ter acesso rápido à prática da comunicação(razão primeira de sua opção pelo curso) é postergado, desperdiçando-se um tempo caracterizado justamente por sua maior disponibilidade e interesse, na medida em que, aos poucos, o aluno é levado a buscar emprego ou estágio, mesmo que em áreas estranhas à comunicação. Nesse sentido, o aluno ingressa num mercado de trabalho sem ter sido devidamente preparado, produzindo-se uma simultaneidade que é deficitária para o curso, uma vez que o dinamismo e exigências do trabalho são incomparavelmente superiores ao da atividade pedagógica.

SERRA também afirma que entende a teoria não como a soma de conhecimentos abstratos que posteriormente sejam aplicados a uma prática, mas como um momento privilegiado de reflexão, especulação e livre imaginação. A atividade teórica não pode ser acantonada num período ou fase exclusiva, mas acompanhar todo o curso; deve estar, ao mesmo tempo, atenta às questões surgidas na prática.

É importante acrescentar as colocações de AGUIAR(1988:31) que não acredita que os velhos problemas(precariedade das instalações das escolas, falta de equipamento ou desatualização das bibliotecas) tenham sido sanados, como num passe de mágica, pelo novo currículo. O autor lembra que, a profissão conta, também, com a atuação dos Conselhos Federal e Regionais, estes em número de sete, além dos Sindicatos do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo e da Associação Brasileira de Empresas de Relações Públicas(ABERP). Segundo ele, tais órgãos têm como objetivo aprimorar o ensino e dar maior vigor à profissão.

Ao longo desses anos, a Associação Brasileira de Relações Públicas promoveu eventos de grande porte(congressos brasileiros, conferências interamericanas, congressos nacionais universitários, encontros nacionais de professores, seminários, semanas, simpósios), o que demonstra uma preocupação permanente em repensar o destino da profissão de Relações Públicas. Hoje, mais do que nunca, com todos os problemas que o Brasil vem atravessando, com as inquietações geradas na sociedade pelas mudanças constantes no governo, com a violência que está permeando o dia-a-dia do cidadão brasileiro, as Relações Públicas são extremamente necessárias porque podem utilizar-se de instrumental adequado às necessidades imediatas e mediatas das organizações que representam os diversos segmentos da sociedade.

Na atualidade o que se constata é que boa parcela da população quer participar ativamente das decisões, exige esclarecimentos, é suscetível a processos de conscientização, deseja criticar e expressar exatamente o que pensa.



As Relações Públicas podem atuar num processo conjunto com os órgãos representativos da sociedade, procurando demonstrar que todos são co-participantes e não "meros executores de decisões".

É conveniente ressaltar que o desenvolvimento do mundo moderno emitiu uma grande fatura a ser paga. Todos os dias assistimos ou tomamos conhecimento dos conflitos entre patrões e empregados, entre povo e Governo. Existem, ainda muitas lideranças que hesitam em divulgar informações, impedindo a comunicação entre as entidades que representam ou dirigem e o público. Não levam em conta a importância dos públicos interno e externo, esquecem que podem utilizar-se das ferramentas e técnicas de Relações Públicas para otimizar o desenvolvimento de suas atividades, minimizando, muitas vezes, o custo e as consequências indesejáveis. Os instrumentos de Relações Públicas podem ser trabalhados com eficiência como medidas preventivas; o que ocorre, na maioria das organizações, é que a utilização do conjunto de técnicas só é lembrada no sentido curativo.

Para complementar AGUIAR(1988:31) relata que para aperfeiçoar o ensino algumas providências já foram tomadas: desde 1986, no IX Congresso Brasileiro de Relações Públicas, realizado na Bahia, foi solicitado ao Ministério da Educação que desse prioridade e condições para a reciclagem e aperfeiçoamento do corpo docente dos Cursos de Comunicação Social. A ABECOM - Associação Brasileira de Escolas de Comunicação, em conjunto com a USP e ABRP, já realizaram cursos específicos para professores de Jornalismo e Relações Públicas. Alguns cursos regionais também aconteceram: um no Nordeste e outro no Rio Grande do Sul.

É conveniente lembrar que outras entidades também estão colaborando para o avanço das discussões pertinentes à área de Relações Públicas: a INTERCOM(Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação) e a UCBC(União Cristã Brasileira de Comunicação), por intermédio dos seus congressos, criaram grupos específicos por habilitação, com objetivos de aprofundar as questões emergentes que se referem ao ensino, pesquisa e mercado de trabalho. Nos últimos 3(três) anos o grupo de Relações Públicas aumentou consideravelmente e vem tendo participação expressiva nos encontros científicos promovidos por essas entidades.

De acordo com KUNSCH(1993:57) "a INTERCOM, desde quando foi fundada, em 12 de dezembro de 1977, tem exercido importante papel no processo de desenvolvimento da pesquisa em comunicação no Brasil". A mesma autora afirma que "*a contribuição da entidade, fundamentalmente, diz respeito à socialização do conhecimento, mediante uma vasta documentação gerada pelos diversos eventos científicos levados a efeito com o objetivo de debater temas atuais e emergenciais, bem como pelo trabalho de cooperação nacional e internacional*". Sobre esta afirmação concordamos parcialmente com a autora, porque acreditamos que a verdadeira socialização do conhecimento se dá não apenas e tão somente pela geração e discussão de documentos entre intelectuais e



pesquisadores, mas sim, numa amplitude maior: a socialização se dá quando pesquisadores, comunidades, organizações e pesquisados têm acesso ao resultado obtido

Nesse sentido, julgamos pertinente dar ênfase a uma afirmação de GRAMSCI, complementada por SILVA JUNIOR(1994): *"de pouco vale uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais. Por isso, é preciso método para descobri-la e método para apresentá-la, se efetivamente pretendemos que a verdade seja o motor da transformação"*.

KUNSCH também destaca que a INTERCOM tem editado uma série de livros e coletâneas: os Cadernos INTERCOM, a Revista Brasileira de Comunicação, a Bibliografia Brasileira de Comunicação e outras obras. Segundo a pesquisadora, *"com essa frente de atuação a entidade realiza o trabalho de divulgação da produção científica de seus pesquisadores, elaborada nos eventos que promove e no âmbito das universidades"*.

Para finalizar este capítulo, destacamos a seguinte colocação de AGUIAR(1988:31), que vem ao encontro das nossas preocupações: *"a tarefa mais importante dos profissionais e professores de Relações Públicas é a de encontrar caminhos para conscientizar os alunos da importância do estudo teórico para uma avaliação crítica dos processos de comunicação. É preciso enfrentar a realidade e lembrar que os problemas dos cursos de Relações Públicas - e os de Comunicação em geral - não são isolados, mas refletem as inquietações de professores e estudantes de tantas outras áreas de ensino, geradas pela crise educacional brasileira."*



Capítulo 2

POS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Relações Públicas é uma área que apresenta carência de pesquisas e de referencial teórico para se consolidar enquanto campo de conhecimento integrante da comunicação Social. Essa deficiência foi a consequência direta da ausência de cursos e congressos de especialistas da área. A mesma necessidade também foi sentida nas demais especialidades - jornalismo, publicidade e propaganda e rádio e televisão - o que levou ao esforço de implantação dos Cursos de Pós-Graduação em Comunicação Social no Brasil.

Por isso, considerando que Relações Públicas é uma especialidade de Comunicação Social e levando-se em conta que o objeto de estudo deste trabalho são as dissertações e teses de Relações Públicas produzidas no período de 1983 a 1990, nos programas de Pós-Graduação em Comunicação Social da Escola de Comunicação e Artes (ECA/USP) e do Instituto Metodista de Ensino Superior (IMES/São Bernardo do Campo), que oferecem a área de concentração em Relações Públicas, apresentamos a seguir alguns aspectos da pós-graduação em Comunicação Social em nível de Brasil. É importante esclarecer que os dados, em sua maioria, foram retirados de um documento elaborado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em 1989. O autor intelectual dessa produção é o Prof. Dr. Sérgio Caporali, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

De acordo com dados contidos nesse documento, o Sistema Nacional de Pós-Graduação foi regulamentado na Reforma Universitária de 1968, quatro anos depois começaram a funcionar os cursos de mestrado da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade de São Paulo. Segundo estudo feito depois da criação do CNPq, a adoção do Plano Nacional de Pós-Graduação para todo o país, em 1976, serviu para adoção e expansão de cursos.

Em 1982, o II Plano Nacional de Pós-Graduação reforçou o sistema, que contava com o Brasil como o país de maior desenvolvimento em nível de pós-graduação.

A Universidade de São Paulo é a primeira a oferecer cursos de mestrado e doutorado em Comunicação Social desde 1969, depois de 1971, em seguida, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1973, e a Universidade Federal de Minas Gerais, em 1974.

Esses cursos não surgiram apenas por vontade dos pesquisadores, mas também por exigência da sociedade brasileira, que precisava de profissionais qualificados para trabalhar em áreas como jornalismo, publicidade e relações públicas. Cabe aqui fazer uma ressalva para não confundir os dados. Em 1989, através da Resolução número 11, de 6 de agosto, do CNE/C, os cursos de comunicação social foram organizados em duas áreas: Comunicação Social, onde se incluem



PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Relações Públicas é uma área que apresenta carência de pesquisas e de referencial teórico para se consolidar enquanto campo do conhecimento integrante da macroárea Comunicação Social. Essa deficiência foi e continua sendo exaustivamente debatida em encontros e congressos de especialistas da área. A mesma necessidade também foi sentida nas demais especialidades - jornalismo, publicidade e propaganda e rádio e televisão, o que levou ao esforço de implantação dos Cursos de Pós-Graduação em Comunicação Social no Brasil.

Por isso, considerando que Relações Públicas é uma especialidade de Comunicação Social e, levando-se em conta que o objeto de estudo deste trabalho são as dissertações e teses de Relações Públicas produzidas, no período de 1985 a 1990, nos programas de Pós-Graduação em Comunicação Social da Escola de Comunicações e Artes(ECA/USP) e do Instituto Metodista de Ensino Superior(IMS/São Bernardo do Campo), que oferecem a área de concentração em Relações Públicas, julgamos relevante contextualizar alguns aspectos da pós-graduação em Comunicação Social em nível de Brasil. É importante esclarecer que os dados, em sua maioria, foram retirados de um documento elaborado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq - em 1989. O autor intelectual dessa produção é o Prof. Dr. Sergio Caparelli, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

De acordo com dados contidos nesse documento, o Sistema Nacional de Pós-Graduação foi regulamentado na Reforma Universitária de 1968; quatro anos depois começaram a funcionar os cursos de mestrado da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade de São Paulo. Segundo estudo feito pelos especialistas do CNPq, a adoção do I Plano Nacional de Pós-Graduação para todo o país, em 1976, serviu para adaptações e correções de rumo.

Em 1982, o II Plano Nacional de Pós-Graduação reformulou o anterior, que coincidiu com o início dos cursos de doutorado da mesma Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A Universidade de São Paulo já vinha aceitando inscrições para o doutorado em Comunicação Social desde 1980, depois de suspender em 1973 o modelo antigo de pós-graduação, iniciado em 1967, que conduzia diretamente ao doutorado.

Esses cursos não surgiram apenas como decorrência dos instrumentos legais já citados; a existência deles veio atender, em primeiro lugar, à necessidade de qualificar recursos humanos para a graduação. Cabe aqui fazer uma retrospectiva para melhor compreender os fatos. Em 1969, através da Resolução número 11, de 6 de agosto, do MEC, os cursos de jornalismo cedem espaço para a área mais ampla da Comunicação Social, onde se incluem,



além do Jornalismo, as subáreas de Relações Públicas e Propaganda, Cinema, Rádio e Televisão, surgindo assim as Faculdades ou Escolas de Comunicação. As instituições sentiram necessidade de formar seus próprios recursos humanos, que antes eram buscados em áreas afins ou no próprio mercado de trabalho, sem tradição acadêmica. Prova disso é que desde o início boa parte dos candidatos a mestrado são buscados nessas áreas afins, pela falta de tradição das Escolas ou Faculdades de Comunicação, aliado ao fato de que a maioria dos alunos dos cursos de pós-graduação é constituída pelos docentes dos cursos de graduação dessas escolas.

É relevante destacar que, o objetivo maior da Reforma Universitária de 1968, no que se refere ao Sistema Nacional de Pós-Graduação, era projetar metas de titulação em função da necessidade de docentes qualificados(doutores e mestres) para o ensino superior.

Convém lembrar que outro aspecto da subordinação à legislação são as características desses cursos: a própria Universidade de São Paulo, que seguia o modelo francês em seus cursos de pós-graduação iniciados já em 1934, teve de se curvar ante às novas exigências legais, dando início ao mestrado em 1972. Dez anos depois implantou o doutorado em Comunicação Social seguindo o modelo norte-americano de pós-graduação.

O terceiro curso de mestrado em comunicação no país, o da Universidade de Brasília, funciona desde 1974, ou seja, seis anos depois da Reforma Universitária e doze após a criação da própria Universidade de Brasília. A ele seguiu-se o da PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e o do IMS - Instituto Metodista de Ensino Superior, ambos em 1978. A Universidade de Campinas, em 1986, cria o mestrado em Multimeios, integrando o Instituto de Artes, cuja inclusão enquanto mestrado na área de Comunicação ainda é polêmica, segundo alguns especialistas.

Também é interessante observar que dos sete(7) cursos de mestrado em Comunicação Social hoje existentes, apenas um foi criado nos anos 80. Cabe acrescentar, também, que o final dos anos 70 e os anos 80 marcaram a consolidação desses cursos de mestrado.

Segundo avaliação de especialistas da CAPES para a área, a opinião é de que os cursos chegaram em 1988 com uma grande qualidade acadêmica e científica: "o conhecimento que membros da comissão têm de programas congêneres no exterior autoriza comparações em nada desfavoráveis aos melhores programas do Brasil".

Segundo KUNSCH(1993:46), *"se considerarmos a situação educacional brasileira, podemos, de acordo com o documento produzido pela CAPES, em 1991 - sobre Pós-Graduação no Brasil: problemas e perspectivas - dizer que a pós-graduação brasileira constitui o setor mais bem sucedido de todo o sistema e isto deve ser considerado como conquista a ser preservada"*. DURHAM in KUNSCH afirma, no que se refere à Pós-Graduação no Brasil, *"apesar de constituir um setor restrito e estar muito*



desigualmente distribuído entre as instituições de ensino superior, representa o que nelas há de melhor e constitui a base necessária para seu próprio aperfeiçoamento". Complementando, KUNSCH ainda destaca que o sistema vigente nos cursos de pós-graduação foi implantado segundo o Parecer nº 977 da Câmara de Ensino Superior do Conselho Federal de Educação, datado de 03 de dezembro de 1965, cujo relator foi o Conselheiro Newton Sucupira. Seu texto explicita três motivos fundamentais para efetivação desses cursos:

- 1-formar professorado competente que possa atender à expansão quantitativa de nosso ensino superior, garantindo, ao mesmo tempo, a elevação dos atuais níveis de qualidade;
- 2-estimular o desenvolvimento da pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores;
- 3-assegurar o treinamento adequado de técnicos e trabalhadores intelectuais do mais alto padrão para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores.

A mesma autora enfatiza que, de acordo com o legislador Sucupira, *"o mestrado possui significado próprio como grau terminal para aqueles que, desejando aprofundar a formação científica ou profissional recebida nos cursos de graduação, não possuem vocação ou capacidade para a atividade de pesquisa de que o PhD deve ser o atestado"*.

Nesse sentido, é importante destacar as colocações de CASTRO in KUNSCH(1993:47), que distingue três ciclos na pós-graduação brasileira: ao longo das décadas de 50 e 60 enfatizou-se a formação de pessoal; os anos 70 foram marcados pela criação de cursos. A década de 80, segundo o autor, foi o período de consolidação e de maior destaque à pesquisa.

KUNSCH, em seu estudo, cita a grande concentração dos cursos de pós-graduação na região sudeste. De acordo com a pesquisadora *"essa concentração se dá também pela própria realidade sócio-econômica do país, onde os Estados da região sudeste, com exceção do Espírito Santo, respondem pelo maior parque industrial e pela maior demanda de consumo em relação às outras regiões. Os cursos de Pós-Graduação em Comunicação Social não fogem da regra geral"*.

A autora ainda afirma que *"a área de comunicação social, no conjunto dos cursos de pós-graduação existentes no Brasil, integra, na classificação da CAPES, a de profissões sociais"*. De acordo com quadro apresentado por KUNSCH, as profissões sociais possuíam, em 89, 91(noventa e um) programas com 90(noventa) cursos de mestrado(9,5%) e 23(vinte e três) de doutorado(5,4%), em relação às demais áreas de conhecimento.

O posicionamento da área de comunicação no quadro das profissões sociais, segundo a pesquisadora, é de 7,8% do total de cursos oferecidos no mestrado, se considerarmos os 7(sete) cursos em funcionamento e de 13,4% no doutorado, pois dos programas oferecidos somente 3(três) possuem o doutorado. As escolas que mantêm os programas de pós-graduação em comunicação estão, na sua maioria, vinculadas às universidades públicas e a



duas universidades particulares confessionais, quais sejam: Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Comunicação Social da Universidade de Brasília, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Instituto Metodista de Ensino Superior, Instituto de Artes da Universidade de Campinas e Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal da Bahia.

De acordo com KUNSCH existem também dois cursos que, apesar de não serem definidos como da área de comunicação têm programas ligados com a temática desse campo do conhecimento: o do Mestrado em Administração Rural e Comunicação Rural da Universidade Federal de Pernambuco; e o do Mestrado em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria(RS).

1 - A ESTRUTURA DOS PROGRAMAS

1.1 - ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

O mestrado em Ciências da Comunicação e em Artes da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo teve início em 1972 e o doutorado em 1980. O curso foi estruturado com a finalidade de atender à formação de docentes, pesquisadores e estrategistas no planejamento de comunicação. Hoje a clientela do curso é bastante heterogênea, mas no início a maior demanda vinha de docentes universitários obrigados a obterem títulos para progressão na carreira.

CAPARELLI(1989) faz uma citação de LOPES, a qual afirma que "uma das características do curso, que vem se mantendo ao longo do tempo, é a diversidade tanto dos assuntos investigados como do seu tratamento teórico-metodológico. Acrescente-se a isso o reconhecimento de pesquisas também na área de Ciências da Comunicação(porque são afetadas principalmente à de Artes), elaboradas a partir de metalinguagens não verbais, que são as teses em forma de vídeos, filmes, peças, quadros etc distintas das habituais, que usam a linguagem escrita".

Ainda segundo a autora, a tendência que se constata a partir dessa diversidade temática, teórica e metodológica é a de os pesquisadores-discentes procurarem um conjunto de disciplinas, sejam elas da área de concentração ou da área complementar, em função dos seus projetos.

Em 1986 foram propostas 35 linhas de pesquisa pelos cinco departamentos que formam a área de Comunicação da Pós-Graduação da ECA:

- CBD(Departamento de Biblioteconomia e Documentação) com três linhas;



- CTR(Departamento de Cinema, Rádio e Televisão) com cinco linhas;
- CRP(Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo) com oito linhas;
- CCA(Departamento de Comunicações e Artes) com onze linhas; e,
- CJE(Departamento de Jornalismo e Editoração) com oito linhas

Até 1988 haviam sido defendidas 162 dissertações, o que dá uma média de dez mestres por ano. Essa média seria maior se fosse levado em conta que são necessários dois ou três anos após a implantação de um curso para a defesa das primeiras dissertações. Até 1988 o mestrado contava com 285 inscritos.

O curso de doutorado, iniciado em 1980, formou 40 doutores(até 1988), o que proporciona uma média de cinco novos doutores por ano. Em 1988 o curso contava com 93 alunos inscritos, totalizando então, 378 alunos de pós-graduação strictu sensu, como um todo. Para atender esses alunos, a instituição contava com 63 orientadores com doutoramento, 59 em regime de dedicação exclusiva.

Na segunda metade dos anos 80, tanto o mestrado como o doutorado da USP aumentaram consideravelmente o número de vagas nos dois cursos; para 1989 estava previsto a abertura de 120 novas vagas para mestrado e doutorado. Naquela época havia uma média de 6 candidatos ao mestrado ou doutorado por orientador.

KUNSCH(1993:52) afirma que "a partir de 1992, após vários seminários e diagnósticos sobre a situação da pós-graduação na escola, os cursos existentes estão passando por uma reestruturação, decorrente de um aprofundamento metodológico e teórico verificado nas antigas áreas de concentração e da reformulação de suas linhas de pesquisa". Nesse sentido, os cursos foram desmembrados com a criação de programas específicos e autônomos em Artes Cênicas(Mestrado e Doutorado), Musicologia(Mestrado), Turismo e Lazer(Mestrado) e Ciências da Informação(Mestrado e Doutorado). De acordo com a autora, as áreas de Artes Plásticas, Imagem e Som, Estudos Inter disciplinares da Comunicação, Estética e História da Arte e Comunicação para o Mercado(Relações Públicas e Publicidade e Propaganda) estão em fase de aprovação nos órgãos colegiados da ECA e da Universidade, devendo entrar em funcionamento nos próximos anos.

1.2-ESCOLA DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

O mestrado em Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro começou em 1972 e o doutorado em 1983. Tinha três áreas de concentração - Sistemas de Comunicação, Sistemas de Significação e Informática Cibernética - trabalhadas dentro do pressuposto que, segundo afirma AMARAL in CAPARELLI(1989), "a comunicação não



chega a constituir um projeto específico de uma ciência específica, mas, ao contrário, constitui a própria força estruturante do campo humanístico".

O mesmo autor avalia que tanto o mestrado como o doutorado foram criados com o objetivo de refletir sobre o fenômeno da Comunicação no âmbito das Ciências Humanas e que, sem desconhecer as dimensões práticas da Comunicação - que são objeto do curso de graduação - o programa de pós-graduação pretendeu, segundo ele, ter uma característica eminentemente teórica e de pesquisa básica.

KUNSCH(1993:53) destaca que "a criação, em 1981, do Programa Inter disciplinar de Pesquisa Humanística(IDEA) e, em 1986, do Centro Inter disciplinar de Estudos Contemporâneos(CIEC) representou a consolidação das linhas institucionais de pesquisa que caracterizam esse projeto". De acordo com a pesquisadora, "a principal perspectiva do desdobramento do Programa localiza-se no interesse em fortalecer uma área de concentração especificamente voltada para o papel da Comunicação e da Cultura na realidade nacional e outra para a Tecnologia da Imagem".

Até 1988 haviam sido defendidas 217 dissertações, com uma média de 13,5 mestres formados por ano. A média seria mais elevada, se fosse levasse em consideração novamente o tempo necessário para a produção das primeiras dissertações após o início do curso. O mestrado contava, na época, com 135 inscritos.

O curso de doutorado, iniciado em 1983, formou cinco doutores até 1988. Esse curso começou três anos após o da USP; em 1989 tinha 25 inscritos, o que dá um total de 160 alunos no curso de pós-graduação strictu sensu como um todo. Para orientar esses alunos haviam 17 doutores e 5 mestres, sendo 11 em regime de dedicação exclusiva. Para o ano de 1989 estava prevista a abertura de 25 novas vagas para mestrado e doutorado. De acordo com os dados daquele ano, havia um orientador para cada grupo de 9,76 alunos.

KUNSCH ainda esclarece que "no ano de 1993 se concentravam no Mestrado duas linhas básicas de pesquisa: Teoria da Comunicação e da Cultura e Tecnologia da Imagem". A autora informa também que o Doutorado oferece as seguintes linhas: História dos Sistemas de Pensamento, Conceitos Temáticos e Funções Operativas nos Processos de Comunicação, Cultura e Sociedade Contemporânea, Ética e Discurso Social na Comunicação, Comunicação e Simbolismo e Informação, Cultura e Sociedade".

1.3 - PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

O mestrado em Comunicação Social da PUC-SP começou em 1978 e o doutorado em 1981. Esse programa diferenciou-se dos anteriores por apresentar certa heterogeneidade nas áreas de concentração, onde Artes, Teoria Literária e Letras conviviam com Comunicação e



Semiótica. Essa heterogeneidade é explicada porque inicialmente o curso era de pós-graduação em Teoria Literária, funcionando desde 1970. Nos anos 80 consolidou-se com uma concentração em área melhor delimitada.

KUNSCH(1993:53) afirma que "após 1978, durante seus primeiros anos de modificação, o programa passou por um processo de transição, ainda fortemente marcado pela herança literária. Desde 1980, e mais intensamente a partir de 1985, ele sofreu significativa mudança, a fim de atender a demanda de candidatos de Mestrado e Doutorado advindos de outras áreas sem a predominância do campo de Letras. Nesse sentido foram criadas novas áreas de concentração e linhas de pesquisa".

Nessa transição, a Semiótica deixa de ser uma disciplina para se transformar numa viga mestra, sustentando todo o programa. De acordo com BRAGA in CAPARELLI(1989) "a investigação semiótica é a principal fonte de onde são geradas as linhas de direcionamento das pesquisas; os estudos são diversificados e inter disciplinares (intersemióticos , intermídia), ou seja, a fonte e o produto são plurais, mas o foco irradiador, que orienta esses estudos busca sua fundamentação nas teorias semióticas".

Até 1988 haviam sido defendidas 58 dissertações, com uma média de 5,8 mestres por ano; o mestrado contava naquela época com 136 inscritos.

O curso de doutorado, com início em 1981, tinha formado 17 doutores. Em 1988, o doutorado da PUC-SP tinha 31 inscritos, o que dá um total de 167 alunos no curso de pós-graduação strictu sensu. Para atender esse número de alunos, o curso contava com 11 doutores, sendo oito contratados em regime de dedicação exclusiva. Para 1989 estava prevista a abertura de 40 vagas para mestrado e doutorado; havia um orientador para cada grupo de 16,27 alunos.

A pesquisadora KUNSCH destaca ainda que "atualmente são as seguintes áreas de concentração propostas pelo programa: Comunicação, Literatura, Artes e Tecnologia da Informação. Elas são trabalhadas por cinco linhas de pesquisa: Literatura e Intertextualidade, Sistemas Intersemióticos, Semiótica da Cultura, Semiótica Psicanalítica e Ciências Cognitivas e da Informação".

1.4 - FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

O mestrado em Comunicação Social da Universidade de Brasília começou em 1974. No início o programa foi fortemente marcado pelo tema da Comunicação e Desenvolvimento, com estudos dedicados especialmente à comunicação rural.



PORTO afirma in CAPARELLI(1989) que "esta ênfase na política agrícola deveu-se à gênese do programa estar atrelado ao tópico desenvolvimento e às agências governamentais: Embrapa, Embrater e ao próprio Ministério da Agricultura". Os anos 80 assistiram a uma mudança de rumo nas prioridades do programa de pós-graduação, concentrando-se as pesquisas nas relações entre o poder e o Estado, em duas áreas: Políticas de Comunicação e Comunicação e Cultura.

No final dos anos 80, o mestrado tinha como pretensão incluir jornalismo político como nova linha de pesquisa.

Até 1988 haviam sido defendidas 48 dissertações de mestrado, apresentando uma média de três por ano; na época contava com 52 alunos inscritos, que eram atendidos por sete doutores, numa média de 7,42 mestrandos por orientador. Ao todo eram dez docentes, doutores e mestres, sendo que oito trabalhavam em regime de dedicação exclusiva.

KUNSCH(1993:54) esclarece que "ao longo dos últimos anos novas contribuições foram incorporadas ao programa; hoje apresenta preocupações mais abrangentes. Assim, a área de concentração chamada de Comunicação e Cultura Contemporânea se desdobra nas linhas de pesquisa formadas por Economia Política da Comunicação e Linguagem e Comunicação e o Processo Social".

1.5 - IMS - INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR

O IMS tem mestrado em Comunicação Social desde 1978. Está previsto o funcionamento do doutorado a partir do 2º semestre/94. Desde o início o curso levou em conta, em sua estruturação, o contexto onde está localizado, ou seja, a região industrial do ABC paulista. CARDOSO relata in CAPARELLI(1989) que "nesse local desenvolvem-se duas linhas da realidade brasileira: - o crescimento de uma classe operária numa situação de conflitos e transformações; e, a reflexão e definição do sistema capitalista num dos maiores pólos de tecnologia industrial da América Latina".

As linhas de pesquisa existentes no programa do IMS pretenderam, segundo seus organizadores, ter como parâmetro a elaboração simbólica das classes trabalhadoras, para compreender seus próprios meios de expressão cultural e política e para entender os mecanismos de reelaboração intelectual dos produtos consumidos diretamente da indústria cultural. Paralelo a isso, ofereceu também um espaço de reflexão voltado para o educador no campo da comunicação.

O programa de pós-graduação desenvolve duas áreas de concentração: Teoria e Ensino da Comunicação e Comunicação Científica e Tecnológica.



É importante destacar, segundo KUNSCH(1993:54), que "a área de Teoria e Ensino da Comunicação, anteriormente denominada de Metodologia da Comunicação, é trabalhada nas seguintes linhas de pesquisa: Comunicação, Educação e Sociedade e Comunicação e Cultura. A outra área de concentração, Comunicação Científica e Tecnológica, passou por um processo de reestruturação deixando de atender apenas o escopo da comunicação empresarial para alcançar um universo mais abrangente da Comunicação Científica e Tecnológica, por meio de três linhas básicas de pesquisa: Comunicação Rural, Divulgação Científica e Comunicação Empresarial.

Até 1988 foram defendidas 46 dissertações, numa média de 4,6 novos mestres formados por ano. Naquela época o mestrado contava com 53 inscritos, atendidos por sete doutores e um mestre, sendo que cinco trabalhavam em regime de dedicação exclusiva.

Havia, portanto, um orientador para cada grupo de 7,57 alunos. Em 1986 e 1987 o programa passou por uma crise com a saída de vários docentes que optaram por dedicação exclusiva na USP. Em 1988 esses problemas já estavam superados.

1.6 - UNIVERSIDADE DE CAMPINAS(UNICAMP)

A UNICAMP, por intermédio do Instituto de Artes, possui Mestrado em Multimeios e em Artes.

O mestrado em Multimeios teve início em 1986 e foi credenciado em 1988 pela CAPES, não tendo até aquele ano nenhuma dissertação apresentada. Sua existência enquanto curso integrando a área de Comunicação Social é ainda discutida dentro e fora do próprio curso: há os que defendem sua inclusão dentro de Artes, outros destacam sua característica de curso técnico auxiliar de outros campos das Ciências Humanas.

Entre os objetivos de sua criação estava o de fomentar uma perspectiva inter disciplinar de pesquisa, tanto a partir de uma reflexão aprofundada da natureza e das lógicas das linguagens dos modernos meios de comunicação(em especial: som, fotografia, video, cinema, informática), como buscando metodologias específicas de uso desses meios no campo da pesquisa em Artes e Ciências.

De acordo com KUNSCH(1993:54) "as áreas de concentração de pesquisa são: Ciência de Multimeios; Concepção e Realização em Multimeios; Significação e Multimeios; Comunicação e Multimeios e Metodologia da Pesquisa em Multimeios. As diversas linhas de pesquisa fazem parte de cada área de concentração, onde se desenvolvem em atividades e disciplinas na área de reflexão(Teoria de Comunicação, Semiologia etc.), na área de realização(como fazer) e na área de concepção".



Em 1988 o curso possuía 24 alunos inscritos, com pretensão de abrir mais oito vagas para 1989. No seu corpo docente haviam quatro doutores e dois mestres, cinco trabalhando em regime de dedicação exclusiva. É o único curso de mestrado entre os existentes que não conta com curso em nível de graduação na instituição onde funciona.

1.7 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

O programa de Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea da Universidade Federal da Bahia, segundo KUNSCH(1993:55), "foi criado em 1989 com duas áreas de concentração: uma voltada para os aspectos teóricos da produção dos bens simbólicos, da Comunicação e da Cultura no mundo contemporâneo; e outra destinada aos estudos aplicados da produção de bens simbólicos e da dinâmica dos seus meios no Brasil".

Segundo levantamento de dados da autora, "o curso visa a dois objetivos básicos: formação e aperfeiçoamento de professores e pesquisadores na área de Comunicação; e criação de um centro inter disciplinar de reflexão e da produção de conhecimento nas áreas de Comunicação e Cultura, fora do eixo Centro-Sul do país".

KUNSCH ainda informa que a atual área de concentração do programa - Aspectos Teóricos e Aplicados da Comunicação e Cultura Contemporâneas - tem caráter amplo e abrange:

a) investigações teóricas das questões gerais relativas à dimensão simbólica na sociedade contemporânea, no que se refere a sua dinâmica interna e/ou a sua relação com a produção material característica da moderna sociedade capitalista, com ênfase no estudo dos meios de produção e circulação de bens simbólicos que ocupam posição hegemônica na sociedade contemporânea;

b) investigações sobre casos específicos no âmbito da produção de bens simbólicos e a dinâmica da comunicação, em seus diversos aspectos, privilegiando-se, geograficamente, o Brasil como campo de estudo.

A pesquisadora destaca que "em ambos os casos parte-se da inevitável premissa da indissociabilidade entre teoria e prática, abrindo-se, porém, espaço para estudos que se situariam na chamada área da pesquisa básica, que vem recebendo pouca atenção, de um modo geral no Brasil, nas áreas das Ciências Humanas e Comunicação e Cultura em especial".

2 - A VISÃO DAS AGÊNCIAS DE FOMENTO

De acordo com os dados apresentados pelas instituições de ensino superior no país, no documento elaborado pelos especialistas do CNPq, algumas observações foram feitas:



.com exceção dos mestrados da Universidade de Brasília e da Universidade Federal da Bahia, todos os outros programas concentram-se na região sudeste; os doutorados no Rio de Janeiro e São Paulo;

.os sete programas de mestrado em Comunicação do país distribuem-se entre instituições públicas estaduais(2), instituições públicas federais(3) e instituições privadas confessionais(2);

.as instituições públicas estaduais tinham 402 dos 852 alunos de pós-graduação strictu sensu, ou seja, 47,19% do total; as públicas federais possuíam 218 inscritos, que representavam 25,5% e as privadas confessionais 232, que são 27,23% do total de alunos;

.os programas de pós-graduação, como foi diagnosticado pela própria CAPES, ressaltam a importância da diversidade das experiências que, "orientadas por uma pluralidade de perspectivas científicas não se opõem, antes se complementam, e permitem encarar o campo teórico da comunicação como uma área científica fortemente relacionada com as Ciências Sociais e Humanas";

.um ponto comum destacado em todas as avaliações precedentes, quer seja na Avaliação e perspectivas de 1982, quer nas quatro reuniões de avaliação realizadas pela CAPES, ou ainda da consolidação de documentos elaborados pelo CNPq, é o inter relacionamento da área de comunicação com as áreas de Ciências Humanas e Sociais. Existe de fato interdisciplinaridade necessária na abordagem da comunicação e, ao mesmo tempo, uma paulatina conquista de identidade enquanto área autônoma das Ciências Humanas. Esse movimento lento, mas persistente, advém sobretudo da busca de uma fisionomia própria, visto o pouco tempo de existência desses cursos;

.apesar de área nova, os programas de pós-graduação em Comunicação Social já formam um número quase igual de mestres ou de doutores que os das áreas mais próximas. Para essa comparação, os especialistas levaram em conta a trajetória quantitativa dos programas das Ciências Sociais e Humanas, como Antropologia, Ciência Política, Sociologia, Economia e História. O período analisado é de 1981 a 1986:

a)desses cinco cursos o número de formados em Comunicação aproxima-se, ou até é levemente superior aos de Antropologia e de Ciência Política, sendo inferior a Sociologia, Economia e História, três áreas já consolidadas há bastante tempo;

b)tanto os cursos de Antropologia como o de Ciência Política precederam os de Comunicação na universidade brasileira. Em 1981 Antropologia formava 25 mestres e Ciência Política 14, enquanto Comunicação apresentava 40 dissertações.

Em 1986, último ano analisado, os mestres em Comunicação foram 44, enquanto Antropologia tinha 28 e Ciência Política 34. A comparação quantitativa dos cursos de



doutorado dessas seis áreas mostra uma dinâmica acentuada da Comunicação, concorrendo quase que em igualdade de condições com os outros cursos;

c) nos seis anos analisados concluíram o doutoramento 37 antropólogos, 111 sociólogos, 39 cientistas políticos, 71 economistas, 93 historiadores e 31 comunicadores.

O apoio dos organismos governamentais foi importante no decorrer dos anos 80 para a consolidação dos programas de pós-graduação, especialmente pelo número de bolsas e uma melhor qualificação do corpo docente. Segundo AMORIM e LAGE in CAPARELLI(1989), "com as bolsas pôde-se iniciar o movimento provavelmente mais significativo de toda a história da área: passar da estrutura de cursos para a de programas(...); adicionalmente as bolsas permitirão uma redução do tempo médio de titulação, hoje em torno de 5 anos para o mestrado".

Esse apoio das Agências verifica-se tanto nas instituições de ensino superior públicas como nas privadas, abrangendo um leque que vai das bolsas para estudantes de mestrado e de doutorado a bolsas de pesquisa para docentes pesquisadores altamente qualificados.

Duas Agências são responsáveis quase que integralmente pelas bolsas concedidas aos estudantes de pós-graduação da área de Comunicação.

No decorrer dos anos 80 verificou-se uma mudança na sistemática dessas concessões, passando a responsabilidade da seleção dos bolsistas para as próprias instituições. A CAPES é a agência oficial que mais apoio vem dando à área; a outra agência de apoio é o CNPq.

De 1982 a 1988, a CAPES, através de seus dois programas(demanda social e PICD) concedeu 603 bolsas, numa média de quase 100 bolsas por ano.

Os números do CNPq ficaram bem abaixo: com base nos dados disponíveis de bolsas recomendadas dentro do CNPq, no período de 1984 a 1988 os programas de pós-graduação em comunicação tiveram: UFRJ - 45 bolsas, ECA/USP - 50, IMS - 44, Universidade de Brasília - 36 e a PUC-SP -26, num total de 201 bolsas em cinco anos.

Pela inexistência de dados comparativos do total de bolsas oferecidas aos cinco programas pelo CAPES e CNPq, o ano de 1988 foi tomado como objeto de análise das cotas existentes em relação ao número de alunos; naquele ano tinham bolsa 18% dos alunos do programa da ECA/USP, 28% da UFRJ, 39% da PUC-SP, 43% da UnB e 60% do IMS.

3 - COMUNICAÇÃO E PESQUISA

Uma pesquisa da INTERCOM - Sociedade Brasileira de Estudos Inter disciplinares da Comunicação - mostra que mais de 80% dos pesquisadores de Comunicação são professores universitários. Tais dados indicam que as instituições de ensino superior tornaram-se lugares privilegiados para o avanço das pesquisas na área. Essa função da Universidade, de interligar



o ensino com a pesquisa, já aparece como exigência na Reforma Universitária de 1968; mais especificamente, os dois planos nacionais de Pós-Graduação também ressaltam o papel da pós-graduação para a formação de pesquisadores.

LOPES(1989:61) faz uma periodização da pesquisa em comunicação no Brasil:

- década de 50 - pesquisas funcionalistas baseadas em métodos quantitativos: de conteúdo(dos meios, principalmente imprensa); de audiência(IBOPE) e de efeitos (sondagens de atitudes e motivações);

- década de 60 - pesquisas funcionalistas descritivas com base em métodos comparativos(CIESPAL) e de estudos de comunidade(difusão de inovações), dentro da linha de pesquisa de Comunicação e Desenvolvimento;

- década de 70 - pesquisas funcionalistas descritivas sobre políticas de comunicação nacionais e internacionais(linha de pesquisa: Comunicação e Política);

- pesquisas críticas sobre a indústria cultural com temáticas da manipulação, dependência e transnacionalização, com metodologia sociossemiológica;

- década de 80 - pesquisas funcionalistas sobre aspectos sistemáticos da produção(técnico-profissionais) e da circulação da comunicação;

- estudos críticos de modelos teóricos e esforços para a elaboração de uma teoria e metodologia da comunicação latino-americana;

- politização das pesquisas em comunicação, com metodologias qualitativas; temáticas: novas tecnologias de comunicação, transnacionalização e comunicação popular;

De acordo com ROCHA in CAPARELLI(1989), num estudo realizado junto às instituições de ensino superior, a pós-graduação se apresenta como um fator incentivador e multiplicador da pesquisa. Ela aponta, também, que o regime de trabalho(dedicação exclusiva), criado primeiramente nas Universidades Federais, foi importante para as iniciativas no campo da investigação, ao contrário de outros regimes de trabalho, como horistas, tempo parcial. Outro ponto destacado pela autora refere-se à qualificação, enfatizando que " a participação do docente em atividades de pesquisa é tanto maior quanto maior for seu nível de qualificação. Nesse sentido ficou evidente que, em sua grande maioria, são os docentes em nível de doutorado que estão efetivamente engajados em atividades de pesquisa ".

A autora cita, também, a institucionalização da atividade de pesquisa nas entidades de ensino superior, entendendo esse processo como a própria institucionalização da pós-graduação, a possibilidade de qualificação permanente do corpo docente, a garantia de condições adequadas de infra-estrutura para o desenvolvimento da relação ensino-pesquisa e uma



maior flexibilidade orçamentária como fatores ponderáveis para o avanço da investigação científica.

O MEC(1985) criou uma comissão para avaliar a reforma universitária; o relatório demonstrou que durante a década de 70 houve um aumento considerável da proporção de professores em tempo integral nas Universidades Federais, com o objetivo de concretizar o modelo de universidade de pesquisa, inviável com professores de tempo parcial. Os relatores destacam, também, sobre a Universidade como um todo - e não sobre a área de Comunicação - a respeito da disponibilidade de tempo dos docentes(apenas 1/4 da carga horária de professores em tempo integral e dedicação exclusiva é direcionada às atividades de ensino) e da qualificação docente(60% dos professores das universidades federais não tinham mestrado, enquanto 50% dos mestres e doutores jamais publicavam alguma coisa). Tais dados, aparentemente contraditórios, revelam a complexidade da situação da pesquisa na Universidade brasileira, à época da coleta das informações. As afirmações acima referem-se às Universidades federais, que são privilegiadas em relação às Universidades privadas no que concerne à dedicação exclusiva de docentes(o que, a nosso ver, é questionável, se levarmos em conta que o profissional professor em dedicação exclusiva não está conseguindo sobreviver com os "ganhos de suas pesquisas na universidade", aliado ao fato do distanciamento existente entre os avanços tecnológicos do mercado de trabalho e a utilidade das pesquisas desenvolvidas na universidade), existência de programas de pós-graduação e possibilidade de qualificação de seus recursos humanos.

Diante desse quadro e, apesar das inúmeras adversidades que permeiam o dia-a-dia da Universidade, reforça-se a conclusão de que são os programas de pós-graduação, com todas as dificuldades já conhecidas, que reúnem as bases para o desenvolvimento da pesquisa.

No caso específico da Comunicação, é relevante destacar a pesquisa realizada pela INTERCOM(1989), sob a responsabilidade da Profa. Maria Immacolata V. Lopes. Cento e cinquenta e sete(157) pesquisadores responderam aos quesitos. No que se refere à OCUPAÇÃO ATUAL DOS PESQUISADORES, mais de 80% são professores universitários, o que significa que a produção científica em Comunicação é predominantemente de caráter acadêmico.

Sobre a FUNÇÃO ATUAL DOS PESQUISADORES, verificou-se que é altíssima a concentração dos pesquisadores na área acadêmica; é aí que se realiza quase 90% da produção científica no país.

O item LOCAL DE TRABALHO DOS PESQUISADORES mostrou que 70% trabalham em universidades públicas, com predominância das universidades estaduais sobre as federais(a diferença é de 1,2% para as primeiras). Entre os pesquisadores acadêmicos, 82%



trabalham em universidades públicas, enquanto 18% em instituições particulares. Um dado importante é o que diz respeito aos pesquisadores não-acadêmicos, com porcentagem de participação acima das instituições particulares de ensino, que apresentam um volume interessante de pesquisa de Comunicação realizada nas empresas(13,8%). No que se refere à **FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS PESQUISADORES**, os resultados demonstraram, em primeiro lugar, que nos três níveis - graduação, mestrado e doutorado - essa formação é obtida predominantemente na área de Comunicação. No nível de graduação, 54,5% fizeram cursos de Comunicação; esse número aumenta para 57% no nível mestrado. No conjunto de pesquisadores que fizeram ou fazem curso de doutoramento, que são 53,3%, 52,8% se situam na área de Comunicação.

Segundo a autora, os dados apontam para a seguinte tendência: aumenta o número de pesquisadores que fazem o mestrado em Comunicação em relação à graduação e diminui relativamente no curso de doutorado; e, complementarmente, o número de pesquisadores que fizeram o curso de graduação em outra área que não o de Comunicação diminui no mestrado e aumenta no doutorado.

No que se refere à participação em cursos no exterior, os resultados mostraram que 36% dos pesquisadores fizeram ou fazem algum curso no exterior, nos níveis de graduação, mestrado ou doutorado.

A autora ainda afirma que, levando-se em conta a curta existência no país de programas de mestrado e de doutorado em Comunicação, nota-se pelo resultado da pesquisa que o grau de titulação dos pesquisadores é bastante elevado; o número de doutores e livre-docentes(44,3%) é superior ao número de mestres(40,7%). No que diz respeito às **LINHAS DE PESQUISA**, a questão que tratou desse assunto foi de múltipla escolha; os pesquisados fizeram 1102 indicações, as quais mereceram as seguintes observações:

a) em primeiro lugar, concentrando o maior número de indicações(290/26% das indicações) aparece a temática do massivo envolvendo as linhas de pesquisa: Comunicação de Massa, Estudo dos meios de Comunicação de Massa, Discurso e Linguagem dos Meios, Recepção dos Meios e História dos Meios de Comunicação

b) em segundo lugar, com pouca diferença, concentra-se a temática do popular(277/25% das indicações) reunindo as linhas de pesquisa: Recepção dos Meios, Comunicação Popular, Comunicação Alternativa, Comunicação Comunitária, Cultura Popular, Memória Popular, Folkcomunicação e Imprensa Popular

c) em terceiro lugar aparece a temática política e ideológica(206/29% das indicações), com as linhas: Comunicação, Opinião Pública, Propaganda Política e Comunicação Internacional



d) em quarto lugar está a temática empresarial(134/12% das indicações) com as linhas: Estudo dos meios de Comunicação, Comunicação Organizacional e Capacitação Profissional em Comunicação

e) em quinto lugar a temática educacional(120/11% das indicações), com as linhas: Recepção dos Meios, Comunicação e Educação e Pedagogia da Comunicação

f) em sexto lugar a temática tecnológica(105/10% das indicações),com as linhas: Novas Tecnologias de Comunicação, Comunicação e Desenvolvimento e Difusão de Inovações

Referindo-se ao TIPO DE PESQUISA desenvolvida pelos pesquisadores, a autora obteve os seguintes resultados: a pesquisa de campo, teórica e documental(quase que igualmente citadas) caracterizam genericamente a natureza dos estudos de Comunicação.

Os pesquisadores revelaram preferência pelo estudo empírico, teórico e textual do seu objeto. Ressalta-se a ênfase teórica dada na pesquisa por 56,3% dos pesquisadores. Sobre a questão dos MÉTODOS ADOTADOS, os resultados mostram que os métodos descritivos (análise de conteúdo, estudo de caso e método documental) foram mais utilizados no sentido de adequação às pesquisas da linguagem comunicacional e das problemáticas empíricas da comunicação. A autora chegou à conclusão que cada pesquisador usa, em média, dois métodos descritivos.

CAPÍTULO 3



Capítulo 3

OS PROGRAMAS CONSIDERADOS

Os cursos de Comunicação Social e de Relações Públicas têm papel relevante apesar de serem de criação dos profissionais que atuam em esta área. São tímidas, especialmente as daquelas que atuam nas universidades, cujos trabalhos não são produzidos em quantidade suficiente e com qualidade adequada.

Vivemos um momento de transição no país. Os profissionais da área de Relações Públicas devem estar atentos e acompanhar esse processo, pois só assim será possível redefinir e criar mecanismos de trabalho que possam ser aplicados em situações de emergência e de crise.

Nesse sentido, levamos em conta a contextualização apresentada nos capítulos anteriores, tornando presente a importância de analisar e avaliar os trabalhos produzidos em dois programas de Pós-Graduação em Comunicação Social do Estado de São Paulo, que oferecem em suas habilitações de pesquisa e atuação de docência em Relações Públicas: Escola de Comunicação e Artes (USP) e Instituto Metodista de Ensino Superior.

Optamos por realizar a pesquisa nessas escolas porque

uma das pesquisas que se realizou no Brasil e que se encontra no âmbito da área de Relações Públicas, em termos de metodologia, é a de natureza qualitativa.

Uma das principais razões para a escolha dos programas mencionados trata-se da possibilidade de encontrar as condições em que se realizam os trabalhos e de avaliar a qualidade dos mesmos. Como uma escola pública estadual e a outra privada confessionista, ambas apresentam características de mercado diversificadas, o que possibilita a pesquisa de variáveis que propiciem aos pós-graduandos condições de trabalho e de atuação. O primeiro programa tem início em 1972 e o segundo em 1978, com uma duração de dois anos.

O Instituto Metodista de Ensino Superior oferece a área de concentração Teoria e Prática da Comunicação, o que nos permite a análise dos trabalhos produzidos para a área de Relações Públicas. O programa de mestrado em Relações Públicas da USP oferece a área de concentração Teoria e Prática da Comunicação, o que nos permite a análise dos trabalhos produzidos para a área de Relações Públicas. Também é conveniente destacar que o trabalho principal que fundamenta este trabalho para o levantamento, classificação e análise das produções e dos dados no período de 1972 a 1991 nos programas mencionados, foi a pesquisa de natureza qualitativa, realizada por meio de entrevistas e questionários.

Capítulo 3

OS PROGRAMAS CONSIDERADOS

No campo complexo da Comunicação Social a área de Relações Públicas tem papel relevante, apesar de restrito. As ações dos profissionais que abraçam essa área são tímidas, especialmente as daqueles que atuam exclusivamente nas Universidades, cujos trabalhos não têm provocado a devida ressonância no mercado de trabalho.

Vivemos momento de mudança no país. Os profissionais da área de Relações Públicas devem estar atentos e acompanhar todo esse processo, pois só assim será possível redefinir e criar mecanismos de difusão das funções desse profissional, face a situação em que se encontra a sociedade.

Nesse sentido, levando-se em conta a contextualização apresentada nos capítulos anteriores, tornou-se premente levantar informações, classificar e analisar os trabalhos produzidos em dois programas de Pós-Graduação em Comunicação Social do Estado de São Paulo, que oferecem em suas linhas de pesquisa a área de concentração em Relações Públicas: Escola de Comunicações e Artes(USP) e Instituto Metodista de Ensino Superior.

Optamos por realizar a pesquisa nessas escolas porque:

- a)um dos programas, o da ECA/USP, é o mais antigo e oferece aos interessados na área de Relações Públicas um acervo bastante diversificado, tanto quantitativa, quanto qualitativamente;
- b)um levantamento das produções geradas nos programas mencionados traria a possibilidade de conhecer as diferentes situações em que as dissertações e teses foram desenvolvidas, considerando que uma escola é pública estadual e a outra privada confessional, localizadas em regiões com características de mercado bastante diversificado;
- c)as linhas de pesquisa são variadas, o que proporciona aos pós-graduandos condições de opção, aliado ao fato dos programas terem iniciado suas atividades na mesma década, mas em períodos diferentes(1972 e 1978), com uma defasagem de seis anos;
- d)o Instituto Metodista de Ensino Superior oferece a área de concentração Teoria e Ensino da Comunicação, o que nos motivou a escolher as produções, voltadas para a área de Relações Públicas, do seu programa de mestrado como objeto de estudo. Cabe aqui esclarecer que, de início, tínhamos a expectativa de encontrar trabalhos de Relações Públicas exclusivamente voltados para a temática do ensino. Também, é conveniente destacar que o objetivo primeiro que direcionou este trabalho para o levantamento, classificação e análise das dissertações e teses geradas no período de 1985 a 1990, nos programas mencionados, foi a perspectiva de encontrar autores cujos estudos tivessem priorizado as questões de



ensino na área de Relações Públicas. Apenas uma autora aborda aspectos ligados ao ensino e a pesquisa: em seu trabalho estão elencados os principais eventos científicos da área, as publicações e dados históricos sobre a profissão e Associação Brasileira de Relações Públicas(ABRP). Nesse estudo a prioridade não foi os problemas da graduação na área de Relações Públicas.

Se tivéssemos encontrado trabalhos com a preocupação acima apontada, nossas ações estariam voltadas para: selecionar esses trabalhos, conhecer seus objetivos, metodologias e resultados obtidos e torná-los objetos de estudo prioritários desta dissertação.

No levantamento dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação Social existentes no Estado de São Paulo foram considerados aqueles que oferecem a área de concentração em Relações Públicas. O procedimento adotado foi a consulta às fontes disponíveis, tais como os catálogos dos cursos de Pós-Graduação no Brasil e aqueles elaborados pelas instituições que oferecem pós-graduação em Comunicação Social no Estado de São Paulo. Na Escola de Comunicações e Artes(ECA/USP) encontramos à disposição, na biblioteca, três catálogos: um relaciona os trabalhos defendidos de 1969 a 1980; outro abrange as produções até 1984; e em 1992 é editado mais um que engloba todos os trabalhos, desde a criação da pós-graduação na escola.

No Instituto Metodista de Ensino Superior(IMS), os trabalhos desenvolvidos na área de Relações Públicas, apenas em nível de mestrado, estão centralizados na biblioteca principal, que possui um catálogo geral da pós-graduação. Tivemos acesso ao último catálogo, editado em 1992, que apresenta dados gerais sobre todos os programas de mestrado. Os títulos das dissertações em Comunicação Social não constam desse catálogo; para obter as informações utilizamos os seguintes procedimentos: consulta aos arquivos disponíveis na secretaria da pós-graduação; levantamento de informações com as bibliotecárias; consulta às fichas da biblioteca e xerocópia dos exemplares das produções que foram geradas no período delimitado na pesquisa.

Apesar de já termos elencado no capítulo dois(2), dados básicos dos cursos de Pós-Graduação em Comunicação Social existentes no Brasil, julgamos conveniente, neste capítulo, apresentar informações adicionais sobre os programas, cujas produções de Relações Públicas foram nosso objeto de estudo.

1 - ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

De acordo com THOMAZI(1991:57), em 1972 os programas de pós-graduação foram adaptados à nova sistemática que estabelecia dois níveis de formação: mestrado e doutorado.



No mesmo ano foram abertas as inscrições para pós-graduação em "Ciências da Comunicação"; a partir do ano seguinte alguns pós-graduandos realizaram suas defesas de teses. Segundo a autora, problemas de ordem política aconteceram; nesse sentido, o programa de doutorado só voltou a receber novas inscrições em 1980, tanto para "Ciências da Comunicação" como para as Artes, uma vez que essas áreas de concentração vinham funcionando desde 1972.

THOMAZI ainda afirma que, durante a década de 70 poucos foram os docentes que avançaram na carreira acadêmica, posterior ao doutorado. A escola passou por uma crise em suas atividades de ensino e de pesquisa em virtude de cassações de docentes por motivos políticos.

Relações Públicas, segundo a autora, encontram-se na área de Ciências da Comunicação, no Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo, sub-área: Relações Públicas. As linhas de pesquisa são: "Operacionalização e Administração da Controvérsia Pública" e "Administração de Relações Públicas no Governo e na Empresa".

A pesquisadora relata que, no decorrer desses anos, a pós-graduação da ECA já propiciou titulação de vários mestres e alguns doutores nas áreas de "Ciências da Comunicação" e das "Artes", além de livre-docência. O curso tem recebido a avaliação nível "A" pela Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior - CAPES.

De acordo com a autora e conforme mencionado no capítulo dois, as Diretorias e Comissões Especiais da escola estão desenvolvendo amplo trabalho de reformulação da pós-graduação, que envolve os processos de seleção, reflexão, avaliação, adequando-os às reais condições das áreas novas do conhecimento. Novas linhas de trabalho já estão sendo desenvolvidas pelos docentes. Hoje, os cursos são bem mais dinâmicos; desde 1989 foi implantado um serviço de informações acadêmicas e institucionais, com o objetivo de evitar a falta de orientação aos candidatos. THOMAZI lamenta apenas a escassez de vagas, principalmente aos docentes oriundos de vários Estados do país.

À vista do direcionamento deste trabalho, julgamos conveniente elencar todas as produções da área de Relações Públicas, desde a primeira defesa, que aconteceu em 1972 (conforme tabela I). Após, merecerão destaque, classificação e análise as produzidas no período de 1985 a 1990. Na sequência, relacionamos a produção disponível na biblioteca da ECA:



TABELA 1: RELAÇÃO DAS DISSERTAÇÕES E TESES EXISTENTES NA ECA/USP-ÁREA RELAÇÕES PÚBLICAS

- ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. Relações públicas e o interesse do público. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1972.
- _____. Relações públicas na administração direta e indireta. Tese de livre-docência. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1978.
- ANDRADE, Luiz Carlos de Souza. Lobby e comunicação: do saguão à rua ou instrumento legítimo e necessário. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1986.
- ARAUJO, Cirilo Rodrigues de. Relações públicas no Governo do Estado da Paraíba: a busca de novas estratégias de comunicação. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1987.
- BARROS, Eduardo Judas. Relações públicas no 3º Mundo: um estudo microanalítico e comparativo de relações públicas no Brasil e na Índia. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.
- BUZZI, Márcia. Relações públicas como atividade de apoio a projetos de saneamento. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.
- CESCA, Cleuza Gertrudes Gimenes. Relações públicas em defesa do consumidor: uma contribuição para a solução de conflitos nesse setor. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1986.
- CORRÊA, Tupã Gomes. Editoração em relações públicas: o emprego de meios editoriais em comunicação dirigida. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1978.
- FERNANDES, Francisco Assis Martins. Relações públicas como instrumental da administração da administração da controvérsia pública: estudo de casos. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1985.
- FERREIRA, Waldir. Planejamento e coordenação da sequência sonorizada de diapositivos como atividade de relações públicas: caso prático. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979.
- FERREIRA, Walter. Atividades de relações públicas no poder executivo nos municípios do ABC. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1985.
- _____. Atividades de relações públicas nas prefeituras dos municípios da região metropolitana de São Paulo. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.
- FORTES, Waldyr Gutierrez. O processo de relações públicas na administração das médias e pequenas empresas. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1987.
- FREITAS, Sidinéia Gomes de. Contribuições metodológicas para uma administração de relações públicas. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980.



- A comunicação social como instrumento do poder: as coordenadorias de comunicação social da Nova República. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1987.
- KUNSCH, Margarida Maria K. O planejamento de relações públicas em função da comunicação integrada nas organizações sociais. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1985.
- MIZUNO, Mary. Relações públicas em administração dos meios de comunicação da empresa: uma pesquisa empírica-quantitativa entre os profissionais do município de São Paulo. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1984.
- NOGUEIRA, Ligia Alvares. Administração de recursos humanos como política de relações públicas. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992.
- OLIVEIRA, Celso Feliciano de. Defesa civil como atribuição de relações públicas: veículo de comunicação dirigida aproximativa nas relações com a comunidade. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1984.
- PAJUELO, Nelly Amélia Becerra. Perfil das relações públicas na América Latina. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1983.
- PEREIRA, Maria José. Profissional de relações públicas como agente catalisador dentro da empresa. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992.
- PINHEIRO, Ronald Calhau. Similaridades das atividades de relações públicas em órgãos paraestatais e empresas privadas. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1984.
- PINHO, José Benedito. Comunicação institucional: a propaganda como instrumento de relações públicas. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989.
- RAMOS, Hebe Wey. Relações públicas empresariais. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979.
- RIBEIRO, Maria das Graças Clemente. Eventos - uma atividade multidisciplinar: o compromisso profissional com o público. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.
- THOMAZI, Maria Stella. O ensino e a pesquisa em relações públicas no Brasil e sua repercussão na profissão. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991.
- TOJAL, Luiz Plácido. Poder Administrativo controversial: relações públicas na administração da controvérsia pública. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992.



2 - INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR:

O mestrado em Comunicação Social do Instituto Metodista de Ensino Superior(IMS) funciona desde 1978 e é um curso já consolidado pela sua produção científica, tanto docente quanto discente. Nos seus dezesseis anos de existência o curso gerou mais de 60(sessenta) dissertações, tendo nos últimos anos alcançado uma produção regular, devido, principalmente, à existência de bolsistas da CAPES, CNPq e FAPESP.

Conforme descrito no capítulo dois, são duas as áreas de concentração programadas:

a) Teoria e Ensino da Comunicação: destinada a formar docentes para o magistério da Comunicação Social e pesquisadores interessados no estudo de fenômenos da Comunicação e Educação.

b) Comunicação Científica e Tecnológica: destinada a aprofundar a formação de profissionais pesquisadores em campos específicos, privilegiando a comunicação em ciência e tecnologia, sobretudo a divulgação científica, em particular o jornalismo científico, a comunicação rural e outras formas de comunicação especializada como por exemplo, a comunicação empresarial.

O curso desenvolve 5(cinco) linhas de pesquisa:

1- Comunicação, Educação e Sociedade: visa o estudo da educação como fenômeno comunicacional, das teorias de ensino e aprendizagem e o papel dos meios de comunicação no processo de ensino e educação. Pesquisa conteúdos e estratégias didático-pedagógicas dos cursos de comunicação.

2- Comunicação e Cultura: visa à análise e interpretação das culturas como sistemas de comunicação. Pesquisa formas de comunicação entre subsistemas culturais e formas e funções da cultura popular urbana.

O papel dos meios de comunicação hegemônicos e alternativos na cultura brasileira.

3- Comunicação Rural: estudo do processo de comunicação voltado às especialidades do meio rural. Comunicação e difusão de inovações. Comunicação e extensão rural. Comunicação e pesquisa agropecuária. A dimensão sócio-cultural da comunicação com o homem do campo.

4- Divulgação Científica: análise da teoria e da prática da divulgação científica, com ênfase no jornalismo científico, ciência e dependência. Comunicação e transferência de tecnologia. Ciência e comunicação de massa no Brasil.

5- Comunicação Empresarial: estudo da problemática da comunicação nas empresas. Estratégias de Relações Públicas, Propaganda e Marketing Social. O jornalismo empresarial, comunicação empresarial e comunidade.



Os trabalhos disponíveis na biblioteca do IMS estão relacionados na sequência:

TABELA 2: DISSERTAÇÕES DE RELAÇÕES PÚBLICAS EXISTENTES NA BIBLIOTECA DO INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR

- ESCUDERO, Regina Célia. Relações públicas comunitárias: uma exigência da sociedade civil brasileira. São Bernardo do Campo: Instituto Metodista de Ensino Superior, 1991.
- PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Relações públicas no modo de produção capitalista. São Bernardo do Campo: Instituto Metodista de Ensino Superior, 1981.
- ROUVALDO, Maria Lídia Gomes. A importância das publicações internas na empresa. São Bernardo do Campo: Instituto Metodista de Ensino Superior, 1992.
- SCHULTEN, Helga Iracema. Relações públicas nos Estados Unidos e no Brasil: contrastes e confrontos. São Bernardo do Campo: Instituto Metodista de Ensino Superior, 1982.
- SILVESTRIN, Celsi Bronstrup. Relações públicas na área rural - um espaço a ser ocupado. São Bernardo do Campo: Instituto Metodista de Ensino Superior, 1989.
- THOMAZI, Maria Stella. Contribuições da Associação Brasileira de Relações Públicas para a profissão de relações públicas. São Bernardo do Campo: Instituto Metodista de Ensino Superior, 1986.



Capítulo 4

AS DISSERTAÇÕES E TESES ANALISADAS

É importante destacar que, para cada trabalho analisado, as seguintes informações e objetivos do autor, procedimento adotado, bem como os resultados obtidos. Na tarefa de levantamento dos trabalhos para a biblioteca dos programas de pós-graduação relacionados, algumas produções revelaram dados que nos possibilitaram conhecer profundamente a seu respeito. Tivemos uma preocupação porque especificamente neste estudo em que nos colocamos na condição de pesquisadores de trabalhos produzidos por outros autores, julgamos conveniente ter acesso à elaboração dos conteúdos. Não tivemos a oportunidade de experimentar parte com os autores as dificuldades e facilidades da pesquisa desenvolvida; nesse sentido, as conclusões sobre os trabalhos analisados para melhor necessitamos de fontes de maior aprofundamento.

Torna-se relevante esclarecer que a primeira análise das produções foi realizada a partir dos títulos, uma vez que tínhamos, naquela oportunidade, um vasto material para ser pesquisado e, diante da escassez de cópias dos trabalhos selecionados e a extensa leitura foi uma tarefa que demandou um período muito grande.

A realização desta dissertação dependeu da existência de fontes e material disponível nas bibliotecas. Assim, existe a possibilidade de futuras pesquisas de análise de alguns trabalhos, apesar de, nos dois casos selecionados, terem sido consultadas as pessoas habilitadas na tarefa de identificar e levantar os trabalhos produzidos nos programas de pós-graduação. A quantidade de dissertações e teses produzidas na área de Relações Públicas, no período de 1972 a 1992, nas escolas selecionadas, é de 33.

No sequência, apresentamos o Resumo/Classificação e Análise dos Trabalhos produzidos no período de 1985 a 1990.

CAPÍTULO 4

1- RESUMO/CLASSIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS TRABALHOS PRODUZIDOS (1985-1990)

Elaborada a leitura e resumo dos trabalhos selecionados, tivemos condições de classificá-los levando-se em conta prioritariamente o direcionamento dado pelos autores no desenvolvimento das atividades de pesquisa realizada.

O total de trabalhos relacionados e disponíveis nas bibliotecas da FCA/USP e do Instituto Materno de Ensino Superior é equivalente a 33. Para a elaboração desta análise foram analisadas quarenta e duas dissertações defendidas no período de 1985 a 1990, isto corresponde a 42,00% do total produzido (verificar gráfico 1). No período selecionado para análise, a produção foi mais significativamente maior (gráfico 2). A época escolhida para

Capítulo 4

AS DISSERTAÇÕES E TESES ANALISADAS

É importante destacar que, para cada trabalho analisado na pesquisa apresentamos o objetivo do autor, procedimento adotado, bem como os resultados obtidos. Na tarefa de levantamento dos trabalhos junto às bibliotecas dos programas de pós-graduação selecionados, algumas produções revelaram dados que nos possibilitaram conclusões preliminares a seu respeito. Tivemos essa precaução porque, especificamente neste estudo em que nos colocamos na condição de pesquisadora de trabalhos produzidos por outros autores, julgamos conveniente ter cautela na elaboração dos comentários. Não tivemos a oportunidade de experienciar junto com os autores as dificuldades e facilidades da pesquisa desenvolvida; nesse sentido, as conclusões sobre os trabalhos escolhidos para análise necessitariam, às vezes, de maior aprofundamento.

Torna-se relevante esclarecer que a primeira análise das produções foi realizada a partir dos títulos, uma vez que tínhamos, naquela oportunidade, um vasto material para ser pesquisado: a tiragem de cópias dos trabalhos selecionados e a consequente leitura foi uma tarefa que demandou um período muito grande.

A realização desta dissertação dependeu da existência de fontes e material disponível nas bibliotecas. Assim, existe a possibilidade de termos deixado de analisar algum trabalho, apesar de, nas duas escolas selecionadas, terem sido consultadas as pessoas habilitadas na tarefa de identificar e levantar informações pertinentes aos programas de pós-graduação. A quantidade de dissertações e teses produzidas na área de Relações Públicas, no período de 1972 a 1992, nas escolas selecionadas, é de 33.

Na sequência, apresentamos o Resumo/Classificação e Análise dos Trabalhos produzidos no período de 1985 a 1990.

1- RESUMO/CLASSIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS TRABALHOS PRODUZIDOS (1985-1990)

Efetuada a leitura e resumo dos trabalhos selecionados, tivemos condições de classificá-los levando-se em conta prioritariamente o direcionamento dado pelos autores no desenvolvimento das atividades da pesquisa realizada.

O total de trabalhos relacionados e disponíveis nas bibliotecas da ECA/USP e do Instituto Metodista de Ensino Superior é equivalente a 33. Para a elaboração deste trabalho foram analisadas quatorze dissertações/teses defendidas no período de 1985 a 1990; isso corresponde a 42,00% do total produzido(conforme gráfico 1). No período delimitado para análise, a produção foi mais significativa(conforme gráfico 2): a época escolhida para



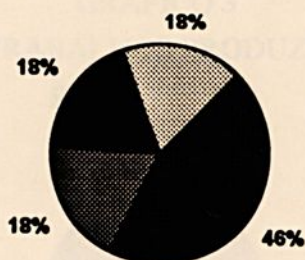
identificar, classificar e analisar as dissertações e teses foi proposital, pois os trabalhos foram gerados em meio a intensas manifestações de intelectuais que buscavam, acima de tudo, a democracia para o povo brasileiro.

GRÁFICO 1 : RELAÇÃO TRABALHOS PRODUZIDOS/TRABALHOS ANALISADOS



LEGENDA: 58% correspondem a 19 trabalhos produzidos (fora do período delimitado)
42% representam o total de 14 trabalhos analisados(1985-1990)

**GRÁFICO 2
DEMONSTRAÇÃO DOS TRABALHOS PRODUZIDOS DESDE A DÉCADA DE 70**



LEGENDA: 46% correspondem a 15 trabalhos produzidos de 1985 A 1990
18% correspondem a 6 trabalhos produzidos na década de 70
18% correspondem a 6 trabalhos produzidos de 1980 a 1984
18% correspondem a 6 trabalhos produzidos de 1991 a 1992

O ensino superior, especialmente o público, apresentava-se como um excelente espaço para aqueles que desejavam, não apenas fazer carreira, mas, também, participar de pesquisas e obter remuneração em bons níveis nos postos de direção das universidades.

Considerando os trabalhos elencados e o direcionamento que foi dado pelos pesquisadores no desenvolvimento de suas atividades, pode-se categorizá-los nas seguintes áreas:

- a) empresarial: grupo das dissertações e teses cujas pesquisas priorizaram temas relacionados às questões empresariais, independente das organizações/temas estudados estarem relacionados com as diferentes regiões do Brasil ou não;
- b) governamental: grupo das dissertações e teses cujos pesquisadores desenvolveram seus trabalhos tendo como objeto de estudo organizações governamentais;
- c) comunitária/institucional: grupo das dissertações e teses que privilegiaram temas/organizações com fins comunitários e/ou institucionais;
- d) comunicação: grupo das dissertações e teses que abordaram temas/aspectos da área de comunicação e/ou utilizaram-se das técnicas em suas propostas de trabalho;
- e) outras: grupo das dissertações e teses cujos autores desenvolveram temas que apresentaram alguma afinidade teórica e/ou temática.

Em função das áreas empresarial, governamental e comunitária/institucional apresentarem uma incidência maior de trabalhos, ou seja, 79,00% (conforme gráfico 3), o que corresponde a 26 (vinte e seis) dissertações/teses produzidas, na sequência será dada ênfase a essas áreas.

GRÁFICO 3
RELAÇÃO DO TOTAL DE TRABALHOS PRODUZIDOS/TOTAL DAS ÁREAS DE
PREFERÊNCIA



LEGENDA: 79% correspondem a 26 trabalhos, sendo: 13(empresarial), 8(governamental) e 5(comunitária/institucional)
21% correspondem a 7 trabalhos produzidos em outras áreas

1.1 - ÁREA EMPRESARIAL

A área de Relações Públicas não tem proporcionado, em termos de trabalhos científicos, benefícios para o meio empresarial. Com a competição acirrada, própria dos dias atuais, já está comprovado que essa área necessita receber também subsídios científicos para o aprimoramento da colocação dos seus produtos e serviços junto aos públicos de interesse.

As organizações, de um modo geral, vem passando diuturnamente por grandes mudanças. De acordo com FÁBIO FRANÇA, *"as empresas, seguindo uma visão global de negócios, tomaram várias medidas que estão revolucionando suas estruturas na busca de modernização e sobrevivência. A adoção de novas medidas e nova postura tem levado as empresas a revisar sua missão, seus objetivos e a replanejarem suas estratégias. Hoje, as empresas estão convivendo com o chamado enxugamento, em todos os setores, o que traz como consequência redução de cargos e de pessoal. Todo um planejamento está sendo feito, nas diversas áreas das organizações, buscando a aplicação dos princípios de qualidade"*

É com esse quadro que os pesquisadores que optam por desenvolver trabalhos nessa área têm que conviver: o meio empresarial tem objetivos imediatos e está exigindo qualidade em todas as ações. Isso é resultado de um processo de "educação do consumidor" que, através da mídia, está sendo informado e preparado para exigir os seus direitos.

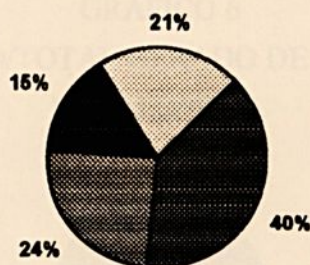
Nesse sentido, afirma FRANÇA, *"as organizações estão trabalhando sob o prisma da eficiência e da produtividade. Estão reduzindo espaços e áreas e, tanto interna quanto externamente, estão maximizando os relacionamentos para fazer negócios. O posicionamento que vem sendo adotado pela maioria das organizações fez nascer o novo perfil empresarial e o novo perfil dos empregados. Em função disso está surgindo uma nova cultura empresarial"*.

É através do conhecimento e da convivência com essa cultura empresarial que os pesquisadores, com interesse nessa área, têm condições de propor e promover mudanças. A nosso ver, os trabalhos de pesquisa desenvolvidos nessa área apresentaram pouca utilidade para o meio empresarial. Isso é assunto para outras pesquisas, com objetivos de verificar esse aspecto. É importante ficar claro que, enquanto pesquisadores, não podemos ficar à margem do processo de mudança vivenciado pela sociedade.

Pode-se afirmar que a área empresarial foi a que mais despertou o interesse dos pesquisadores. Dos 33 trabalhos relacionados, treze foram desenvolvidos tendo como objeto de estudo questões/organizações que enfocavam essa área, o que representa 40,00%(conforme gráficos 4 e 5). Isso significa dizer que mais de um terço(1/3) da produção encontrada nas bibliotecas dos programas de pós-graduação teve como objeto de estudo aspectos/setores da área empresarial.



GRÁFICO 4
RELAÇÃO DO TOTAL DE TRABALHOS PRODUZIDOS/ ÁREAS DE
PREFERÊNCIA
ESPECIFICADAS



LEGENDA: 40% correspondem a 13 trabalhos enquadrados na área empresarial
 24% correspondem a 8 trabalhos enquadrados na área governamental
 21% correspondem a 7 trabalhos produzidos em outras áreas
 15% correspondem a 5 trabalhos enquadrados na área com/institucional

GRÁFICO 5
RELAÇÃO TRABALHOS PRODUZIDOS/ TOTAL ÁREA EMPRESARIAL



LEGENDA: 61% representam vinte trabalhos produzidos em outras áreas
 39% representam treze trabalhos produzidos na área empresarial

Foi a partir da década de 80, mais especificamente em 1984, que os pesquisadores começaram a direcionar seus trabalhos para essa área. No período compreendido entre 1985 a 1992, dez produções foram geradas nos programas de pós-graduação, tendo como objeto de estudo a área empresarial, ou seja, 30,00% do total de trabalhos encontrados nas

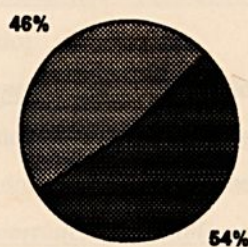
bibliotecas(conforme gráfico 6). Também, é conveniente ressaltar que, dos treze trabalhos categorizados na área empresarial, sete foram analisados, o que corresponde a 54,00% do total produzido(conforme gráfico 7).

GRÁFICO 6
TOTAL DA PRODUÇÃO/TOTAL GERADO DE 1985 A 1992 NA ÁREA EMPRESARIAL



LEGENDA: 70% correspondem a produção de 23 trabalhos(outras áreas)
30% representam a produção de 10 trabalhos na área empresarial

GRÁFICO 7
TOTAL DA PRODUÇÃO ÁREA EMPRESARIAL/TOTAL ANALISADO



LEGENDA: 54% correspondem a análise de sete trabalhos
46% representam seis trabalhos produzidos
(fora período delimitado)

Relacionamos, na sequência, os treze trabalhos classificados na área empresarial. É importante esclarecer que os que aparecem com (*), num total de 6(ões), foram enquadrados na área empresarial em função dos títulos, uma vez que, por não terem sido produzidos no período delimitado para a pesquisa, não foram analisados:

- ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. Relações públicas e o interesse público. São Paulo, ECA/USP, 1972(doutorado).(*)
- BARROS, Eduardo Judas. Relações públicas no 3º Mundo:um estudo micro-analítico e comparativo das relações públicas no Brasil e na Índia. São Paulo, ECA/USP, 1988(doutorado).
- CESCA, Cleuza Gertrudes Gimenes. Relações públicas em defesa do consumidor: uma contribuição para a solução de conflitos nesse setor. São Paulo, ECA/USP, 1986(mestrado).
- FERNANDES, Francisco Assis Martins. Relações públicas como instrumental da administração da controvérsia pública:estudo de casos. São Paulo, ECA/USP, 1985(doutorado).
- FORTES, Waldyr Gutierrez. O processo de relações públicas na administração das médias e pequenas empresas. São Paulo, ECA/USP,1987(mestrado).
- KUNSCH, Margarida Maria K. O planejamento de relações públicas em função da comunicação integrada nas organizações sociais. São Paulo, ECA/USP, 1985(mestrado).
- MIZUNO, Mary. Relações públicas em administração dos meios de comunicação da empresa: uma pesquisa empírica-quantitativa entre os profissionais do município de São Paulo. São Paulo, ECA/USP, 1984(mestrado).(*)
- NOGUEIRA, Ligia Alvares. Administração de recursos humanos como política de relações públicas. São Paulo, ECA/USP, 1992(mestrado).(*)
- PEREIRA, Maria José. O profissional de relações públicas como agente catalizador dentro da empresa. São Paulo,ECA/USP,1992(mestrado).(*)
- PINHO, José Benedito. Comunicação institucional:a propaganda como instrumento de relações públicas. São Paulo, ECA/USP, 1989(mestrado).
- RAMOS, Hebe Wey. Relações públicas empresariais. São Paulo, ECA/USP, 1979(doutorado).(*)
- RIBEIRO, Maria das Graças Clemente.Eventos - uma atividade multidisciplinar:o compromisso profissional com o público. São Paulo,ECA/USP, 1988(mestrado).
- ROUVALDO, Maria Lídia Gomes. A importância das publicações internas na empresa. São Bernardo do Campo, Instituto Metodista de Ensino Superior, 1992(mestrado).(*)

A seguir, em ordem alfabética, apresentamos as dissertações e teses que foram objetos de estudo deste trabalho, cujos pesquisadores tiveram direcionamento para a área empresarial:



A) BARROS, Eduardo Judas. Relações públicas no 3º Mundo: um estudo micro-analítico e comparativo das relações públicas no Brasil e na Índia(doutorado).

Nesse estudo o autor deixa claro que não pretende entrar na discussão e controvérsia da análise do processo da formação do terceiro mundo. O objetivo é "*analisar o desenvolvimento histórico do processo de Relações Públicas no Brasil e na Índia, situados no plano do Terceiro Mundo e estudar a dinâmica do processo de Relações Públicas na evolução de cada sociedade*".

De acordo com o pesquisador, "*hoje mais do que nunca, o mundo precisa de Relações Públicas, no momento em que os povos estão engajados pela democratização econômica, política e sócio-cultural nos seus países, particularmente no terceiro mundo, onde ainda sobrevivem vários regimes autoritários ditatoriais*".

BARROS oferece um trabalho que apresenta componentes históricos e de análise do processo de Relações Públicas, nas empresas selecionadas no Brasil e na Índia. Isso fica bastante claro quando afirma que sua tese "*visa investigar o processo de Relações Públicas, tal qual se desenvolve no Brasil e na Índia, estudando as práticas dessa área e sua atuação na década de 80, em quatro empresas privadas, sendo duas situadas na Índia e duas no Brasil, Estado do Paraná*".

Para sustentação de sua tese, o autor elabora algumas hipóteses:

- a) tanto no Brasil como na Índia, o processo de Relações Públicas nas suas práticas, possivelmente sofre a influência de modelos ocidentais;
- b) Relações Públicas na Índia trabalham mais com o público externo da empresa;
- c) Relações Públicas nas empresas privadas no Brasil abrangem públicos internos, mistos e externos;
- d) na Índia abre-se uma perspectiva importante na prática de Relações Públicas, que é com o Sindicato dos Trabalhadores;
- e) na Índia, a falta de reconhecimento legal da profissão, junto com a falta dos cursos graduados universitários em Relações Públicas, não ajudaram o desenvolvimento da área;
- f) no Brasil, o reconhecimento legal da profissão e o amplo estabelecimento de cursos universitários em Relações Públicas deram forte impulso ao desenvolvimento profissional dessa área;
- g) para os países em desenvolvimento as práticas de Relações Públicas devem ter caráter acentuado de transformação social e esta consciência crítica pode ser criada no processo de formação acadêmica.

Considerando o objetivo e o objeto de estudo do autor, pode-se enquadrar esse trabalho na área empresarial. Nesse sentido, BARROS teve a preocupação de fundamentá-lo com conceitos ligados à história e à prática das Relações Públicas. Está estruturado em capítulos que tratam do seguinte: desenvolvimento histórico de Relações Públicas no Brasil e na Índia;



Relações Públicas e transformação social; as funções de Relações Públicas nas empresas; Brasil e Índia - polos industrializados do terceiro mundo; e, Relações Públicas e auditoria social.

É uma tese que extrapolou os limites das condições e do contexto brasileiro. Para seu desenvolvimento, BARROS utilizou 33 obras específicas da área de Relações Públicas, sendo: nove de autores americanos, oito da literatura européia, uma da América Latina e quinze de autores brasileiros. Com o encaminhamento dado ao trabalho, foi necessário que o pesquisador se fundamentasse em assuntos, como: teoria geral da administração, sociologia aplicada à administração, história empresarial, desenvolvimento organizacional, planejamento, ideologia, opinião pública, tecnologia de gerência e outros.

A metodologia adotada pelo autor consistiu na análise comparativa das atividades de Relações Públicas desenvolvidas pelos profissionais nas empresas escolhidas por ele. No Brasil(Londrina), as empresas analisadas foram "Grupo Jabur" e "Transparaná S.A"; na Índia(Poona) a "Kirloskar Oil Engines" e "Tata Enginnering and Locomotive Company Limited". BARROS utilizou-se de observação direta, estudo de caso e de entrevistas para estruturação e desenvolvimento do seu trabalho.

Destacamos abaixo alguns aspectos levantados pelo autor nas empresas selecionadas:

a)**Empresas do Grupo Jabur:** na época do estudo a organização tinha 1.200 funcionários, aproximadamente. O grupo não possui departamento de Relações Públicas, mas tem uma profissional habilitada na área trabalhando no departamento de marketing. Este setor dirige suas atividades ao público externo da organização e possui um calendário de eventos e promoções. BARROS ainda destaca que o trabalho com o público interno é feito pelo departamento de Recursos Humanos, especialmente pelo Setor de Serviço Social e de Benefícios. Sobre isso ele afirma que *"numa realidade do terceiro mundo, como o Brasil, o setor de Relações Públicas tem que trabalhar junto com o de Serviço Social para que não só serviço de assistência seja executado, mas a conscientização do público seja desenvolvida"*.

b)**Transparaná S/A:** por ocasião do levantamento de dados, a empresa tinha um total aproximado de 1.248 funcionários, além de subsidiárias. Segundo o pesquisador, a empresa possui um departamento de Relações Públicas, como parte integrante da Assessoria de Comunicação. BARROS informa que a coordenação da Assessoria é feita por uma profissional de Relações Públicas, que iniciou suas atividades na empresa junto à própria Assessoria de Comunicação, no Departamento de Marketing. A partir de 1986 a Assessoria desvincula-se do Departamento de Marketing e passa a ter a seguinte estrutura: secretaria, divisão de Relações Públicas, divisão de Imprensa e divisão de Propaganda e Promoção. O



autor ainda esclarece que a divisão de Relações Públicas subdivide-se em dois setores: interno e externo.

No que se refere às empresas indianas, as informações são as seguintes:

a) **Kirloskar Oil Engines Ltda**: como as empresas brasileiras, essa também possui um número aproximado de 1200 (um mil e duzentos) funcionários. Fabrica todos os tipos de motores à óleo. BARROS informa que "a empresa não tem departamento específico de Relações Públicas, mas as atividades com o público interno são desenvolvidas pelo Departamento de Relações Industriais, que junto com o Departamento de Bem-Estar Social, trata de todas as necessidades do público interno". O autor ainda destaca que a filosofia da empresa está norteada em que "boas relações com trabalhadores evitam todos os problemas na empresa". Informa, também, que todas as atividades com o público externo ficam a cargo do Departamento de Marketing da empresa.

b) **Tata Engineering and Locomotive Company Limited - TELCO**: de acordo com o pesquisador, essa companhia representa o sucesso da indústria indiana. Após a Segunda Guerra Mundial transformou-se "em um dos gigantes corporativos da Índia"; na época do estudo tinha 13000 (treze mil) funcionários.

BARROS esclarece que a empresa possui Departamento de Relações Públicas, ligado à Diretoria de Administração. Estava estruturado com 3 (três) funcionários, com formação superior em Administração. A empresa, além de desenvolver atividades com o público interno, tem um departamento de Desenvolvimento da Comunidade, destinado a estabelecer, organizar e executar programas rurais junto à população

À vista das colocações, pode-se afirmar que as hipóteses levantadas pelo autor estão comprovadas em suas conclusões, elencadas a seguir:

- Relações Públicas é uma profissão cujos espaços de atuação estão ainda sendo definidos;
- a realidade sócio-econômica dos países do Terceiro Mundo oferece um desafio promissor aos profissionais de Relações Públicas no sentido de atuarem como agentes de transformação social;
- é com autênticas auditorias sociais e auditorias de opinião, particularmente com o público interno das empresas, que os profissionais de Relações Públicas conseguirão analisar o balanço social das empresas;
- na análise feita da atuação dos profissionais de Relações Públicas na Índia verifica-se a relação da falta de formação profissional acadêmica e a atuação do profissional, bem como a preservação do espaço conquistado na sociedade;
- o profissional de Relações Públicas deve estar preparado para assumir o papel que lhe cabe na engenharia do diálogo;



- o Terceiro Mundo, particularmente os países em desenvolvimento, com realidades sócio-econômicas similares, como é o caso do Brasil e da Índia, é um campo fértil para a atuação dos profissionais de Relações Públicas, que não podem entregar-se ao luxo de serem "exímios mercadores de imagens de suas empresas", mas sim agentes de mudança social.

É um trabalho bem estruturado, mas, a nosso ver, BARROS apresenta uma "visão muito romântica" da atuação e da profissão de Relações Públicas; pode-se verificar isso tanto no elenco de suas hipóteses quanto nas conclusões apontadas. O profissional de Relações Públicas pode sugerir e até conduzir as mudanças nas empresas, mas acreditar que, hoje, nos países em desenvolvimento (se assim ainda for considerado), como é o caso do Brasil e da Índia, existe um campo fértil para a atuação dos profissionais de Relações Públicas, é ser bastante otimista.

Como as demais subáreas que compõem o complexo da Comunicação Social, Relações Públicas precisam ainda de um processo de fundamentação para "galgar alguns espaços ainda não identificados na sociedade". É um trabalho interessante que, apesar do otimismo do autor em relação à profissão, apresenta a realidade de Relações Públicas em países com costumes e características diferentes.

B) CESCA, Cleuza Gertrudes Gimenes. As relações públicas e a defesa do consumidor: uma contribuição para a solução de conflitos nesse setor (mestrado).

Inicialmente a autora aponta o problema que a levou a estruturar seu trabalho: Qual tem sido a postura das Relações Públicas frente ao "novo consumidor"? Como tem evitado ou dirimido os conflitos surgidos?

A dissertação, em princípio, apresenta contribuição para a área empresarial porque a autora tem como proposta "*sugerir formas de como dirimir ou evitar conflitos entre a empresa, por meio dos setores de Relações Públicas, e o consumidor, por intermédio do seu órgão de defesa*".

Nesse sentido, seu objetivo é "*contribuir com todos aqueles que se interessam pelo assunto, aqueles que buscam a defesa dos direitos do ser humano como consumidor e aqueles que pretendem desenvolver um trabalho de Relações Públicas*".

O conteúdo está estruturado em três grandes partes: a primeira é dedicada à fundamentação teórica sobre dados históricos acerca das Relações Públicas na Europa e no Brasil, conceituação, definição e públicos. Na segunda parte são destacados pontos que tratam de assuntos, como: o consumidor, a defesa do consumidor (mostrando a situação no Japão, EUA, Espanha e Brasil, em termos de órgãos que cuidam dos interesses do consumidor). Essa parte é bem explorada no trabalho, tanto que a discussão fica centrada no Plano Cruzado e em todos os desmembramentos oriundos de sua implantação, pois foi a partir de



sua criação que os órgãos de defesa do consumidor foram acionados. O SEDECOM(Serviço de Defesa do Consumidor) de Campinas merece atenção especial, sendo objeto de estudo da pesquisa realizada.

A parte três dessa produção trata do tema "A empresa e o consumidor". A autora constata que no Brasil, após o Plano Cruzado, os serviços de Relações Públicas aumentaram muito, pois o "consumidor assumiu seu papel de cidadão". A pesquisa realizada em Campinas, junto aos setores de Relações Públicas, demonstra que o consumidor passou a ser "mais reivindicante" após o Plano Cruzado.

CESCA coletou dados junto à população da cidade de Campinas, setores de Relações Públicas das empresas e pessoas que utilizam o Serviço de Defesa do Consumidor. Ficou comprovado que os motivos de conflitos entre empresas e consumidores devem-se a:

- venda de serviço bem/com defeitos ou preço injusto;
- mal atendimento ao consumidor lesado;
- falta de solução para as reivindicações, reclamações

Foi utilizada a pesquisa empírica e bibliográfica. Na empírica, a autora optou pela entrevista, onde foram levantadas informações que permitiram fazer uma análise quantitativa dos dados. Para cada grupo pesquisado CESCA elaborou um questionário específico, com perguntas fechadas e abertas. A autora afirma que a competição forçou as empresas a priorizarem o consumidor e não o produto. De acordo com dados obtidos na pesquisa realizada em Campinas, no 2º semestre de 1986, o Plano Cruzado significou: a) para os empresários - uma medida muito boa; b) para as pessoas que recorrem ao SEDECON - ótima medida; c) para a população - ótima medida; d) para o SEDECON - foi considerado ruim, pois a inexistência de recursos para o bom desenvolvimento das atividades daquele órgão não permitiu a solução dos diferentes problemas surgidos com a implantação do plano em fevereiro de 1986.

Ainda no que se refere ao SEDECON, no estudo realizado junto à população, CESCA obteve a informação de que antes do Plano Cruzado 89,75% dos entrevistados desconheciam aquele setor. Desses, 81,75% já haviam sido lesados e apenas 5,75% foram buscar ajuda e informação no SEDECON. Na pesquisa desenvolvida com pessoas que utilizam o órgão de defesa do consumidor a autora chegou aos seguintes dados: todos os entrevistados retornaram aos locais onde foram lesados; 64% resolveram seus problemas. Outra informação obtida refere-se à atitude das empresas reclamadas: depois da queixa, 73,13% procuraram os queixosos. Para os entrevistados, depois do Plano Cruzado, a credibilidade do órgão de defesa cresceu muito.



Para a realização da pesquisa nos setores de Relações das empresas, CESCA enviou questionário para 58 organizações: cinquenta responderam; sete não se manifestaram e uma devolveu em branco.

Com os dados levantados, a pesquisadora pôde concluir que, dos departamentos que atendem o consumidor nas empresas, 48% são da área de atendimento; 22% são dos setores de Relações Públicas; 18% de marketing e 12% Relações Industriais.

Através do levantamento bibliográfico, seleção e análise de textos relativos ao tema, a autora procurou também mostrar a opinião de outros pesquisadores sobre o assunto. No trabalho realizado estão relacionadas 33 obras específicas da área de Relações Públicas, sendo: quinze de autores brasileiros; oito da literatura americana; cinco da européia; e, cinco de autores latino- americanos. Como a autora desenvolveu muitos aspectos ligados à defesa do consumidor, foi necessário utilizar, também, livros que abordassem o comportamento do consumidor, técnicas de persuasão, teorias da administração, sociologia geral e da comunicação, opinião pública, marketing institucional, entre outros. Alguns periódicos também foram consultados.

Após o desenvolvimento das atividades, CESCA conclui que os conflitos podem ser dirimidos ou evitados com programas de Relações Públicas que atendem a:

- divulgação da empresa junto aos consumidores usando meios de comunicação massiva e dirigida(divulgar histórico, produtos etc.);
- abrir a empresa para programas de visita junto aos públicos de interesse;
- treinar as pessoas que irão atender os consumidores que se sentem lesados(tais pessoas devem ser agentes de Relações Públicas);
- atender as pretensões dos consumidores reais e potenciais(por meio de pesquisa de opinião e mercado).

Esse trabalho, a nosso ver, também tem envolvimento com a área comunitária/institucional, na medida em que a autora considera e valoriza a opinião da população consultada. A estratégia utilizada possibilitou-lhe sugerir programas de Relações Públicas para "dirimir ou evitar" conflitos entre empresas e consumidores.

Pode-se avaliar, pelas colocações de CESCA, que tais programas têm objetivos bem delineados e visam melhorar qualitativamente o desempenho das organizações junto às comunidades onde estão inseridas. Sob esse aspecto, a autora conseguiu atingir seus objetivos.



C) FERNANDES, Francisco Assis Martins. Relações públicas como instrumental da administração da controvérsia pública: estudo de casos(doutorado).

Considerando o objetivo do pesquisador que é "*contribuir com todos que se interessam pelo tema, favorecendo um maior esclarecimento em benefício dos que lutam pela consolidação da ordem democrática no governo, nas instituições, nas organizações, nas comunidades e em todos os setores da realização humana*" e, à vista do objeto de estudo do seu trabalho, pode-se enquadrá-lo na área empresarial. A enunciação dos seus objetivos deixa transparecer, numa primeira análise, que o trabalho direciona-se para a área comunitária/institucional. No entanto, pela fundamentação, encaminhamento e objeto de estudo fica clara a categorização na área empresarial.

A idéia central que norteia a investigação do autor é a de que "*as Relações Públicas podem ser analisadas como administração de controvérsias, quer dizer, com a aplicação de seus processos e técnicas podemos chegar à solução das divergências de opiniões, que podem surgir nos públicos das instituições, quer públicas, quer privadas, visando sempre ao bem-estar social, a defesa do bem comum ou do interesse social*".

FERNANDES destaca que as controvérsias podem decorrer dos seguintes fatores:

- a) modelo político e ação governamental instáveis;
- b) maior conscientização das classes trabalhadoras;
- c) maior desenvolvimento tecnológico e introdução da informática;
- d) administração profissional;
- e) instabilidade econômica;
- f) maior consistência na opinião pública e interesse social

O conteúdo da tese está estruturado em partes que tratam da Controvérsia Pública; Relações Públicas(aspectos teóricos e práticos); Administração Pública e Direito Administrativo; e, Estudo de Casos(investigação realizada pela observação e coleta de informações dos dois setores: público e privado).

Após definição do problema, o autor desenvolveu o trabalho utilizando-se da pesquisa empírica e bibliográfica. Na empírica optou pela observação e pela entrevista; foram colhidos depoimentos dos informantes que permitiram fazer uma análise quantitativa dos dados. FERNANDES utiliza-se de obras bastante ricas para o suporte teórico necessário à estruturação de sua tese; na bibliografia básica estão relacionados 35 livros específicos da área de Relações Públicas, sendo: vinte da literatura brasileira; sete da americana; cinco da latino-americana e três da literatura européia. O pesquisador apresenta, também, dezoito citações de periódicos específicos da área de Relações Públicas.



Dada à abordagem feita pelo autor, que enfocou de maneira profunda "controvérsia pública", "Relações Públicas" e "Administração Pública", foi necessária a utilização de bibliografia complementar para nortear o enfoque dos conceitos de: poder, direito administrativo, relação jurídica, ideologia, teoria geral da comunicação, teoria dos sistemas, empresa privada e interesse público, sociologia geral e da comunicação, opinião pública, persuasão e outros.

FERNANDES, por intermédio de estudo de casos desenvolveu o trabalho em duas empresas, conforme resumo descrito abaixo:

a) Caso de administração pública: mudança do aeroporto metropolitano de São Paulo -

segundo o autor, a controvérsia teve início com a escolha do local; houve reação da opinião pública, o que levou os idealizadores do projeto a efetivarem mudanças na concepção inicial. Face às mudanças implementadas, FERNANDES teve oportunidades de levantar muitos depoimentos. De acordo com um dos entrevistados, as mudanças no projeto ocorreram por duas razões: uma de ordem técnica e outra de ordem política. O autor destaca em seu trabalho a opinião de um profissional de Relações Públicas que atuou no caso; sua observação foi a seguinte: *"havia grande dificuldade de diálogo entre as partes envolvidas; as Relações Públicas foram empregadas com a função específica de administrar a controvérsia pública"*.

b) Caso de administração privada: poluição da Siderúrgica J.L. Aliperti S/A -

FERNANDES afirma que nesse caso havia muitas opiniões divergentes quanto ao papel da siderúrgica: para uns ela trazia empregos; para outros, a saúde, a paz e a tranquilidade do bairro só viriam com a retirada da empresa daquele local. Da mesma maneira que na empresa pública, o autor desenvolveu seu trabalho por intermédio da coleta de depoimentos. É importante destacar alguns pontos do depoimento do Assessor de Relações Públicas da empresa que, segundo FERNANDES, afirma que *"com a criação da Assessoria de Relações Públicas, a Aliperti encontrou um caminho para detectar e resolver alguns problemas com o público externo, que muitas vezes ia para os jornais..."*. Nesse caso específico, a opinião pública pressionou; usou a imprensa, rádio e televisão, conseguindo mudanças de postura da empresa. A Assessoria de Relações Públicas contribuiu na administração da controvérsia pública: com o diálogo, interesse mútuo, informação correta e veracidade dos fatos, "sempre dentro da ótica do interesse coletivo ou bem-estar social". As ações da assessoria, segundo o pesquisador, comprovam que Relações Públicas é um instrumental valioso na administração das controvérsias.

Por intermédio da técnica de estudo de caso e análise de conteúdo nas duas(2) organizações escolhidas, o pesquisador pôde levantar os seguintes pontos:



a) as controvérsias públicas não se restringem apenas aos aspectos religiosos, como na era da Reforma e Contra-Reforma, mas são atuais na esfera política, da administração pública e privada, criando situações sumamente delicadas para a existência humana. As Relações Públicas oferecem, mediante a administração dessas controvérsias, o caminho para as melhores soluções.

b) as Relações Públicas, na sua natureza, se ajustam não apenas às funções meramente administrativas dentro da instituição pública ou privada, mas se configuram como "administração da controvérsia pública", onde quer que surjam os problemas de relações humanas nas instituições.

c) da análise dos casos, aparece evidente que a aplicação do processo de Relações Públicas conscientizou os públicos que se aglutinavam em forças controversas, numa discussão racional, no debate, mediante o diálogo, na busca de melhores vias para as soluções de seus conflitos.

d) em todos os casos - público e privado - o centro de todas as controvérsias era o interesse coletivo, o bem-estar social, objetos das Relações Públicas que não só identificam problemas, mas diagnosticam a administração dos mesmos.

e) o instrumental das Relações Públicas é a comunicação nos seus diferentes aspectos - comunicação humana, comunicação de massa e comunicação dirigida. Os atos comunicativos são tão essenciais numa instituição, que sem eles não se pode chegar a nenhuma solução de questões e nem tampouco compreender a organização em si mesma.

f) a utilização do processo de Relações Públicas na administração de controvérsias públicas é um fenômeno da atualidade administrativa, já existente no Brasil.

g) no momento atual, na sociedade de transição, as controvérsias se fazem presentes em todos os ângulos da vida social, exigindo que o homem se harmonize com o outro na busca de soluções justas, na administração das controvérsias, sem o prejuízo da dominação pelo poder político ou econômico.

h) o estudo das Relações Públicas, como administração da controvérsia pública, constitui uma contribuição para investigações posteriores, num aprofundamento do problema no campo das ciências administrativas e sociais.

i) a administração da controvérsia permite levantar, identificar e definir os problemas, facilitando assim as respectivas soluções.

Pelo caráter do trabalho e pelas informações que foram obtidas, FERNANDES pôde chegar a resultados considerados relevantes. A hipótese de que *"as Relações Públicas podem ser analisadas como administração de controvérsias, quer dizer, com a aplicação de seus processos e técnicas podemos chegar à solução das divergências de opiniões, que podem surgir nos públicos das instituições,*



quer públicas, quer privadas, visando sempre ao bem-estar social, a defesa do bem comum ou do interesse social", foi comprovada pelo autor. Cabe aqui destacar que, tanto na elaboração de suas hipóteses, quanto nas conclusões, o autor deixa transparecer, a nosso ver, uma "visão romântica" da atuação do profissional de Relações Públicas na administração de controvérsias, especialmente por vivermos num país em que os setores político e econômico "falam sempre mais alto". FERNANDES, em todo seu trabalho, supervaloriza o profissional de Relações Públicas; a nosso ver faz algumas colocações que não correspondem ao dia-a-dia desse profissional nas organizações brasileiras. Fica a impressão de que o Relações Públicas é o profissional certo para todas as causas e soluções. Pode-se afirmar que o profissional de Relações Públicas é habilitado para trabalhar as questões controversas, mas não se pode esquecer que pelo fato dele estar atrelado aos interesses e políticas das organizações, as causas sociais, que permeiam o dia-a-dia dos trabalhadores e da sociedade, muitas vezes, acabam ficando para segundo plano. As organizações têm outras prioridades: cuidam sim dos interesses sociais, mas em suas ações prevalecem sempre seus objetivos que são, na maioria dos casos, prioritariamente políticos e econômicos.

D) FORTES, Waldyr Gutierrez. *O processo de Relações Públicas na administração das médias e pequenas empresas*(mestrado).

Com seu trabalho, FORTES afirma que existe um desafio para o profissional de Relações Públicas atuar em organizações de menor porte, considerando que a literatura direciona as funções desse profissional para "grandes empresas".

A realidade dos países inseridos no contexto da América Latina exige que a área seja repensada, com a tomada de novas posturas, novas funções, procurando atender a carência das pequenas organizações.

Nesse sentido, o objetivo do autor é bastante claro quando pretende "*demonstrar a viabilidade do desenvolvimento da atividade de Relações Públicas em empresas de médio e pequeno porte, mediante a aplicação de um processo específico e, também, aplicar algumas das novas técnicas, métodos e processos administrativos, normalmente empregados em grandes empresas, nas médias e pequenas, sem que estas percam as suas características, quais sejam a flexibilidade e mobilidade diante de situações novas*".

Referido trabalho mereceu investigação minuciosa por parte do pesquisador, uma vez que, segundo ele, "*analisou-se, fase por fase, o processo de Relações Públicas, mediante a sua aplicação em médias e pequenas empresas e, a partir da fundamentação teórica, foram sugeridas medidas a serem adotadas*".

O autor enfatiza que "*o ponto de partida foi a constatação de que tanto as escolas quanto os profissionais de Relações Públicas estão direcionados à grande empresa, onde se perpetuam modelos não*



nacionais e, geralmente não existe a preocupação em formar públicos, principal atribuição do profissional de Relações Públicas".

Em termos de resultado, segundo FORTES, o trabalho pretendeu fornecer subsídios para futuras investigações e, também, propor a criação de projetos para o exame e a aplicação das sugestões e soluções propostas, instrumentalizando os estudiosos de Relações Públicas para melhor entender o fenômeno das médias e pequenas empresas.

O conteúdo está estruturado em 3(três) grandes partes, conforme segue:

- Parte I:- As médias e pequenas empresas e os seus públicos
 - Conceituação e características básicas das médias e pequenas empresas
 - Processo de Relações Públicas e os públicos das médias e pequenas empresas
- Parte II:-Administração das médias e pequenas empresas e o assessoramento de Relações Públicas
 - Características gerais da Administração das médias e pequenas empresas
 - Recursos Humanos das médias e pequenas empresas
 - Processos administrativos e estruturas operativas das médias e pequenas empresas
 - Administração de Marketing e Assessoramento de Relações Públicas
- Parte III:-Ampla programa de informações e controle e avaliação dos resultados
 - Relacionamento público das médias e pequenas empresas

Para desenvolver seu trabalho, o autor utilizou-se da pesquisa exploratória, seguida de uma análise qualitativa; realizou levantamentos bibliográficos e dados estatísticos para descrever as técnicas e os métodos administrativos adotados pelas médias e pequenas empresas, bem como as consequências dessa utilização para os empreendimentos por eles dirigidos.

O pesquisador afirma que a seleção inicial das empresas utilizadas para a amostragem foi a intencional, escolhidas dentre aquelas que se dispuseram a aceitar estagiário de Relações Públicas da Universidade Estadual de Londrina.

A supervisão das atividades coube ao pesquisador, assim como, a aplicação e acompanhamento da pesquisa institucional, nas 10(dez) empresas selecionadas.

Após a aplicação da pesquisa institucional nas organizações escolhidas, FORTES pôde chegar as seguintes conclusões:

- a) as empresas de médio e pequeno porte representam um campo favorável para a atuação de Relações Públicas por meio da aplicação do processo de Relações Públicas, desde que seus profissionais utilizem o processo adequadamente;
- b) para a aplicação do processo é necessário que os funcionários sejam considerados como elementos atuantes de todo o processo produtivo por meio da valorização pessoal e profissional, atendendo à participação no processo administrativo e decisório;



- c) a atividade de Relações Públicas deve colaborar para que estas empresas (de médio e pequeno porte) constituam um autêntico modelo nacional de desenvolvimento diferenciado, oferecendo as oportunidades empresariais de conscientização de suas vantagens, resultando num clima organizacional dedicado ao atendimento correto das especificações dos usuários de seus insumos;
- d) a aplicação correta do processo de Relações Públicas na administração das médias e pequenas empresas - enfatizando a pesquisa e a assessoria, funções básicas da atividade de Relações Públicas e viabilizadas pelos resultados da pesquisa institucional - permite que o profissional desta área interfira positivamente na administração, colaborando com os empresários, assegurando que cumpram suas responsabilidades mais amplas e não somente produzam e vendam bens, o que não representa a maior contribuição para a elevação geral dos padrões existentes em uma sociedade em transformação;
- e) a utilização da comunicação massiva é necessária para resultados imediatos. Não obstante, a participação consciente e coordenada do profissional de Relações Públicas exige os veículos de comunicação dirigida para se conseguir o diálogo entre os públicos e as organizações, uma vez que são os mais apropriados para as médias e pequenas empresas;
- f) o profissional de Relações Públicas reforça a formação de autênticos públicos enfrentando os problemas das empresas que pretendem participar das exigências da sociedade atual. Ademais, o trabalho de Relações Públicas é considerado indispensável quando se pretende conciliar os interesses público e privado e o consequente benefício entre a empresa e a comunidade;
- g) é necessário que o profissional de Relações Públicas aja com criatividade evitando modelos tradicionais aplicados em grandes organizações. Essa criatividade deve resultar da análise de situações dentro da empresa, buscando propostas viáveis e adequadas a cada momento, por meio da pesquisa institucional;
- h) paralelamente ao esforço de modernização interna realizado pelos empresários de médias e pequenas empresas, faz-se necessário o apoio constante dos poderes constituídos para o processo de desenvolvimento deste segmento da economia nacional;
- i) cabe, também, aos cursos de graduação de Comunicação Social, habilitação em Relações Públicas, estimular os estudos das empresas de menor porte, dirigindo os seus conteúdos para uma preparação mais ampla e consistente dos futuros profissionais, que terão contribuições a dar para a resolução dos graves problemas que afetam as instituições nacionais, despreparadas para enfrentar os desafios que certamente estarão presentes nas próximas décadas.



Pelas conclusões apresentadas, verifica-se que suas hipóteses foram comprovadas, ou seja, *"as empresas de médio e pequeno porte representam um campo favorável para a atuação de Relações Públicas por meio da aplicação do processo de Relações Públicas, desde que seus profissionais utilizem o processo adequadamente"*.

Para obtenção de maiores informações sobre o trabalho foi enviada correspondência ao autor que, gentilmente, atendeu nossa solicitação. Segundo FORTES a *"preocupação básica da dissertação foi recuperar vários conceitos e conhecimentos de Relações Públicas que estavam dispersos em várias obras e sistematizá-los nos termos das médias e pequenas empresas, objeto básico do trabalho"*. A principal área de sustentação teórica, segundo o pesquisador, foi a de Administração Geral, fundamental para as Relações Públicas.

Dado às especificidades do objeto de estudo, o autor utilizou, além das 28 obras específicas da área(incluindo-se quatro da literatura americana), as que abordavam assuntos ligados à opinião pública, marketing, administração da pequena e média empresa, pesquisa mercadológica, planejamento, processos de comunicação nas organizações e outras.

Destaca ainda que, a principal dificuldade encontrada foi a falta de literatura específica para o desenvolvimento geral da dissertação. Nesse sentido, FORTES considera que sua produção é uma contribuição para as Relações Públicas, ao abordar um tema novo que pode servir como material de sala de aula. O autor *"não acredita em uma pós-graduação que não contribua para o aperfeiçoamento do professor diante de seus alunos"*.

É relevante mencionar que o pesquisador entende que *"as Relações Públicas não terão um futuro brilhante se permanecerem neste infeliz direcionamento exclusivo para a Comunicação Social. Sem um claro direcionamento para a área administrativa, com uma contribuição firme quanto aos negócios das organizações, não existe futuro para a profissão"*.

Trata-se de um posicionamento bastante lúcido, com o qual concordamos, e que vai exigir uma reordenação de objetivos e funções da área de Relações Públicas. E os cursos de pós-graduação que oferecem a área de concentração em Relações Públicas precisam estar atentos às mudanças e incluir nos seus programas linhas de pesquisa que possam cobrir as lacunas já existentes.

O trabalho tem valor acadêmico, social e profissional e deve ser divulgado junto ao SEBRAE(Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa). Os dados coletados demonstram que a sociedade necessita de trabalhos dessa natureza e que existe carência de informações sobre o assunto. É uma área que oferece espaço para a realização de outras pesquisas, que possam ter aplicabilidade imediata. Torna-se importante informar que o pesquisador, preocupado com a carência de bibliografia sobre o assunto, publicou "Pesquisa Institucional:



Diagnóstico Organizacional para Relações Públicas", que vem sendo utilizado como "instrumento para o ensino" de graduação em Relações Públicas.

E) KUNSCH, Margarida Maria Krohling. *O planejamento de Relações Públicas em função da comunicação integrada nas organizações sociais*(mestrado).

Essa dissertação enquadra-se na área empresarial porque pelo seu objetivo, que é o de "mostrar que o planejamento de Relações Públicas pode contribuir para sistematizar a comunicação integrada nas organizações sociais".

A autora partiu de alguns pressupostos básicos: "primeiro, que uma organização social deve ter entre seus objetivos de comunicação o de procurar harmonizar os seus interesses e os dos públicos com ela vinculados; segundo, que esse objetivo só será alcançado se a comunicação for sistematizada, valendo-se de meios específicos, devidamente selecionados; terceiro, que para isso é necessário integrar todas as atividades comunicacionais da organização, conjugando-se todos os esforços que visam à consecução daquele objetivo".

KUNSCH levanta a hipótese de que o planejamento de Relações Públicas nas organizações sociais poderá minimizar os inúmeros problemas decorrentes de uma falta de integração da organização com seus diversos públicos. "Dentro de uma visão de comunicação integrada, o planejamento de Relações Públicas tem importância fundamental na escolha adequada dos meios de comunicação que uma organização deverá usar para atingir os públicos multiplicadores de suas informações institucionais, mercadológicas, administrativas etc".

Um dos motivos que levou a pesquisadora a estudar essa área foi o contato diário que mantém com o assunto, ministrando a disciplina Planejamento de Relações Públicas e coordenando Projetos Experimentais, o que faz com que haja relacionamento direto com um variado número de organizações.

O conteúdo do trabalho está estruturado em capítulos que tratam dos seguintes temas: a organização como sistema social; planejamento organizacional; planejamento de Relações Públicas; Relações Públicas no composto da comunicação integrada; e, Relações Públicas em função da comunicação integrada nas organizações pesquisadas.

O trabalho apresenta uma abordagem teórico-prática e verifica o dia-a-dia da comunicação em três organizações sociais genuinamente brasileiras: CAIC - Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora(estatal), Empresas Brumadinho e Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo. Para estruturação e desenvolvimento de sua dissertação, KUNSCH adota o método descritivo, utilizando análise de conteúdo e estudo de caso, nas organizações mencionadas.



A autora, em seu estudo, apresenta aos estudantes e professores de Relações Públicas um modelo de questionário que pode ser utilizado para a realização de diagnóstico organizacional. O questionário é constituído de sete grandes partes que abordam: a organização, o planejamento, variáveis, infra-estrutura, produto, públicos e comunicação.

Após o estudo realizado KUNSCH conclui que:

- a) graças ao planejamento, as ações não surgem por acaso, mas são delineadas a partir de dados objetivos, de estratégias bem definidas e de recursos corretamente alocados;
- b) a ação conjugada das diversas áreas da comunicação permitirá que as organizações não só racionalizem suas atividades nesse campo, como também, por meio de uma linguagem comum, se relacionem melhor com seus diferentes públicos, mediante uma política de comunicação integrada;
- c) a comunicação integrada começa a ser hoje uma realidade, não se podendo mais fazer uma separação entre a comunicação institucional e a comunicação mercadológica, como não se pode separar o produto ou serviço da organização;
- d) a organização social deve identificar-se perante a opinião pública, cabendo às Relações Públicas, por meio de um planejamento fundamentado em pesquisas e na análise ambiental, ajudar a definir os melhores caminhos para que ela atinja mais eficazmente os diversos públicos, graças a ações perfeitamente integradas no composto da comunicação;
- e) no composto da comunicação, um importante papel é reservado às Relações Públicas que é o de gerenciar ou administrar questões controvertidas que envolvem o posicionamento da organização perante os públicos e a opinião pública;
- f) as três organizações analisadas são uma amostra do que acontece na realidade brasileira, onde ainda há muita gente e muitos setores fazendo aquilo que é próprio das Relações Públicas;
- g) os profissionais devem batalhar para conquistar definitivamente o seu espaço, mas por outro lado, também têm um vasto campo aberto junto aos sindicatos de trabalhadores (no Estado de São Paulo há centenas deles), que só terão a ganhar com a implantação de uma estrutura e de um plano que integre as atividades comunicacionais;
- h) o planejamento de Relações Públicas, em função da comunicação integrada nas organizações sociais, pode contribuir efetiva e eficientemente para a consolidação da identidade dessas organizações como sistemas abertos.

Para sedimentar melhor alguns pontos não esclarecidos, foi encaminhada correspondência à autora que, gentilmente, respondeu os itens solicitados. No que se refere à estruturação da teoria de sustentação, a pesquisadora informa que "primeiramente fez um levantamento da bibliografia sobre Relações Públicas, sobretudo planejamento nacional e internacional. Para



aprofundamento da teoria teve que recorrer ao referencial básico de administração/planejamento. As áreas de apoio foram administração e teoria das organizações".

De acordo com a bibliografia apresentada, KUNSCH faz referência a 39 obras específicas de Relações Públicas, entre livros, artigos e anais de congressos. Desses, sete são autores americanos; três são europeus; três latino-americanos e 26 vinte e seis são da literatura brasileira.

Sobre a teoria existente na área de Relações Públicas, KUNSCH informa que falta mais unicidade dos pressupostos teóricos existentes, isto é, não há uma coerência entre os professores que ministram a disciplina básica sobre "Técnicas de Relações Públicas". Acredita ser necessário uma maior concentração dos esforços dos pesquisadores em busca de uma teoria única, para que os cursos universitários não sejam meramente técnicos, tendo como referência apenas "cases".

No que diz respeito ao avanço na produção de instrumental teórico para a área de Relações Públicas, a autora posiciona-se afirmando que dependerá muito das futuras teses e dissertações de mestrado. Infelizmente, segundo KUNSCH, até o presente momento, as pesquisas realizadas em nível de pós-graduação não tiveram um direcionamento para se pensar teoricamente as Relações Públicas, exceção feita ao Prof.Dr. Roberto Porto Simões, que possui livro sobre o assunto.

A pesquisadora enfatiza que a escolha do tema de sua dissertação foi uma opção pessoal e profissional, com o objetivo de contribuir para a área, pois "não havia algo bem sistematizado e bem fundamentado sobre o assunto".

Afirma, também, que no seu entendimento as Relações Públicas fazem parte da macroárea da Comunicação Organizacional, no contexto das empresas, governo etc.

Em se tratando das estratégias adotadas para a divulgação do trabalho, KUNSCH destaca que a própria Editora Summus vem cuidando desse aspecto. A pesquisadora compactou seu trabalho e publicou um livro, que vem sendo utilizado nos cursos de graduação em Relações Públicas como instrumento para o ensino. Acredita ainda que, "*conseguir 2a. edição e estar próxima de uma terceira, de um livro didático no Brasil, é sinal positivo*".

O trabalho produzido é de boa qualidade; além de estar sendo utilizado por professores e alunos de Relações Públicas, serve também como consulta para os empresários que desconhecem a importância do processo de planejamento.

A autora, no desenvolvimento de sua dissertação, consegue comprovar sua hipótese, ou seja, que o "*planejamento de Relações Públicas em função da comunicação integrada nas organizações*



sociais, pode contribuir efetiva e eficientemente para a consolidação da identidade dessas organizações como sistemas abertos".

F) PINHO, José Benedito. **Comunicação institucional: a propaganda como instrumento de Relações Públicas**(mestrado).

O trabalho do pesquisador PINHO é direcionado para a área empresarial, uma vez que tem como objetivos "*comprovar que a propaganda constitui um dos instrumentos de Relações Públicas, além de identificar as situações em que as Relações Públicas se utilizam desse instrumento*". O autor afirma que essas subáreas são de interesse direto dos dirigentes das organizações empresariais, que buscam atualização constante para oferecerem serviços e/ou produtos de qualidade aos públicos de interesse.

Com esses objetivos, a dissertação foi estruturada em capítulos que abordam: a delimitação conceitual de Propaganda, Publicidade e Relações Públicas; Relações Públicas nas organizações modernas; o processo de planejamento em Relações Públicas; Instrumentos de Relações Públicas; Usos da Propaganda como instrumento de Relações Públicas; e os veículos de propaganda em Relações Públicas.

De acordo com PINHO, o trabalho foi fundamentado levando-se em conta a premissa de que "*deveria existir alguma relação entre a propaganda e as relações públicas*". A pesquisa desenvolvida objetiva mostrar a aproximação entre as duas áreas: o autor faz um estudo exploratório e utiliza-se do método descritivo.

Nos capítulos 5 e 6 o autor descreve com muita propriedade o estudo realizado. No quinto capítulo PINHO "*relaciona os principais propósitos da utilização da propaganda em Relações Públicas e reconhece que a enumeração sistemática de todos os seus usos pode gerar uma multiplicidade de tipos e classificações*". No sexto capítulo, o pesquisador destaca as funções que a propaganda pode desempenhar como instrumento de Relações Públicas, ou seja: função protetora, de identidade, institucional, de serviço público e de estímulo à ação.

Sobre o trabalho desenvolvido, o autor destaca os seguintes pontos:

- a) o exame da natureza das Relações Públicas mostrou que as atividades desenvolvidas nessa área são compreendidas como uma filosofia da administração, uma função administrativa e uma técnica de comunicação;
- b) se as Relações Públicas forem posicionadas como uma técnica de comunicação, verifica-se que o seu papel é bastante diversificado, pois pode atuar levando aos seus públicos os propósitos e realizações da empresa, estabelecendo um canal de ligação e entendimento entre o em-



pregador e os empregados, informando como a empresa está trabalhando para beneficiar a comunidade ou os próprios consumidores de seus produtos;

c) por outro lado, a propaganda deve ser entendida como o conjunto de técnicas e atividades de informação e persuasão destinadas a influenciar, em um sentido determinado, as opiniões, os sentimentos e as atitudes do público para os quais se destina;

d) o uso da propaganda como instrumento de Relações Públicas revelou a vantagem de assegurar à empresa a possibilidade de se fazer ouvir, no momento em que julgar pertinente e diante dos públicos de sua conveniência. Pode ser direcionada a um público específico ou, se for o caso, a todos os públicos da empresa;

e) quando assume objetivos específicos de Relações Públicas, a propaganda recebe a denominação de propaganda institucional ou de propaganda de Relações Públicas;

f) os propósitos da atuação da propaganda em Relações Públicas são bastante diversificados. Novos usos estão sendo incorporados, o que torna difícil, segundo o próprio autor, uma enumeração sistemática.

Considerando os pontos elencados por PINHO, pode-se afirmar que é uma dissertação de interesse tanto dos profissionais docentes quanto dos Publicitários e Relações Públicas, que convivem com o dia-a-dia das organizações empresariais.

Pelos contatos que mantivemos com o autor, tem-se conhecimento que seu objetivo foi contribuir, também, com o meio acadêmico. Nesse sentido, editou um livro sobre o assunto, que tem sido utilizado como "instrumento para o ensino" nos diversos cursos de Relações Públicas do Brasil, principalmente pelos professores que trabalham com a especificidade da área.

Para complementar alguns dados considerados importantes para este trabalho, foi enviada correspondência ao autor que, gentilmente, atendeu nossa solicitação. Sobre o trabalho realizado, PINHO afirma que procurou sustentação teórica na bibliografia em Língua Portuguesa das áreas de Relações Públicas, Propaganda e Administração.

Em razão da estrutura da dissertação, que aborda a natureza e o processo de Relações Públicas, o autor destaca que "a área de Relações Públicas foi a que mais contribuiu para a sustentação teórica, apesar da escassez da bibliografia nessa área em língua portuguesa". Segundo PINHO, essa afirmação deve ser vista com reservas, pois talvez seja mais uma consequência de sua formação, Publicidade e Propaganda, que não lhe possibilitou um conhecimento anterior mais profundo e consistente da área de Relações Públicas.

Nesse sentido, fazendo consulta aos livros utilizados por PINHO na estruturação do trabalho, constatou-se que estavam listados vinte da área específica de Relações Públicas, sendo dezesseis de autores brasileiros, dois americanos e dois da literatura européia.



No que se refere à teoria existente na área de Relações Públicas, o pesquisador afirma que *"acredita que as Relações Públicas e as demais atividades de comunicação sejam multidisciplinares; a grande falha está aí: é necessário trabalhar uma teoria multidisciplinar que estabeleça interfaces com a Psicologia, a Administração, a Sociologia, as Ciências Sociais etc."*.

O autor esclarece que o interesse pelo tema do trabalho surgiu do fato de lecionar a disciplina "Publicidade e Propaganda" na habilitação em Relações Públicas e, também, porque foi despertado para o fato de que deveria haver alguma relação entre Propaganda e Relações Públicas, conforme mencionado anteriormente.

No que diz respeito às estratégias utilizadas para "tornar o trabalho conhecido", PINHO informa que, segundo a Summus Editorial Ltda., o livro deve ter sido adotado em diversas escolas, já que as vendas são maiores nos meses de início do semestre letivo.

Pode-se inferir que o trabalho tem valor acadêmico e profissional e que o pesquisador sempre teve a preocupação de desenvolver pesquisas que apresentassem retorno para a graduação em Relações Públicas. O valor social do trabalho também não pode ser esquecido.

G) RIBEIRO, Maria das Graças Clemente. *Eventos - uma atividade multidisciplinar: o compromisso profissiona com o público*(mestrado).

Quando nos deparamos com esse trabalho na biblioteca tínhamos a expectativa de que "finalmente alguém teve a preocupação de sistematizar cientificamente a atividade de evento". A frustração foi imediata, pois em termos de conteúdo e fundamentação, o trabalho deixa a desejar.

Pelo título e pelo objetivo da autora, que é *"traçar o perfil ideal de um profissional que atua na área de eventos, com sucesso, independente de sua formação"*, é um trabalho que, se bem estruturado, poderia despertar interesse tanto dos empresários quanto do meio acadêmico.

RIBEIRO enfatiza que *"dentro de uma empresa de eventos, o sucesso depende muito da versatilidade do dirigente"*. Tal premissa está inserida no contexto de que fazer um evento chegar ao público a que se destina exige todo um processo de planejamento, execução e administração das diversas fases.

A dissertação está estruturada em 2(duas) partes:

- Parte I: Introdução; objetivo; referencial teórico
- Parte II: Eventos; quem faz os eventos; compromisso profissional

Como a maioria dos pesquisadores, RIBEIRO realiza uma pesquisa teórica e documental e utiliza-se do método descritivo. A autora não faz indicação de bibliografia específica da área de Relações Públicas; apresenta apenas poucos autores das áreas de administração e



marketing e alguns artigos de revistas especializadas que abordam a organização e promoção de eventos.

A sequência e maneira como a pesquisadora faz suas colocações torna o trabalho um pouco confuso. Da leitura e análise realizadas, pode-se destacar o seguinte:

- a) as atividades promocionais, inclusive feiras e seminários, devem continuar crescendo nos próximos anos porque, depois do Plano Cruzado, quando só havia eventos institucionais, tornou-se importante marcar presença junto ao consumidor;
- b) quando se trabalha com empresas de prestação de serviços, cabe à empresa responsável pelo evento estabelecer uma equipe, se não existir uma permanente, capaz de supervisionar todos os detalhes;
- c) a promoção de eventos nasce como profissão no Brasil para atender às necessidades geradas pelo desenvolvimento capitalista industrial e pela expansão urbana.

Suas conclusões estão embasadas em que:

- há necessidade de um conhecimento multidisciplinar e uma visão completa das preferências do público;
- a quantidade de fatores que interferem na realização de eventos é bastante vasta, tanto interna como externamente, e com grau de intensidade muito variável.

O encaminhamento dado ao trabalho, que deixa a desejar, aliado às conclusões da autora que apontam para o óbvio, nos levam a reafirmar que essa dissertação causa apenas "expectativa pelo título sugestivo".

Temos carência de obras que tratem desse tema. É importante lembrar que, em outubro de 1993, MARIA CRISTINA GIÁCOMO lançou um livro, resultado de sua dissertação de mestrado, que também aborda a área de eventos. Não realizamos ainda uma leitura aprofundada sobre a obra, mas temos conhecimento, pelos contatos mantidos com a autora, que o objetivo do mestrado foi analisar os congressos da INTERCOM (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação) num determinado período.

No que se refere ao trabalho de RIBEIRO, disponível na biblioteca da ECA/USP, o mesmo não oferece discussão e, tampouco, acréscimo à área de Relações Públicas.

1.2 - ÁREA GOVERNAMENTAL

A década de 80 foi palco de mudanças profundas no Brasil. Fatos relevantes marcaram os anos 80: campanhas pelas "diretas já", fim do regime militar, início do processo de democratização, avanços tecnológicos, crescimento da área de comunicação, recessão econômica com a vigência do Plano Cruzado em 1986 e outros planos econômicos etc.



Ao final da década a população brasileira foi "preparada" para escolher, depois de 20 anos, o primeiro Presidente Civil.

A mídia eletrônica, especificamente, criou e utilizou todos os mecanismos de manipulação para "informar e esclarecer a população" sobre os candidatos a Presidente. Vultosas quantias foram investidas pelos proprietários dos veículos de comunicação, especialmente pela Rede Globo de Televisão que direcionou e patrocinou a campanha do, então, candidato Fernando Collor de Mello. Estávamos em época de "abertura, transparência e convivência". E foi assim que a história de descrédito nos governantes iniciou um dos períodos mais críticos.

O processo de "abertura democrática", vigente em todos os setores da sociedade, despertou o interesse de pesquisadores de várias áreas: sociólogos, cientistas políticos, comunicadores. Estes tinham a vantagem de contar com a ampliação da área de Comunicação Social em todos os setores do governo.

O aumento significativo de profissionais de comunicação atuando na área governamental teve início no regime militar: a abertura e o interesse em "manipular a informação" propiciou a criação de setores e organismos e, conseqüentemente, a absorção de comunicadores sociais, independente de serem Relações Públicas.

FERREIRA(1988:45) em sua tese afirma que *"na entidade estatal, mais do que em qualquer outra, sobrelevam a importância e a essencialidade das Relações Públicas, fundadas no princípio de que todo o Serviço Público é revertido em benefício dos interesses gerais da sociedade"*. Continua suas colocações destacando que *"o interesse público situa-se no ápice das decisões governamentais e reforçam o entendimento de que os atos da administração devem ser transparentes, claros e definidos, refletindo as idéias, opiniões e tendências dos componentes sociais. Se, no mundo moderno, os meios de comunicação assumem posição de grande relevância e cumprem missão de fundamental importância no jogo político, ressalta a necessidade de proporcionar, a todos os meios de difusão, o acesso às fontes de informação do Poder Público, assim como, deve o governo prover a divulgação dos planos e iniciativas da Administração Pública, para obter o apoio e a solidariedade do cidadão e da sociedade"*.

As colocações do autor são pertinentes e, em função do interesse que os governos têm em "trabalhar intencionalmente a consciência da população", as condições foram propícias para a proliferação de profissionais de comunicação, não necessariamente Relações Públicas, na área governamental, assim como, para despertar o interesse de pesquisadores sobre o assunto.

Das 33 dissertações/teses geradas nos programas de pós-graduação da ECA/USP e do Instituto Metodista de Ensino Superior, oito foram desenvolvidas na área governamental, ou seja, 24,00%, representando aproximadamente, um quarto(1/4) da produção existente nas bibliotecas(conforme gráfico 8).



GRÁFICO 8
TOTAL DA PRODUÇÃO/TOTAL DA ÁREA GOVERNAMENTAL



LEGENDA: 76% representam 25 trabalhos produzidos(demais áreas)
24% correspondem a 8 trabalhos produzidos na área
governamental

Desde 1972 os pesquisadores tiveram o interesse despertado para essa área e até 1993, vinte e um anos depois, três doutores, quatro mestres e um livre-docente obtiveram seus títulos na ECA desenvolvendo trabalhos voltados para a esfera governamental.

A partir da década de 80 é que os pós-graduandos, com trabalhos direcionados para Relações Públicas, começam a voltar seus interesses para o desenvolvimento de pesquisas nos órgãos governamentais. Com a "abertura" instaurada nas organizações do governo e com a vigência da liberdade de imprensa, essa área passou a ser mais um espaço a ser conquistado pelo Relações Públicas. É a década em que proliferam as Coordenadorias de Comunicação Social nos Ministérios da República e nas demais autarquias.

Apesar dessa "busca de espaço profissional" na área governamental já existir desde o início da década de 80, ainda hoje, os profissionais deparam com muitas distorções de entendimento das atividades que são desenvolvidas junto aos governos.

Os autores dos trabalhos relacionados nesta dissertação já afirmaram que "o espaço existe, mas vem sendo ocupado, também, por outros profissionais". Em nível municipal, existe hoje uma preocupação muito grande por parte dos executivos em desenvolver "um governo transparente". Para que esse objetivo possa ser atingido, torna-se necessária a implantação de trabalhos de Relações Públicas internas e externas, pois os anseios da sociedade assim o exigem. Espera-se que a área governamental seja a grande conquista dos Relações Públicas na década de 90.

É importante enfatizar que, dos oito trabalhos produzidos, tendo como objeto de estudo a esfera governamental, desde a criação do primeiro curso de pós-graduação em Comunicação Social(ECA/USP), quatro foram defendidos no período de 1985 a 1992, ou seja, em sete anos foi gerado 50% do total existente na área, no programa já mencionado. O restante, de 1972 a 1984(12 anos), compreende as outras quatro produções. Ressalte-se que dos oito trabalhos produzidos, três foram analisados, o que corresponde a 38,00% do total existente e disponível nas bibliotecas dos programas de pós-graduação(conforme gráfico 9).

GRÁFICO 9
TOTAL DA PRODUÇÃO ÁREA GOVERNAMENTAL/TOTAL ANALISADO



LEGENDA: 62% representam cinco trabalhos produzidos(fora período delimitado)
38% correspondem a três trabalhos analisados

Relacionamos, a seguir, os trabalhos existentes e que, em nosso estudo, foram enquadrados na área governamental. Cabe aqui a mesma observação contida quando abordamos a área empresarial, ou seja, algumas produções foram classificadas em função dos títulos, uma vez que foram geradas em períodos não delimitados para o estudo proposto.

Os trabalhos não analisados aparecem com (*):

- ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. Relações públicas na administração direta e indireta. São Paulo, ECA/USP, 1978(livre-docência).(*)
- ARAUJO, Cirilo Rodrigues de. Relações públicas no Governo do Estado da Paraíba: a busca de novas estratégias de comunicação. São Paulo, ECA/USP, 1987(mestrado).
- FERREIRA, Walter. Atividades de relações públicas no poder executivo nos municípios do ABC. São Paulo, ECA/USP, 1985(mestrado. (*)
- _____. Atividades de relações públicas nas prefeituras dos municípios da região metropolitana de São Paulo. São Paulo, ECA/USP, 1988(doutorado).

-FREITAS, Sidinéia Gomes de. *A comunicação social como instrumento do poder: as Coordenadorias de Comunicação Social da Nova República*. São Paulo, ECA/USP, 1987(doutorado).

-OLIVEIRA, Celso Feliciano de. *Defesa Civil como atribuição de relações públicas:veículo de comunicação dirigida aproximativa nas relações com a comunidade*. São Paulo, ECA/USP, 1984(mestrado). (*)

-PINHEIRO, Ronald Calhau. *Similaridades das atividades de relações públicas em órgãos paraestatais e empresas privadas*. São Paulo, ECA/USP, 1984(mestrado). (*)

-TOJAL, Luiz Plácido. *Poder administrativo controversial: relações públicas na administração da controversia pública*. São Paulo, ECA/USP, 1992(mestrado). (*)

Na sequência, em ordem alfabética, apresentamos as dissertações e teses que tiveram como objeto de estudo a área governamental:

A) ARAUJO, Cirilo Rodrigues de. *Relações públicas no Governo da Paraíba: a busca de novas estratégias de comunicação*(mestrado).

Pela clareza dos objetivos e pelas estratégias que foram adotadas no desenvolvimento dessa dissertação, pode-se enquadrá-la na área governamental. ARAUJO objetivou "gerar subsídios para a elaboração de uma proposta de criação de um órgão central e normativo de Relações Públicas no Governo do Estado da Paraíba e, posteriormente aproveitar a mão-de-obra especializada egressa do Curso de Relações Públicas".

O conteúdo está estruturado em capítulos que abordam: Fundamentos teóricos; Relações Públicas Governamentais - uma atividade de apoio à administração pública; Relações Públicas - emissor e receptor do sistema de comunicação; Veículos de Comunicação - instrumentos de apoio às Relações Públicas; e, Relações Públicas no Governo do Estado da Paraíba.

Na contextualização do seu problema, ARAUJO destaca que "o curso de Relações Públicas do Departamento de Comunicação da Universidade Federal da Paraíba, em 1981, abriu espaço para a aplicação de pesquisas e produção de projetos na área governamental, com o objetivo de proporcionar aos alunos o contato com a prática profissional e ao mesmo tempo, investigar as possibilidades de implantação de um Departamento de Relações Públicas na estrutura administrativa do Governo do Estado".

Nesse sentido, levando em conta as necessidades do próprio curso em que atuava, aliado ao espaço obtido junto à área governamental, o pesquisador elaborou e aplicou uma pesquisa em outubro/85 nos setores de comunicação do governo; os questionários continham 33 questões.

A metodologia adotada foi a seguinte: na primeira etapa do seu trabalho, ARAUJO utilizou-se de estudo documental, entrevista e pesquisa quantitativa, realizada nas vinte Assessorias



de Imprensa das Secretarias do Governo do Estado da Paraíba. Após sessenta dias os questionários foram recolhidos: o retorno não correspondeu à expectativa do pesquisador.

Após a experiência negativa do retorno dos questionários, o pesquisador optou por utilizar, também, a pesquisa qualitativa com a *"finalidade de conhecer e detectar os pontos falhos do sistema de comunicação governamental e, também, apresentar uma proposta de programa de Relações Públicas para a administração pública"*. Nesse sentido, na reformulação do seu trabalho, ARAUJO definiu que o diagnóstico a ser levantado deveria trazer respostas para as seguintes questões:

- a) conhecer detalhadamente a organização(secretarias, assessorias, departamentos), sua política de comunicação e os públicos com os quais se relacionam, direta ou indiretamente;
- b) verificar o posicionamento atual das Relações Públicas Governamentais neste contexto;
- c) identificar como se relacionam,entre si, os vários órgãos da administração pública;
- d) elaborar, mediante o conhecimento dos itens acima e dos resultados obtidos, um programa de ação dando enfoque às atividades de Relações Públicas e seus princípios.

O autor justifica a variação de instrumentos utilizados(questionários, roteiros de entrevistas, observações e entrevistas gravadas) em função das dificuldades de contato com o universo pesquisado.

Destaca também que, nas reuniões com os assessores de imprensa foi necessário utilizar um roteiro previamente elaborado;as perguntas foram feitas por ele mesmo. Considerando que as entrevistas realizaram-se de 25 de setembro a 29 de outubro de 1986, período pré-eleitoral, muitas dificuldades foram encontradas, uma vez que os assessores de comunicação acompanhavam os secretários em campanhas e, raramente, eram encontrados em seus locais de trabalho.

Para estruturação da dissertação, o autor utilizou bibliografia específica de Relações Públicas, num total de quinze livros, sendo três autores americanos, um latino-americano e onze da literatura brasileira. Fundamentou-se, também, em obras que abordam temas, como: administração pública, poder, opinião pública, administração geral, direito, propaganda e outros.

Realizada a pesquisa, ARAUJO teve condições de concluir que:

- a) algumas assessorias de comunicação desenvolvem tarefas fragmentadas, por falta de conhecimentos mínimos sobre as funções de Relações Públicas e, também, por falta de recursos financeiros para estruturar essa atividade num órgão que centralize todo fluxo de informações da administração pública;
- b) é comum encontrar-se atribuições de jornalismo, publicidade, propaganda e Relações Públicas sem se respeitar as especificidades próprias ou critérios para aplicação de cada função;



c) em vários depoimentos constatou-se que os responsáveis pela política de comunicação das secretarias confundem ou desconhecem todo potencial de Relações Públicas numa instituição, inclusive fazendo declarações, como "nós já fazemos Relações Públicas porque atendemos bem a quem procura os serviços da secretaria" ou "a assessoria de comunicação procura fazer esse trabalho, mas não dispõe de pessoas especializadas nesta área".

Pelas conclusões apresentadas pode-se avaliar que o autor consegue realizar parte dos seus objetivos, ou seja, detectar os pontos falhos do sistema de comunicação do Governo do Estado da Paraíba.

É um trabalho interessante e audacioso, na medida em que ARAUJO usou de estratégias eficientes para conseguir penetrar no esquema governamental, especialmente na condição de pesquisador, que hoje, ainda não tem o devido reconhecimento nessa área.

Sabe-se que os governos, independente de serem do Nordeste, Sul, Sudeste... não têm interesse em utilizar adequadamente a área de comunicação a serviço da população. A prática tem demonstrado que a retórica está muito distante da realidade.

B) FERREIRA, Walter. Atividades de relações públicas nas prefeituras dos municípios da região metropolitana de São Paulo(doutorado).

Essa tese tem objetivos similares à dissertação de ARAUJO(item b.1). É mais um trabalho que tem como objeto de estudo a área governamental. Em seu mestrado o autor analisou as atividades de Relações Públicas nos Municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

Nesse trabalho FERREIRA tem como objetivo "*detectar os pontos falhos na aplicação dos elementos informadores das Relações Públicas Governamentais e, após, elaborar um modelo-padrão de estrutura e funcionamento de um órgão específico, compatível com as linhas doutrinárias e com as normas jurídicas que regem a atividade profissional*".

Conforme já mencionado, o trabalho foi concebido a partir de investigação anterior(dissertação de mestrado), que serviu de pré-teste e de parâmetro à realização dessa tese, a qual levou em conta as seguintes hipóteses:

- a) os serviços de Relações Públicas têm estrutura própria, dispõem de verba orçamentária e são exercidos ao nível de assessoria por um profissional da área;
- b) o planejamento de campanhas institucionais e a coordenação de pesquisas de opinião são realizados pelo órgão de Relações Públicas;
- c) o contato com a imprensa, autoridades e entidades civis é mantido pelo órgão de Relações Públicas;
- d) o órgão de Relações Públicas possui meios próprios de divulgação;



e) o setor de Relações Públicas organiza eventos cívicos, sociais, culturais e outros para o público governamental.

O conteúdo da tese está estruturado em capítulos que abordam: a organização estatal e as Relações Públicas Governamentais; Relações Públicas Governamentais(fundamentos, objetivos, análise conceitual, ação política e funcionamento de um órgão de Relações Públicas Governamentais); o Município e as regiões metropolitanas; e, a pesquisa.

Foi utilizada o seguinte procedimento: após definido o problema e fixados os objetivos e resultados que estavam em suas expectativas, o autor fez a revisão da literatura visando ampliar os conhecimentos ligados ao tema e, também, para estabelecer as conexões teórico-práticas necessárias ao desenvolvimento do estudo proposto.

O universo pesquisado foi representado por todos os municípios da Grande São Paulo; elaborou-se um questionário com perguntas fechadas. Nas entrevistas realizadas, os questionários foram apresentados e respondidos diretamente pela autoridade municipal contatada, sendo que a prioridade da investigação concentrou-se nos serviços locais de Relações Públicas.

O pesquisador foi bastante objetivo e claro na estruturação de sua tese; utiliza, nesse sentido, uma bibliografia de fácil acesso. Das 33 obras elencadas, dezessete são da área específica de Relações Públicas, com apenas dois autores americanos. Utilizou, também, literatura que trata de assuntos relativos a: administração do direito, teoria do Estado, direito público, pesquisa social, princípios de administração e outros.

Na elaboração de suas hipóteses, FERREIRA foi extremamente otimista. Tais hipóteses não foram comprovadas pela pesquisa realizada nos 37 municípios da região metropolitana de São Paulo. Isso pode ser comprovado pelas conclusões do autor, quais sejam:

- existem oito municípios com órgãos de Relações Públicas; em termos percentuais representam 21,6% do universo pesquisado;
- 78,4% dos municípios não possuem setores de Relações Públicas, mas dispõem de serviços auxiliares;
- dos responsáveis pelos serviços de Relações Públicas só dois são profissionais da área, prevalecendo o número de jornalistas. Os demais são universitários de outras áreas.

Segundo FERREIRA, a pesquisa *"demonstra ser a atividade profissional pouco defendida, ou pouco aceita pelos altos dirigentes da Administração Pública Municipal; na realização de eventos, o setor de Relações Públicas é mais acionado por uma expressiva maioria, percebendo-se ainda algumas distorções"*.

Pode-se concluir que esse é mais um trabalho que vem comprovar que a área governamental é um espaço em potencial para o profissional de Relações Públicas; os governantes, apesar



disso, não têm demonstrado interesse em sistematizar essas funções e estão propiciando que outros profissionais desenvolvam atividades que são específicas de Relações Públicas.

A dissertação apresenta resultados interessantes para a área de Relações Públicas e serve como base para os profissionais conhecerem as lacunas ainda existentes.

C) FREITAS, Sidinéia Gomes. *A comunicação social como instrumento do poder - as Coordenadorias de Comunicação Social da Nova República*(doutorado).

Em suas considerações preliminares a autora afirma que os profissionais de Relações Públicas devem aperfeiçoar-se, desenvolver talento, promover-se e, sobretudo saber conviver de forma digna com a comunicação social. Enquanto profissional da área propõe discutir a devida utilização da comunicação como instrumento do poder da "Nova República".

FREITAS destaca que a preocupação com esse tema surgiu também pela experiência profissional adquirida na Assessoria de Comunicação Social do CTI - Centro Tecnológico para Informática - órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia - onde percebeu que a Comunicação Social é prevista e implantada em âmbito federal visando fomentar a cordialidade e trabalhar a imagem de pessoas, ao invés de servir para facilitar os canais de comunicação entre governantes e governados, não só informando e formando o povo, como também facilitando a cultura.

Com suas colocações, a pesquisadora objetiva "*demonstrar que a Comunicação Social pode servir, de forma digna, como instrumento do poder na Nova República, buscando contribuir com a problemática que é polêmica e ampla demais para se esgotar em seu estudo*".

O conteúdo do trabalho está estruturado em capítulos que abordam: Poder, Origem e Desenvolvimento e Instrumentos do Poder; Experiência de uma Assessora de Comunicação Social; Pesquisa de Campo; e, a Comunicação Social como instrumento do poder - as Coordenadorias de Comunicação Social no Governo da "Nova República".

Suas hipóteses estão assim descritas:

a) "*a comunicação social no serviço público está paralisada e deformada por uma crise, pois a insatisfação dos bons profissionais e o desejo de mudar daqueles que têm responsabilidade social continuam vencidos pela cúpula administrativa que não oferece espaço para os comunicadores sociais e curvam-se diante de pressões e resistências dos conservadores, dos acomodados ou daqueles que apelam para a tranquilidade nacional*". É esta sua hipótese central, que é decorrente de uma afirmação feita por Raimundo Schaum.

b) os profissionais de comunicação que trabalham nos Ministérios não possuem grau de escolaridade, que vá além do curso superior; ocupam cargos decorrentes de indicação. É o poder político que define a ocupação de cargos e não a escolaridade.

c) não existe integração entre as coordenadorias de comunicação social, não só entre seus ocupantes, mas principalmente com a sociedade brasileira.

Na formulação do problema, a pesquisadora deixa claro que para analisar a Comunicação Social como instrumento do poder optou pela realização de uma pesquisa de campo junto às Coordenadorias de Comunicação Social dos Ministérios da "Nova República". Os dados foram colhidos por intermédio de um questionário, enviado a 24 Ministérios, contendo 21 questões. O questionário incluiu perguntas de caráter conceitual, para análise das tendências ideológicas do entrevistado. O anonimato do entrevistado foi preservado.

Pelas colocações de FREITAS, pode-se afirmar que o trabalho foi exaustivo. Após o desenvolvimento da pesquisa a autora pôde chegar as seguintes conclusões, as quais comprovam suas hipóteses:

a) não existe integração entre as Coordenadorias de Comunicação Social dos Ministérios da "Nova República", não só entre si, como com as demais coordenadorias ou assessorias dos governos estaduais;

b) é adequada a criação de organismos/instituições que visem aprimorar a qualificação de mão-de-obra no serviço público. Os servidores das Coordenadorias de Comunicação Social dos Ministérios devem integrar-se no processo de aprimoramento proposto pelo Governo da República, caso queiram fazer parte da elite do poder;

c) é urgente a necessidade de se iniciar um processo que possibilite uma política de comunicação para o Brasil. As Coordenadorias de Comunicação Social dos Ministérios operacionalizarão as diretrizes gerais que devem ser traçadas;

d) as Coordenadorias de Comunicação Social subordinam-se aos meios de comunicação de massa(MCM): pesquisam pouco e não se aproximam da sociedade, seja pela burocracia, seja pela participação política. Os brasileiros são meros receptores das mensagens, caracterizando a comunicação unidirecional.

Para atingir seus objetivos, a pesquisadora baseou-se numa bibliografia que apresenta autores bastante conceituados. Nesse sentido, os assuntos mais explorados no trabalho referem-se a: ideologia, economia política, poder, democracia, opinião pública, sociologia, lobby, meios de comunicação e outros. FREITAS utiliza apenas quatro obras da área específica de Relações Públicas.

Para um país que desde o período militar vem criando setores de Comunicação Social junto ao Governo Federal, as conclusões da autora são preocupantes, pois demonstram a



inexistência de integração entre as Coordenadorias de Comunicação Social. Segundo FREITAS, inexistem também ações que visem a melhorar a situação encontrada. Por isso destaca que *"é urgente a necessidade de se iniciar um processo que possibilite uma política de comunicação para o Brasil"*.

É um trabalho bem estruturado; as colocações da autora apresentam consistência e clareza. Infelizmente, os diversos segmentos da sociedade que podem ter interesse nessa área, não têm acesso ao conteúdo apresentado no trabalho.

1.3 - ÁREA COMUNITÁRIA/INSTITUCIONAL

De acordo com PERUZZO in INTERCOM(1993:125) *"há aproximadamente uma década vêm se desenvolvendo de forma mais visível, no Brasil, novas possibilidades às relações públicas. Elas transcendem, com mais vigor, dos mundos empresarial e governamental - embora estes continuem seus campos de atuação predominantes para o mundo das organizações e movimentos sociais populares. Até há mais ou menos dez anos, relações públicas eram concebidas teoricamente e praticadas majoritariamente enquanto um instrumental a serviço do capital, dos governos e da hegemonia das classes dominantes"*. Com o dinamismo que lhe é peculiar, a sociedade, social, política, econômica e tecnologicamente, vem tendo avanços significativos, por isso, segundo PERUZZO, *"hoje, teórica e praticamente, é possível falar de relações públicas populares, ou comunitárias, orgânicas às classes subalternas. Ou seja, de um trabalho de relações públicas comprometido com os interesses dos segmentos sociais subalternos organizados, ou num sentido mais amplo, com o interesse público"*.

Para melhor contextualizar essa área, é relevante destacar também a colocação de MELO(1991:23), que afirma que na década de 80 há proliferação de teses "ciespalinas" e que essa é a tendência na maioria das escolas de Comunicação da América Latina. Os trabalhos que se enquadram na assertiva do autor têm como objetos de estudo as carências dos segmentos da sociedade, representados nas diversas organizações sociais.

Os trabalhos voltados para as questões de interesse das diversas comunidades, com raras exceções, não colocam os pesquisadores em posição de destaque na sociedade, ao contrário, apontam as lacunas deixadas pelos governantes e pelas organizações constituídas e, na maioria das vezes, pouca ou nenhuma providência é tomada pelas autoridades ligadas ao tema/organização pesquisada.

As soluções elencadas pelos pesquisadores nem sempre são consideradas, quer seja pelos governantes, quer pelos dirigentes das organizações. O rombo social, a cada dia que passa, vai aumentando e as pessoas, em todos os níveis, vêm convivendo com essa situação.

Os trabalhos que têm como objeto de estudo a área comunitária/institucional, apesar de não serem quantitativamente maiores, têm sido de grande relevância para as comunidades e



organizações constituídas que tiveram envolvimento, participação e compromisso com o processo.

Os pesquisadores que direcionam os trabalhos para essa área encontram dificuldades para operacionalizar seus objetivos porque esbarram, muitas vezes, na "falta de compromisso daqueles que têm por tarefa a função de decidir". O dia-a-dia das organizações tem demonstrado que os dirigentes definem como política "ações progressistas"; o que se comprova é que a atitude progressista está presente apenas na retórica. A prática ainda é conservadora e autoritária.

Os trabalhos com direcionamento para a área comunitária/institucional, em número de cinco, representando 15,15% do total, foram gerados no período compreendido entre 1981 a 1991(conforme gráfico 10).

GRÁFICO 10
TOTAL DA PRODUÇÃO/TOTAL DA ÁREA COMUNITÁRIA-INSTITUCIONAL



LEGENDA: 85% representam a produção das demais áreas
15% representam os cinco trabalhos produzidos na área
com/institucional

Dos cinco trabalhos relacionados, três foram analisados, o que representa 60% do total produzido nessa área(conforme gráfico 11).

GRÁFICO 11

TOTAL DA PRODUÇÃO COMUNIT/INSTITUCIONAL/TRABALHOS ANALISADOS



LEGENDA: 60% correspondem a análise de três trabalhos
40% representam os outros trabalhos produzidos
(fora período delimitado)

Julgamos conveniente relacionar os trabalhos existentes nas bibliotecas e que, segundo nosso estudo, enquadram-se nessa área. Conforme já mencionado anteriormente, alguns trabalhos desta categorização, que representam a minoria, foram elencados como sendo da área comunitária institucional apenas pelos títulos. Aparecem abaixo assinalados com(*); os demais foram analisados.

-BUZZI, Márcia. Relações públicas como atividade de apoio a projetos de saneamento. São Paulo, ECA/USP, 1988(mestrado).

-ESCUDEIRO, Regina Célia. Relações públicas comunitárias: uma exigência da sociedade civil brasileira. São Bernardo do Campo, Instituto Metodista de Ensino Superior, 1991(mestrado). (*)

-PERUZZO, Cicilia Maria K. Relações públicas no modo de produção capitalista. São Bernardo do Campo,, Instituto Metodista de Ensino Superior, 1981(mestrado). (*)

-SILVESTREIN, Celsi Bronstrup. Relações públicas na área rural - um espaço a ser ocupado. São Bernardo do Campo, Instituto Metodista de Ensino Superior, 1989(mestrado).

-THOMAZI, Maria Stella. Contribuições da Associação Brasileira de Relações Públicas para a profissão de relações públicas. São Bernardo do Campo, Instituto Metodista de Ensino Superior, 1986 (mestrado).

Apresentamos a seguir as dissertações da área comunitária/institucional que fazem parte do nosso estudo:

A) BUZZI, Marcia. Relações públicas como atividade de apoio a projetos de saneamento(mestrado).

O trabalho enquadra-se nessa área porque a autora tem como objetivo "*fornecer subsídios para a utilização das Relações Públicas como instrumento de apoio a projetos de saneamento, no que se refere à informação e integração das comunidades e outras organizações que possam estar envolvidas*".

BUZZI formula sua proposta que visa "*mostrar que a inclusão das atividades de Relações Públicas nos projetos de saneamento pode resultar em aumento da eficácia e eficiência, tanto no que se refere à coordenação de trabalhos técnicos, quanto à participação da comunidade nas várias fases de execução do projeto e, também, quanto aos resultados finais para a melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida*".

O conteúdo do trabalho está estruturado em capítulos que abordam: o sistema ambiental; o desenvolvimento e degradação ambiental; ambiente e saúde; o projeto de saneamento; participação comunitária; Relações Públicas para o saneamento; e, o planejamento de apoio de Relações Públicas.

Para melhor fundamentar-se, a autora levou em conta alguns pressupostos básicos:

- a saúde das comunidades humanas depende, em parte, do meio ambiente e os projetos de saneamento são desenvolvidos visando a preservação da saúde e a redução da degradação ambiental;
- a eficiência desses projetos depende diretamente da aceitação das instalações e da compreensão, pelas comunidades, dos motivos da construção, uso e manutenção dos sistemas;
- a informação, a motivação e a educação constituem-se em instrumento essencial para promover a aceitação e compreensão da complexidade dos problemas sanitários e ambientais e, portanto, para que mais facilmente sejam atingidos os objetivos de saúde;
- as Relações Públicas constituem-se em atividades de integração através da informação e podem colaborar para que as comunidades possam ser informadas, participem ativamente e obtenham resultados necessários para melhores condições sanitárias.

Para o desenvolvimento de suas atividades, a autora adota métodos descritivos, através da análise de conteúdo e de considerações básicas para o planejamento e execução de atividades de Relações Públicas integradas no projeto de saneamento.

BUZZI, em seu estudo, esclarece que nos projetos de saneamento os objetivos específicos de Relações Públicas estão voltados para o "*fornecimento de informações, motivação e educação necessárias para evitar que a indiferença, ignorância ou a oposição da população alvo dificultem os trabalhos ou até os impossibilitem*".



A autora considerou algumas hipóteses, as quais foram comprovadas conforme análise de suas conclusões. Nesse sentido, formula um modelo hipotético de planejamento e execução de atividades de Relações Públicas, o qual está embasado nos sete capítulos apresentados na dissertação. No 7º capítulo, que trata do "Planejamento de Apoio de Relações Públicas", a pesquisadora teve a preocupação de elencar todos os passos necessários que fazem parte do processo de planejar. Assim, faz todas as considerações e apresenta um modelo hipotético de planejamento, conforme já mencionado.

Para melhor elucidação do tema, BUZZI buscou fundamentação nas áreas de saúde e de ciências biológicas. Sua bibliografia apresenta, além dos dezesseis livros específicos da área de Relações Públicas(sendo apenas três da literatura americana), autores que abordam os seguintes assuntos: saneamento, engenharia ambiental, conceitos de ecologia, antropologia, política de habitação, comunicação empresarial, educação ambiental e outros.

Levando-se em conta seus pressupostos e hipóteses, a autora desenvolve o trabalho por intermédio de diagnósticos e conclui que *"nos projetos de saneamento onde há necessidade, não somente de transmissão de informações esclarecedoras, mas principalmente da conformação de atitudes e comportamentos, as Relações Públicas constituem uma estratégia racional para estabelecimento de práticas de saúde, dentro de uma ética convencionada pela Saúde Pública"*.

Afirma também que o apoio de Relações Públicas a projetos de saneamento reflete a adoção de uma estratégia sanitária consequente, de visão ampla e abrangente; mas, somente sua utilização como instrumento de integração pode significar apoio efetivo e útil, tanto no que se refere às condições de saúde de certas comunidades, quanto nas possibilidades de preservação ambiental.

As afirmações da pesquisadora procuram demonstrar que a área em que foi desenvolvida sua dissertação representa mais um espaço que requer a atuação do profissional de Relações Públicas.

O trabalho desenvolvido é bastante válido, na medida em que a autora apresenta preocupações que vêm ao encontro das necessidades da sociedade. É preciso que pesquisadores e sociedade busquem caminhos eficazes para que ações dessa natureza sejam sistematizadas e colocadas em prática, não vislumbrando apenas o imediatismo, mas, principalmente, visando programas de caráter mais mediatista. Torna-se necessária a implantação de ações que tenham caráter educativo: os governantes precisam querer essa mudança.



B) SILVESTRIN, Celsi Bronstrup. Relações públicas na área rural - um espaço a ser ocupado(mestrado).

O trabalho visa enfocar a atividade de Relações Públicas na área rural. A autora acredita que *"há um espaço a ser ocupado e que existem boas oportunidades para a profissão de Relações Públicas se estabelecer nessa área"*.

No desenvolvimento do seu trabalho SILVESTRIN destaca que *"muitos dos problemas que ainda existem em torno da profissão de Relações Públicas quanto ao seu papel no conjunto das profissões de Comunicação Social e os compromissos do profissional com os diferentes setores da sociedade, estão vinculados à sua implantação no Brasil. A atividade não surgiu como decorrência de circunstâncias, do próprio desenvolvimento cultural e civilizatório, mas foi um método experimentado nos Estados Unidos e aplicado aqui com problemas semelhantes aos daquele país"*.

A pesquisadora ressalta ainda que, *"a atividade de Relações Públicas apresentada aos públicos brasileiros sem maiores explicações, e não vinculada ao desenvolvimento histórico econômico do país, é entendida apenas pelo seu título. Interpretada ao pé da letra, é tida como uma nova e mais sofisticada maneira de intitular toda e qualquer atividade que requeira certa habilidade no trato com o nosso semelhante. Tais distorções estão no dia-a-dia dos anúncios de jornais, até hoje. Independente disso, estudiosos e profissionais da área buscam entender e estabelecer as Relações Públicas junto a nossa sociedade, tanto no mercado convencional, como nos espaços alternativos"*.

Com o objetivo de mostrar e valorizar a atuação do profissional de Relações Públicas no meio rural, SILVESTRIN não pretendeu invadir a área, que já há muito vem recebendo trabalhos de outros profissionais; o objetivo dela é trabalhar da *"forma mais integrada possível"*.

A área rural é carente de ações que buscam facilitar e orientar a vida do homem do campo. Os profissionais de comunicação não têm dado a devida atenção para esse setor; isso exige dedicação intensa do pesquisador porque, segundo citação da própria autora, *"um trabalho no meio rural se fundamenta nos seguintes passos: conhecer a comunidade; definir o veículo adequado à transmissão da mensagem; evitar o uso de estereótipos; falar a linguagem do campo e por fim sujar as mãos de terra"*. O envolvimento do pesquisador com trabalhos dessa natureza é bem maior porque, antes de qualquer ação, é necessário *"estar comprometido com os reais interesses da população rural"*.

Para fundamentar suas colocações, a autora cita uma das recomendações da III Conferência de Relações Públicas, em Santiago do Chile, em 1962: *"que dentro da formação profissional do experto em Relações Públicas se dedique especial atenção aos problemas relacionados com o meio agrário, como especialização de grande importância para o mundo em que vivemos"*.



SILVESTRIN esclarece, também, que o material bibliográfico disponível sobre esse tema é escasso; encontrou apenas alguns artigos com a manifestação de profissionais de Relações Públicas sobre a validade e importância dessa atividade na área rural.

O conteúdo da dissertação está estruturado em capítulos que tratam do seguinte: aspectos teóricos de Relações Públicas; aspectos da sociologia rural; contribuição de outras áreas; exemplos da prática da Comunicação Rural; e, Relações Públicas no meio rural.

Para estruturação do trabalho algumas hipóteses foram levantadas:

- a) há um espaço no meio rural que pode e deve ser ocupado pelo profissional de Relações Públicas
- b) antes de atuar no meio rural, é necessário conhecer a realidade rural
- c) o profissional de Relações Públicas poderá contribuir significativamente para o desenvolvimento do meio rural.

Nesse trabalho, SILVESTRIN adotou a pesquisa de campo, empírica e documental, nas comunidades pertencentes ao Município de Araucária/PR, próximo a Curitiba e utilizou métodos descritivos (análise de conteúdo e estudo de caso). A autora fundamenta sua dissertação em trabalhos desenvolvidos anteriormente e encontra muita dificuldade para estruturar sua sustentação teórica; a bibliografia existente na área é escassa.

Em seu trabalho de campo, a pesquisadora procurou participar do dia-a-dia das comunidades analisadas: realizou observações, integrou grupos e colheu depoimentos que lhe possibilitaram conhecer a realidade pesquisada. Nesse sentido, suas conclusões apontam que:

- qualquer plano de ação seja definido juntamente com o público envolvido que se está trabalhando, a partir da realidade que está sendo vivenciada; nesse sentido, torna-se possível desenvolver qualquer atividade de Relações Públicas, desde que atenda às características de trabalho que está sendo proposto, ou seja, que a comunidade participe em todas as fases do processo;

- no Município de Araucária (onde a autora desenvolveu a prática da comunicação rural), observou-se que valores culturais daquela população precisam ser revigorados; várias questões relacionadas à saúde e à educação comprometem a vida daquela comunidade rural. Constatou-se a necessidade de estimular a comunidade rural para participar mais ativamente das questões que lhe são pertinentes.

Conclui o trabalho afirmando que *"as Relações Públicas rurais podem dar à profissão um novo significado, com objetivos bem mais relevantes do que o atual mercado de trabalho impõe"*. À vista das conclusões, pode-se afirmar que as hipóteses apontadas por SILVESTRIN foram corroboradas.



Apesar da autora ter, também, uma "visão romântica" do profissional de Relações Públicas(pela formulação das hipóteses e pelas conclusões), pode-se dizer que é um trabalho bem estruturado. SILVESTRI buscou apoio na Sociologia e na Comunicação Rural; sua bibliografia relaciona 22 obras específicas da área de Relações Públicas, das quais três são oriundas da literatura americana. Como o tema requereu profundidade maior nas questões pertinentes à área rural, a autora necessitou utilizar-se de livros que abordassem assuntos, como: comunicação rural, culturas populares, marketing rural, cooperativismo agrícola, extensão rural, questão agrária, poder, sociologia rural, opinião pública, desenvolvimento rural e outros.

Para a área de Relações Públicas é uma boa contribuição; as escolas de comunicação, por intermédio dos programas de pós-graduação, deveriam incentivar ações dessa natureza.

No levantamento que efetuamos junto as duas bibliotecas(ECA e IMS), o trabalho de SILVESTRI é o único direcionado para o meio rural. Daí o seu valor social e acadêmico, independente de seu posicionamento sobre o papel do profissional de Relações Públicas, especialmente na sociedade de hoje.

C) THOMAZI, Maria Stella. *Contribuição da Associação Brasileira de Relações Públicas para a profissão de Relações públicas*(mestrado).

O trabalho da autora é totalmente voltado para o reconhecimento e institucionalização da profissão de Relações Públicas no Brasil. Seu objetivo é "*expor a contribuição da Associação Brasileira de Relações Públicas(ABRP) para a institucionalização da profissão*".

A autora parte do pressuposto básico de que uma profissão só se torna institucionalizada quando lhe é reconhecida uma função social específica. Afirma, também, que o processo de institucionalização depende de componentes estruturais e culturais, bem como dos aspectos demográficos, ecológicos, do grau de desenvolvimento econômico, das entidades de classe, dos cursos existentes, da literatura específica, das pessoas atuando no campo da atividade e dos serviços prestados à comunidade.

THOMAZI ressalta ainda "*que a profissão de Relações Públicas sofreu os fenômenos da transição, imaturidade e incerteza, quando autênticos pioneiros desbravaram o caminho de uma floresta virgem. Hoje, sente que ainda existe a presença dos que se preocupam em oferecer um conjunto de princípios que sirvam de base a um sistema científico que culmine com o natural aparecimento da ciência das Relações Públicas*". Essa investigação está baseada na idéia central de que a atividade de Relações Públicas no Brasil atingiu os requisitos mínimos para transformar-se em profissão. Desenvolveu seu trabalho junto aos organismos ligados à área(entrevistas e depoimentos) e, também, coletando dados nos arquivos e documentos referentes à profissão.



Na estruturação da dissertação, a pesquisadora fundamentou-se nos aspectos históricos, conceituação, estruturação da ABRP e legislação da profissão. A nosso ver, o trabalho apresenta um marketing institucional não só para as Relações Públicas como para a existência da própria entidade de classe.

Segundo a autora, o desenvolvimento do trabalho foi fundamentado num estudo exploratório. Ela fez opção pelo método histórico, procurando enfocar a mudança, o desenvolvimento de indivíduos, grupos, práticas, instituições ou idéias.

Junto aos órgãos envolvidos com a pesquisa THOMAZI solicitou 26 entrevistas e 25 depoimentos; somente atenderam ao solicitado dezenove profissionais, o que perfaz 37,25% do universo pesquisado.

Utilizou-se das seguintes técnicas: coleta de dados históricos e documentais de fontes primárias e secundárias(arquivos públicos e particulares); entrevistas e depoimentos de sócios-fundadores, líderes e diretores da Câmara Superior Permanente, Diretório Nacional e respectivas seções estaduais da Associação Brasileira de Relações Públicas.

A pesquisadora buscou suporte teórico na bibliografia específica da área de Relações Públicas. Foram utilizadas trinta obras, das quais seis pertencem à literatura americana, três a autores latino-americanos e duas são da literatura européia. As demais são de autores brasileiros.

Das conclusões apontadas por THOMAZI destacam-se:

- a) a ABRP foi a entidade associativa que contribuiu para a institucionalização da profissão de Relações Públicas no Brasil;
- b) hoje, a profissão de Relações Públicas tem o reconhecimento legal e da sociedade, uma vez que é uma atividade de interesse público com legislação específica;
- c) o ensino superior de Relações Públicas comprova o desenvolvimento da pesquisa e do ensino de Relações Públicas;
- d) os profissionais de Relações Públicas estão na posição de defesa de seus princípios e na fiscalização plena e permanente do exercício profissional, bem como submetem-se ao Código de Ética dos Profissionais de Relações Públicas;
- e) hoje, mais do que nunca, as entidades de classe e em especial a Associação Brasileira de Relações Públicas têm que contribuir efetivamente para que se abra caminho à futura ciência de Relações Públicas.

Pelas conclusões apontadas pode-se inferir que a autora também tem uma "visão romântica" da profissão, especialmente para os dias atuais. A Associação Brasileira de Relações Públicas poderia ter dado uma efetiva contribuição à profissão, elaborando e executando projetos que objetivassem acompanhar e orientar os pesquisadores da área na produção de



dissertações e teses que tenham também valor social. A profissão precisa de trabalhos que priorizem esse aspecto.

1.4 - ÁREA: COMUNICAÇÃO

ANDRADE(1978:28) afirma que *"comunicação é o processo através do qual se conduz o pensamento de uma a outra pessoa ou de um grupo a outro; é também o processo de transmissão de qualquer estímulo, que venha a alterar ou revigorar qualquer comportamento, através dos veículos de comunicação ou da interação pessoal"*.

Segundo THAYER(1979:33) *"o conceito de comunicação, como alguma coisa que podemos ligar ou desligar, é muito falho, pois na verdade nós não podemos parar de comunicar ou de receber comunicação, do mesmo modo como não podemos deixar de respirar e continuar a viver"*. O mesmo autor afirma que *"a comunicação não é uma função intermitente do ser humano, e sim contínua. Não é, também, uma tarefa ocasional que o ser humano escolhe. É essencial para a continuação da existência do homem, do mesmo modo que a regularidade das batidas do seu coração"*.

Utilizamos como "pano de fundo" as colocações acima para encaminhar com mais segurança o enquadramento do trabalho abaixo na área de comunicação. O pesquisador, ao abordar as questões pertinentes às atividades de "lobby", deixa claro a utilização das funções de persuasão e influência, particulares e intrínsecas ao processo de comunicação.

Nesse sentido, é relevante destacar mais uma vez as colocações de THAYER(1979:242) ao afirmar que *"popularmente, a persuasão é encarada como o processo de afetar o pensamento ou comportamento(ou atitude) do receptor, do mesmo modo que se presume seja do interesse do originador e, ao mesmo tempo, provavelmente contrário aos interesses imediatos do receptor"*. Segundo o mesmo autor, *"a influência é encarada como sendo tipicamente uma tentativa, a longo prazo, de afetar o receptor do mesmo modo que se supõe seja do seu interesse(do receptor), ou que pelo menos, não lhe seja adverso"*. Continuando THAYER destaca que *"a persuasão é comumente vista como tendo objetivos especificamente psicológicos ou de comportamento, enquanto a influência visaria a objetivos mais amplos, mais gerais, ou menos específicos. A influência seria interpessoal, enquanto a persuasão envolveria massas"*.

Na sequência, apresentamos os aspectos principais da dissertação que foi nosso objeto de estudo e que, a nosso ver, apresenta características que a enquandram na área macro da comunicação:

- ANDRADE, Luiz Carlos de Souza. **Lobby e comunicação: do saguão à rua ou instrumento legítimo e necessário**(mestrado).

O trabalho, segundo o autor, *"não é mesmo tese em formato acadêmico. Trata-se de uma tese construída a partir de um narrador João, cidadão comum brasileiro - que busca tirar a atividade de lobby*



da órbita estrita dos grandes interesses econômicos e lançá-la a serviço de todos os interesses da sociedade, inclusive do João".

Para o desenvolvimento do seu trabalho, ANDRADE busca as origens da atividade de "lobby" e traça sua história, desde a utilização da palavra, pela primeira vez nos EUA em 1808, enfatizando, também, que em 1946 surge na América do Norte a primeira lei que regulamenta o "lobby". No Brasil, segundo o autor, existem manifestações desde o império. Ainda em 1982, os "lobistas" andavam de um gabinete a outro em Brasília; essa atividade já tinha conotações de suborno e pejorativas. Segundo o autor, o profissional que exerce essa função não o faz "às claras" porque há muito preconceito sobre os "benefícios particulares que o lobista recebe", o que não deixa de ser verdade, aliado ao fato de que o exercício dessa atividade ainda não está regulamentado em nível de Brasil.

Hoje, vários segmentos da sociedade já admitem ter os seus "lobistas" para cuidar dos interesses da classe que representam. Essa atividade ainda está em processo de regulamentação.

O autor desenvolve o trabalho explicando: quem é o lobista? o que faz um lobista? como faz? Para elucidar o assunto anexa o projeto de lei do Senador Marco Maciel que dispõe sobre o registro de pessoas junto ao Congresso Nacional para exercerem a atividade de "lobby". Tal projeto deixa claro que as pessoas que tiverem por objetivo induzir o processo legislativo deverão fazer o registro perante as mesas diretoras do Senado Federal e Câmara dos Deputados.

Até hoje o projeto não foi aprovado e tampouco reativado, mas a sociedade se ressentiu, em todos os setores, das "influências" e "favores" que alguns setores/pessoas recebem pelo fato do "suborno estar quase que institucionalizado neste país". O autor faz muitos comentários à lei dos EUA e ao projeto de lei do citado senador, mas pode-se concluir que seu objetivo de "*lançar a atividade de lobby a serviço de todos os interesses da sociedade*", não foi atingido.

O pesquisador, no desenrolar da dissertação, utiliza-se de conceitos de estudo dos meios de comunicação de massa, recepção dos meios, história dos meios de comunicação, comunicação política etc.. Para fundamentar esses conceitos ANDRADE apresenta uma bibliografia com autores exclusivamente americanos. Os livros relacionados são em número de sete, sendo quatro da área específica de Relações Públicas.

A nosso ver, trata-se de um trabalho que se enquadra na área macro da comunicação, que abriga os estudos específicos já apontados; foge ao esquema formal de estruturação de dissertações e teses. O autor segue uma sequência lógica, sem ter preocupações com aspectos metodológicos. Tem valor político, na medida em que ANDRADE estrutura suas colocações a partir de um cidadão comum, o motorista João.



Pode-se afirmar que é uma produção simples, com uma contribuição prática: o autor elabora um "texto tentativo de lei" para o exercício da atividade de lobby. Se estruturada de maneira mais acadêmica, essa dissertação poderia ser excelente instrumento de discussão da atividade de lobby nos cursos de Relações Públicas. A nosso ver, o pesquisador não teve essa preocupação porque seus objetivos eram eminentemente políticos e sociais.

CONCLUSÃO



CONCLUSÃO

Pretendeu-se com esta dissertação compilar, classificar e analisar os trabalhos produzidos em dois programas de Pós-Graduação do Estado de São Paulo. Tais informações, descritas no capítulo quatro, a nosso ver, indicam que o objetivo foi atingido. Foi constatado, durante a realização da pesquisa, que as produções, objetos do nosso estudo, estavam restritas apenas às bibliotecas das instituições escolhidas. Poucos foram os pesquisadores e interessados que retiraram os trabalhos para consulta. Pode-se concluir, no que se refere a esses trabalhos, que a maioria dos autores não teve preocupações imediatas com a socialização do conhecimento produzido entre os profissionais da área. Sabe-se que alguns utilizaram congressos e encontros de Relações Públicas para apresentar comunicação sobre a pesquisa desenvolvida. Nesse aspecto, a socialização ainda assim ficou restrita aos pesquisadores e participantes do congresso.

Para sedimentar nosso posicionamento fizemos leitura de textos, elaborados por educadores, cujas colocações, a nosso ver, têm relação íntima com o que pensamos a respeito de socialização do conhecimento, relação ensino-pesquisa-extensão, ascensão acadêmica no ensino superior e outros temas.

É de conhecimento de todos os que convivem no meio acadêmico que nem sempre os pesquisadores têm preocupações com o destinos dos seus trabalhos. Sobre isso, julgamos pertinente dar destaque ao que se segue: em se tratando da colocação da universidade a serviço do desenvolvimento nacional e regional, SAVIANI(1991:34) relata uma citação de Gramsci: *"criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas originais; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, socializá-las, por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente, é um fato filosófico bem mais importante e original do que a descoberta, por parte de um gênio filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais"*. Complementando SILVA JUNIOR afirma: *"por isso, é preciso método para descobri-la e método para apresentá-la, se efetivamente pretendemos que a verdade seja o motor da transformação."*

SILVA JUNIOR acrescenta outras informações à colocação acima e destaca que *"se o homem, como já nos lembrava Marx, é o único animal a conceber por antecipação o resultado de suas ações, parece-me de todo inaceitável que o homem acadêmico produtor de conhecimento sobre educação não considere inicialmente o destino a ser dado ao conhecimento a ser produzido. Também não me parece aceitável e nem dialético que o conhecimento produzido deva ter o seu conteúdo subordinado a formas convencionais e imutáveis de apresentação que, em sua invariância, aprisionam o sentido e a possibilidade de circulação desse mesmo conhecimento"*. À vista de tais colocações, torna-se pertinente perguntar: Por que e para que são investidas quantias vultosas em pesquisas? Que retorno as



pesquisas "agraciadas com bolsas" proporcionam à sociedade? Por que o conhecimento produzido não se torna universal?

Ainda sobre a socialização do conhecimento, o mesmo autor enfoca que, uma *"ideologia da contribuição, de fundo gramsciano, sugere uma "inversão da práxis científico-acadêmica. Por ela, não iremos primeiro produzir o conhecimento para depois estudar se e quando iremos ou poderemos aplicá-lo ou distribuí-lo. Colocada como horizonte - se possível, imediato - da produção acadêmica, a socialização do conhecimento que ali se elabora passa a se constituir na própria razão de ser dessa produção. E passa com isso a delimitar os contornos da produção"*.

Pela característica dos trabalhos, objetos de estudo da pesquisa realizada, pode-se inferir que a maioria não teve como objetivo difundir e socializar o conhecimento. A preocupação imediata foi a titulação, pois a clientela dos programas de pós-graduação, locais de geração das dissertações e teses, é composta por docentes, nem sempre pesquisadores, mas com compromissos junto à instituição de origem. É um fato bastante contraditório, porque o docente quando participa de um programa de pós-graduação e apresenta um projeto de pesquisa, nem sempre pode levar em conta a atividade que desenvolve na graduação. Nesse sentido, o título obtido em cursos de pós-graduação, com raras exceções, também não atende os objetivos da graduação, somado ao fato de que, em muitos casos, o docente, agora "investido" de pesquisador, direciona seu trabalho para se adequar à linha de pesquisa do orientador, que nem sempre vem ao encontro das suas necessidades.

Considerando o círculo vicioso que permeia o caminhar dos pesquisadores, neste caso específico, os de Relações Públicas e, levando-se em conta que a maioria desenvolve seus trabalhos solitariamente e está comprometida também com as questões da graduação na área de Comunicação Social, a conclusão que se pretende deixar para este trabalho aponta para algumas reflexões:

a) dos trabalhos selecionados e analisados, em número de quatorze, apenas três autores utilizaram suas pesquisas como instrumentos para o ensino da área de Relações Públicas. Conforme contatos mantidos com os pesquisadores, ao optarem pelo trabalho de pesquisa desenvolvido, os mesmos tiveram a preocupação de utilizar o conhecimento adquirido na pós-graduação, nos cursos de graduação em que trabalhavam. Em se tratando do descompasso do desenvolvimento da pesquisa feita na universidade com a realidade social, com o ensino e com o mercado de trabalho, KUNSCH(1993:59) afirma que *"muitas pesquisas são feitas mais em função da obtenção de títulos e da satisfação pessoal do que com o intuito de contribuir para as mudanças sociais e para um saber novo na área de Comunicação"*. Corroborando as colocações da autora e nossas inquietações, COUTINHO in KUNSCH(1993:60) destaca que *"de nada adianta investir num sistema universitário criativo se ele não interagir com um sistema*



empresarial capaz de absorver, fazer uso e transformar em tecnologia o conhecimento técnico-científico acumulado na universidade".

No caso específico dos autores José Benedito Pinho, Margarida Maria Krohling Kunsch e Waldyr Gutierrez Fortes, com trabalhos direcionados para a área empresarial, pode-se destacá-los como sendo grandes contribuidores para a área de Relações Públicas. Conforme afirma SILVA JUNIOR, suas produções *"foram dessacralizadas e isso não significa que abandonaram os critérios de rigor que devem presidir a elaboração e desenvolvimento de produções científicas"*. Seus trabalhos foram colocados à disposição dos interessados no assunto (pesquisadores, universitários, comunidades e organizações de um modo geral).

Considerando que o dia-a-dia dos pesquisadores na Universidade, com raras exceções, é voltado para o cumprimento de prazos e preenchimento de papéis, especificamente nas instituições públicas, julgamos conveniente, neste ponto das nossas reflexões, dar ênfase, mais uma vez, a uma colocação de SILVA JUNIOR quando afirma que *"um Relatório-de-Pesquisa acaba se transformando em um valor-em-si porque é de sua aprovação pelos pares que advém reconhecimento e... novas verbas de pesquisa. Não é fácil, pois, dessacralizá-lo. A pesquisa, seu projeto e seu relatório ocupam um lugar central nessa discussão. Dessacralizá-los ou dessabsolutizá-los não significa abandonar os critérios de rigor que devem presidir sua elaboração e seu desenvolvimento. Pode, no entanto, significar a reordenação dos usos e das finalidades a que se prestem. Uma sucessão intermitente de tríades projeto-pesquisa-relatório certamente não conduz à acumulação e nem à sistematização de elementos geradores de conhecimento novo, já que também frequentemente a escolha dos temas de investigação se faz de maneira aleatória e a alocação de recursos ao projeto é decidida em função de sua consistência interna. Contrária-se, assim, a natureza histórica da ciência, na qual uma investigação se coloca como uma tentativa para a solução de um problema que, por sua vez, se colocou como decorrência da solução de um problema anterior"*.

Sobre o acima exposto VIEIRA(1989:14) complementa *"é forçoso reconhecer que, perdido no conjunto de tantas atividades, oculta-se na universidade um compromisso com o saber. E é este compromisso que compete aos interessados na mudança resgatar, pois a forma de alterar a fisionomia desta instituição alienada-alienadora, conforme afirma PINTO(1986:37) in VIEIRA, é reconstituí-la como espaço do saber. Não de qualquer saber - do saber alienado e elitizante - que sirva a uma minoria, mas do saber que de alguma forma contribua para a criação, difusão e consumo de um bem que é de todos - o conhecimento"*. A mesma autora destaca que *"a condição para se (re) encontrar o lugar do saber na Universidade é a consciência daquilo que somos realmente, e neste trabalho reside o desafio de não apenas descobrir o novo, mas também difundir criticamente verdades já descobertas. Somente a partir daí o conjunto da sociedade, que com a receita dos seus impostos financia e educação das elites, poderá ter acesso aos benefícios de um saber que com seu suor é produzido, mas lhe tem sido negado usufruir"*.

No que se refere à extensão e profundidade dos trabalhos produzidos na área de Relações Públicas, pela pouca tradição que temos de pesquisas nessa área, a produção existente reflete uma preocupação imediata do pesquisador na formulação de problemas que apontam para o óbvio. Fazendo um paralelo com a área educacional, julgamos conveniente recorrer a uma colocação feita por GATTI, que retrata com clareza a produção de pesquisas naquela área e que vem ao encontro do que acontece também na área de Relações Públicas.

GATTI afirma: *"boa parte da pesquisa em educação reflete o que poderíamos chamar de modismos periódicos (teorias e metodologias propostas ou revitalizadas nos Estados Unidos, França, Inglaterra ou Alemanha), provavelmente reflexo da pouca institucionalização e da pequena tradição que temos de produção científica nessa área de estudos, mais afeita a especulações e opiniões do senso comum. Além desses modismos, outra tendência que parece clara em muitos dos trabalhos é a de um pragmatismo imediatista quanto à escolha dos problemas de pesquisa e uma preocupação com sua aplicabilidade direta. Os trabalhos, sobretudo de dissertação de mestrado e aqueles artigos que aparecem como fruto dessas dissertações de mestrado e também dos primeiros doutorados, tinham uma característica de procurar resolver um problema muito hoje, muito agora, como se o objetivo de uma investigação científica fosse dar uma solução para um problema prático daqui a pouco"*.

Em suas colocações, a autora ainda destaca que *"essa concepção contaminou muito a produção científica da área, de certa maneira prejudicando-a. A pesquisa tem que ter um lastro de fundamento e se presta a uma reflexão mais mediata do que imediata. As soluções não saem diretamente da pesquisa. A pesquisa é que dá elementos para a reflexão da realidade"*.

GATTI ainda enfatiza que *"isso não quer dizer que não devamos nos voltar para os problemas concretos que emergem no cotidiano da história vivida da educação por nós, mas que a pesquisa não pode estar a serviço de solucionar pequenos impasses do cotidiano, porque ela por sua natureza, não se presta a isso. Ademais, a pesquisa de ponta, que deve ser realizada nos programas de pós-graduação strictu sensu, que estão voltados para isso, deve antecipar problemas. Devo estudar hoje alguma coisa que meu feeling de pesquisador diz que vai ser importante daqui a cinco, oito, dez anos, e não um problema que já é, que já era. Esse problema que já é, que já era, eu já devo ter refletido um pouco antes. Senão, isso não mostra a minha capacidade, primeiro, de inserção dentro do problema cuja natureza estou investigando; denota também uma incapacidade de ter um fôlego teórico que permita transcender a situação imediata e se colocar diante das possibilidades que se abrem dessa problemática para frente. Ai, sim, a pesquisa poderá oferecer subsídios para não sermos tomados de surpresa"*.

Continuando, a autora destaca que *"o papel do pesquisador é também o de um antecipador. Ele é uma pessoa que faz uma reflexão que vai avançar. Não é que não precisemos das pesquisas que nos dão a base sólida do hoje, mas a nossa reflexão tem que transcender este aqui e agora. Infelizmente, durante muito tempo, muitos dos trabalhos apresentados por nossos pesquisadores ficaram em torno de pequeninos*



problemas que acabaram não permitindo essa reflexão. Talvez valha a pena até revisar esses trabalhos em busca de um novo fôlego teórico, um novo salto".

À vista de tais colocações, pode-se inferir que nos trabalhos selecionados, que foram nosso objeto de estudo, os autores tiveram, pela análise de sua hipóteses, preocupações que apontavam para o imediatismo. Some-se a isso que o debate estabelecido em torno do objeto de estudo da pesquisa, em linha gerais, não apresentou uma discussão exaustiva, assim como a fundamentação teórica sobre a área de Relações Públicas não acrescenta "novidade" ao que já existe. Sobre esse aspecto, KUNSCH(1993:60) afirma: *"o desafio, portanto, é fazer com que as pesquisas de comunicação geradas na Universidade realmente tragam melhorias e mudanças para a sociedade em geral, no sentido construtivo, como resultado de um saber novo e transformador, que deve ser buscado na pesquisa básica".*

A nosso ver, é preciso que a universidade seja repensada no que concerne à estruturação dos seus quadros de carreira. A situação que aí existe, especialmente nas universidades públicas estaduais de São Paulo, é a de que o docente, ao mesmo tempo em que deve desenvolver um ensino qualitativo na graduação, objetivo social da universidade pública, deve, também, estar "cumprindo programa de pós-graduação strictu sensu". Nesse sentido, o docente, independentemente dos objetivos que a universidade tem para com a sociedade, é cobrado primeiro sobre os compromissos assumidos com a pesquisa e depois sobre "a qualidade de seus ensinamentos". Sobre essa questão, FÁVERO(1989:44/52) afirma: *"desvinculada e descomprometida com a realidade, a Universidade em muitos momentos não se preocupa em produzir um saber que revele e transforme essa realidade. Produz um saber, só que ilusório, frágil. Saber que não se sabe; saber fragmentado e desatualizado na perspectiva teórica e sem ligação com a realidade".* A mesma autora enfatiza que *"recuperar a credibilidade da universidade é tarefa difícil e exige tempo. Exige que se questione de forma consequente, e não apenas em termos de discurso, sua função na produção e disseminação do conhecimento e sua competência para formar profissionais, procurando-se alternativas, estabelecendo-se prioridades numa política de ensino, pesquisa e extensão voltada para a realidade nacional e regional".*

A pesquisadora ainda destaca: *"a pesquisa deve ser uma opção institucional e não apenas uma opção pessoal de docentes-pesquisadores. Mas isto não significa que todos os professores venham a se dedicar à pesquisa enquanto projeto individual. As questões do docente-pesquisador, vistas neste contexto, deixam claro que nem todo professor universitário precisa ser um pesquisador para ter acesso à pesquisa, mas deve, pelo menos, desenvolver o seu trabalho como parte de um projeto coletivo, com objetivos definidos, segundo a política da universidade. Se a universidade não assumir a pesquisa enquanto projeto institucional, dificilmente ela assumirá que uma das suas funções é a produção competente de conhecimentos nas diversas áreas do conhecimento".*



Para os pesquisadores, cujos objetivos estão voltados para o desenvolvimento de pesquisas que contribuam, a médio e longo prazo, com a sociedade, os programas de pós-graduação deveriam ser reciclados e apresentarem condições que, segundo GATTI levariam em conta que *"a relatividade do impacto dos resultados de investigações, cujas dimensões são sempre difíceis de aquilatar, é um aspecto que deve ser lembrado; acresça-se ainda que o levantamento das questões mais de fundo e a capacidade de antecipar hoje problemas que estão se descortinando, mas cuja eclosão não está visível, são pontos fundamentais na colocação das questões para pesquisa. Isto só é possível na medida em que haja uma certa constância e continuidade no trabalho de pesquisadores dedicado a temas preferenciais por períodos mais longos, caracterizando uma certa especificidade em sua contribuição ao conhecimento científico"*.

É preciso que os pesquisadores deixem de pensar no imediatismo e desenvolvam trabalhos capazes de antecipar problemas nas áreas mais carentes da sociedade. Esse deveria ser o papel de um pesquisador. Em se tratando desses e outros aspectos, SILVA afirma: *"tanto a universalização da educação básica quanto a institucionalização da pesquisa fundamentam as transformações do sistema produtivo, o qual depende, para sua sobrevivência e avanço, da capacidade de inovar tecnologicamente e da disponibilidade de recursos humanos altamente competentes para produzir essas inovações, para assimilá-las, para geri-las e para operá-las. Em resumo, é preciso ter em mente que os problemas do sistema educativo se verificam na base e no topo; e que tanto a base quanto o topo têm sua urgência e suas necessidades; e que a pós-graduação, situando-se no topo e devendo situar-se aí, não só depende, para continuar existindo, da base, mas deve, por necessidade e função, voltar-se, como reflexo ou como ação, para ela"*.

O autor faz algumas indagações para refletir se as pesquisas desenvolvidas na pós-graduação alcançaram seus objetivos. Segundo ele, a pós-graduação no Brasil talvez tenha sido a única experiência bem sucedida de ensino no país. No entanto, aponta para o seguinte fato: *"a excessiva, quando não exclusiva vinculação da pesquisa à pós-graduação. Os incentivos à pesquisa acabaram, no decorrer do tempo, sendo carreados para os Cursos de Pós-graduação ou em função deles. E os cursos de pós-graduação, por sua vez, voltaram-se, quase que exclusivamente, para a formação de pesquisadores. Surgem daí algumas distorções reveladoras de contradições que exigem análise mais profunda. Uma distorção se nota na pressão constante de grupos de pesquisadores para a criação de cursos de pós-graduação em suas unidades de pesquisa não universitárias, para não se privarem dos incentivos e dos recursos; outra distorção se verifica na visão, pelos docentes universitários, de que um Curso de Pós-Graduação seja pré-requisito para formação de um núcleo de pesquisa; outra distorção se concretiza no ensino de graduação, pois como os cursos de pós-graduação se voltam quase que exclusivamente para a pesquisa e para a formação de pesquisadores e como esses pesquisadores serão, depois de titulados, aproveitados no ensino superior, a graduação, como terminalidade real importantíssima, vai ser atingida."*



Neste último caso, fica no ar a inquietante pergunta: como se comportam os pesquisadores enquanto professores?"

Complementando as colocações do autor, outra pergunta se torna necessária: E os professores? Como têm se comportado enquanto pesquisadores?

BIBLIOGRAFIA



ALMEIDA, Paulo Roberto. *Relações públicas - uma visão crítica*. Aracaju: Comunicação, ano 3, nº 12, setembro 1987.

_____. *Relações públicas: uma introdução às práticas de comunicação e cultura*. Recife: Revista de Comunicação, ano 4, nº 14, março/1988.

AMARAL, Maria Tereza D. A pesquisa de comunicação na universidade brasileira - [Exemplo das áreas 80 nos cursos de pós-graduação (PPG)] in CAPARELLI Sergio(org.). *A pesquisa em comunicação no Brasil: análise e perspectivas*. Brasília: CNPq, 1989.

AMORIM, Salomão José David e LAGE, Nelson Leães. *Ciências humanas e sociais - comunicação*. in CAPARELLI, Sergio(org.). *A pesquisa em comunicação no Brasil: análise e perspectivas*. Brasília: CNPq, 1989.

ANDRADE, Cícido Tenório de Sousa. *Relações públicas e relações públicas e comunicação e o cenário de grupos anglo-americanos*. São Paulo: Saraiva, 1978.

ANDRADE, Luiz Carlos de Sousa. *Objeto e comunicação: do sentido à sua em [inscrição] jurídica e econômica* [Dissertação de mestrado, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1986].

ARAUJO, João Rodrigues de. *Relações públicas em Portugal: da Paróquia à esfera de [inscrição] de comunicação*. Dissertação de mestrado, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.

BIBLIOGRAFIA

BRAGA, Maria Lucia Sant'anna. A pesquisa de comunicação na pós-graduação da FUC-SP in CAPARELLI, Sergio(org.). *A pesquisa em comunicação no Brasil: análise e perspectivas*. Brasília: CNPq, 1989.

GARRAS, Eduardo Lúcio. *Relações públicas no 2º Mundo: um estudo quantitativo e comparativo das relações públicas no Brasil e na Índia*. Tese de doutorado, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1982.

Boletim da Biblioteca de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, nº 3, abril/1991.

BUZZI, Maria. *Relações públicas como atividade de apoio à política de desenvolvimento*. Dissertação de mestrado, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.

CAPARELLI, Sergio(org.). *A pesquisa em comunicação no Brasil: análise e perspectivas*. Brasília: CNPq, 1989.

Catálogo de teses (1940-1991). Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1992.

Catálogo geral de pós-graduação - Instituto Metodista do Ensino Superior. São Bernardo do Campo, SP, 1991.

- AGUIAR, Edson Schettine. Relações públicas - vinte anos até hoje. Revista de Comunicação, ano 3, nº 12, setembro/1987.
- A saída pode estar na interação do ensino de segundo e terceiro graus. Revista de Comunicação, ano 4, nº 16, outubro/1988.
- AMARAL, Márcio Tavares D. A pesquisa da comunicação na universidade brasileira - balanço dos anos 80 nos cursos de pós-graduação(UFRJ) in CAPARELLI, Sergio(org.). A pesquisa em comunicação no Brasil: avaliação e perspectivas. Brasília, CNPq, 1989.
- AMORIM, Salomão José David e LAGE, Nilson Lemos. Ciências humanas e sociais - comunicação in CAPARELLI, Sergio(org.). A pesquisa em comunicação no Brasil: avaliação e perspectivas. Brasília, CNPq, 1989.
- ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. Dicionário profissional de relações públicas e comunicação e glossário de termos anglo-americanos. São Paulo, Saraiva, 1978.
- ANDRADE, Luiz Carlos de Souza. Lobby e comunicação: do saguão à rua ou instrumento legítimo e necessário. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1986.
- ARAÚJO, Cirilo Rodrigues de. Relações públicas no Governo da Paraíba: a busca de novas estratégias de comunicação. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1987.
- BRAGA, Maria Lúcia Santaella. A pesquisa da comunicação na pós-graduação da PUC-SP in CAPARELLI, Sergio(org.). A pesquisa em comunicação no Brasil: avaliação e perspectivas. Brasília, CNPq, 1989.
- BARROS, Eduardo Judas. Relações públicas no 3º Mundo: um estudo microanalítico e comparativo das relações públicas no Brasil e na Índia. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.
- Boletim da Biblioteca de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, nr 5, abril/ 1991.
- BUZZI, Marcia. Relações públicas como atividade de apoio a projetos de saneamento. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.
- CAPARELLI, Sergio(org.). A pesquisa em comunicação no Brasil: avaliação e perspectivas. Brasília, CNPq, 1989.
- Catálogo de teses(1969-1991). Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1992.
- Catálogo geral da pós-graduação - Instituto Metodista de Ensino Superior. São Bernardo do Campo, 1992-1993.



- CESCA, Cleuza Gertrudes Gimenes. *As relações públicas e a defesa do consumidor: uma contribuição para a solução de conflitos nesse se tor*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1986.
- CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo, Cortez, 1991.
- FADUL, Anamaria(org.). *Novas tecnologias de comunicação: impactos políticos, culturais e sócio-econômicos*. São Paulo, Summus: Intercom, 1986
- FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *A universidade em questão: como resgatar suas relações fundamentais* in A universidade em questão. Sofia Lerche Vieira et al. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1989(pags. 44/52).
- FAZENDA, Ivani(org.). *Metodologia da Pesquisa educacional*. São Paulo, Cortez, 1989.
- FEDERICO, Maria Elvira Bonavita. *História da comunicação - rádio e TV no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1982.
- FERNANDES, Francisco Assis Martins. *Relações públicas como instrumental da administração da controvérsia pública: estudo de casos*. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1985.
- FERREIRA, Walter. *Atividades de relações públicas nas prefeituras dos municípios da região metropolitana de São Paulo*. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.
- FORTES, Waldyr Gutierrez. *O processo de relações públicas na administração das médias e pequenas empresas*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1987.
- FRANÇA, Fabio. Palestra proferida para o Curso de Relações Públicas da Universidade Estadual Paulista - Campus Bauru. Bauru/São Paulo, outubro/1993.
- FREITAS, Sidinéia Gomes Freitas. *A Comunicação Social como instrumento do poder - as coordenadorias de Comunicação Social da Nova República*. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1987.
- GASPAR, Agostinho. Palestra proferida no *Seminário Revista Comunicação*. Clube Pinheiros: São Paulo, maio/1994.
- GATTI, Bernardete A. *Em busca de uma nova problemática própria*. Revista Impulso - Publicação da Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba/ São Paulo, ano 6, nr 12, 1993(pags. 9/24).
- GURGEL, J.B. Serra e. *Cronologia da evolução histórica das relações públicas*. Caderno do Departamento de Comunicação Social da UNB, nr 8, janeiro/1983.
- INTERCOM. *Quem é quem na pesquisa em comunicação*. Brasil - 1988/1989. São Paulo, mimeo, 1989.



KUNSCH, Margarida Maria Krohling. (org.). Comunicação e educação - caminhos cruzados. São Paulo, Loyola, 1986.

----- O planejamento de Relações Públicas em função da comunicação integrada nas organizações sociais. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1985.

----- Pesquisa brasileira de comunicação: os desafios dos anos 90. Revista Brasileira de Comunicação - INTERCOM, vol. XVI, nr 2, julho/dezembro de 1993(pags.44/65).

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico. 2.ed., São Paulo, Atlas, 1987.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo. Pesquisa em comunicação - formulação de um modelo metodológico. São Paulo, Loyola, 1990.

LOPES, Maria Immacolata V. e outras. O mercado de trabalho em comunicação e artes e os profissionais formados pela ECA nas décadas de 70 e 80. São Paulo, Brasil, 1992.

MANTOUX, Paul. A revolução industrial no século XVII (tradução de Sonia Rangel). São Paulo, Editora UNESP: Hucitec, 1985.

MELO, José Marques de. (consultoria). A pesquisa em comunicação no Brasil: avaliação e perspectivas. Brasília/DF, CNPq, 1989.

MELO, José Marques de. (org.) O ensino de comunicação e os desafios da modernidade. Simpósios em Comunicação e Artes nº 8. São Paulo, ECA/USP, 1991.

----- (coord.) Diagnóstico das escolas de comunicação social - comissão de especialistas de comunicação social. Brasília/DF, 1986/1987.

----- Documento do Colóquio Nacional promovido pela Escola de Comunicações e Artes. São Paulo, ECA/USP, 1990.

----- O Brasil no cenário da pesquisa em comunicação. Documento elaborado no Encontro Mundial de Cientistas de Comunicação. São Paulo, Brasil, 1992.

----- (coord.) Pesquisa em comunicação no Brasil - tendências e perspectivas. Cortez Editora/Intercom, São Paulo, 1983.

PERUZZO, Cícilia M. Krohling. Relações Públicas, movimentos populares e transformação social. Revista Brasileira de Comunicação - INTERCOM, vol. XVI, nº 2, julho/dezembro de 1993.

PINHO, José Benedito. Comunicação institucional: a propaganda como instrumento de relações Públicas. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989.

- PORTO, Sergio Dayrel. Na universidade de Brasília: o poder e seus discursos legitimadores - da crítica das ideologias à busca de uma sociedade mais justa in CAPARELLI, Sergio(org.). A pesquisa em comunicação no Brasil: avaliação e perspectivas. Brasília, CNPq, 1989.
- Revista de Comunicação. Ano 6, nº 22, setembro/1990.
- _____. Ano 6, nº 23, novembro/1990.
- Revista de Comunicação e Sociedade. Ano XI, nº 19. Instituto Metodista de Ensino Superior, São Bernardo do Campo, 1993.
- Relatório da Comunicação Internacional para o Estudo dos Problemas de Comunicação. Um mundo e muitas vozes - comunicação e informação na nossa época. UNESCO: Editora da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1983.
- Retrato do Brasil(vols. 1 e 2). Publicação da Política Editora de Livros, Jornais e Revistas Ltda. São Paulo, 1984.
- RIBEIRO, Maria das Graças Clemente. Eventos - uma atividade multidisciplinar: o compromisso profissional com o público. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.
- ROCHA, Lúcia Maria da Franca e outros. A relação pesquisa-ensino nas instituições de ensino superior in CAPARELLI, Sergio(org.). A pesquisa em comunicação no Brasil: avaliação e perspectivas. Brasília, CNPq, 1989.
- SAVIANI, Dermeval. Ensino público e algumas falas sobre universidade. 5.ed. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1991.
- SERRA, Antônio Amaral. O novo currículo de comunicação in KUNSCH, Margarida Maria K.(org.). Comunicação e educação - caminhos cruzados. São Paulo, Edições Loyola, 1986 (pags. 227/233).
- SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo, Cortez, 1988.
- SILVA, Antonio Manoel S. Retrospectiva da pós-graduação e pesquisa na UNESP. Simpósio de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Veterinárias. Jaboticabal/São Paulo, outubro/1993(pags. 153/169).
- SILVA JUNIOR, Celestino Alves. Pós-graduação em educação e socialização do conhecimento. Revista Universidade e Sociedade - Publicação da ANDES - Sindicato Nacional. Brasília/DF, nr 7, 1994. (pags. 98/101)
- SILVESTREIN, Celsi Bronstrup. Relações públicas na área rural - um espaço a ser ocupado. Dissertação de mestrado. São Bernardo do Campo: Instituto Metodista de Ensino Superior, 1989.



TANAMACHI, Elenita de R. *Psicologia escolar: tendências e avanços da psicologia na educação escolar*. Dissertação de mestrado. Marília/São Paulo: Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, 1992.

THAYER, Lee. *Comunicação, Fundamentos e Sistemas*. Atlas, São Paulo, 1979.

THOMAZI, Maria Stella. *Contribuição da Associação Brasileira de Relações Públicas para a profissão de Relações públicas*. Dissertação de mestrado. São Bernardo do Campo: Instituto Metodista de Ensino Superior, 1986.

O ensino e a pesquisa em relações públicas no Brasil e sua repercussão na profissão. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991.

VIEIRA, Sofia Lerche et al. *A democratização da universidade e a socialização do conhecimento* in A universidade em questão. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1989(pags. 11/26).



